

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ANDERSON MATHEUS ALVES ARRUDA

**A INFORMAÇÃO POLÍTICA COMO PRÁTICA DE CUIDADOS DE PESSOAS
TRANS E TRAVESTIS: a mediação da informação no Twitter da ANTRA**

Recife

2023

ANDERSON MATHEUS ALVES ARRUDA

**A INFORMAÇÃO POLÍTICA COMO PRÁTICA DE CUIDADOS DE PESSOAS
TRANS E TRAVESTIS: a mediação da informação no Twitter da ANTRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Orientador (a): Fábio Mascarenhas e Silva

Recife

2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Lillian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

A779i Arruda, Anderson Matheus Alves
A informação política como prática de cuidados de pessoas trans e travestis: a mediação da informação no Twitter da ANTRA / Anderson Matheus Alves Arruda. – Recife, 2023.
129f.: il.

Sob orientação de Fábio Mascarenhas e Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2023.

Inclui referências.

1. Informação política. 2. Mediação da informação. 3. Rede social - Twitter. 4. Travestis. 5. Transexuais. I. Silva, Fábio Mascarenhas e (Orientação). II. Título.

020 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2023 - 21)

ANDERSON MATHEUS ALVES ARRUDA

**A INFORMAÇÃO POLÍTICA COMO PRÁTICA DE CUIDADOS DE PESSOAS
TRANS E TRAVESTIS: a mediação da informação no Twitter da ANTRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Aprovado em: 15/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Mascarenhas e Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Fabio Assis Pinho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profª Drª Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Ronaldo Ferreira de Araújo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Que tipos de ética devemos elaborar para abraçar a nossa própria violência sem com isso reestruturar o design global de pura violência contra o qual nos mobilizamos? Que modalidades de cuidado político devemos derar a fim de sanar as feridas que a violência (contra nós e a nossa própria) produz em nós mesmas? Perguntas como essas não se separam do processo político de redistribuição da violência, afinal não se trata de clamar por um mero cultivo da força que replique a ignorância perante a própria fragilidade que caracteriza as performances e ficções de poder. Tampouco se trata de uma ideia fixa de justiça, que parta sempre dos mesmo pressupostos e esteja calcada numa suposta estabilidade dos conflitos e, portanto, das respostas políticas que damos a eles.

(...) A violência cria marcas, implica vidas, ela não é nunca um evento simples, é sempre complexa, multidimensional e por isso requer cuidado. Desse modo, para que não se confundam a um embrutecimento, é preciso articular processos de redistribuição da violência com outras formas de cuidado, partindo do princípio de que é tão fundamental abraçar a própria violência quanto tornar-se responsável por ela (MOMBAÇA, 2016, p. 14-15).

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Anúbia, minha avó Lena, minha irmã Amanda e minha tia Aline pelo apoio incondicional às escolhas dos caminhos a serem trilhados, por terem me fortalecido em diversos momentos de dúvidas e incertezas e por terem me encorajado, desde criança, a ser quem eu sou. Ao meu companheiro, Rodrigo, pelo apoio em diversos momentos de incertezas e hesitações; pelas conversas e pela troca de cumplicidade no dia-a-dia dessa vida compartilhada. Aos meus amigos Anna e a Paulo, por ter permitido criar laços de amizade em um cenário pouco propício, diminuindo os distanciamentos e impessoalidade durante o mestrado. À minha amiga Natasha, pelo acolhimento e ajuda em diversos momentos incertos. À Ester, minha amiga de longa data, a qual pude compartilhar em diversos momentos os planos da vida desde que éramos crianças e sentávamos na porta de casa para conversar a noite inteira. À Adriana, pela amizade que foi criada ainda no curso de graduação, quando jantávamos juntos no restaurante do CEDU ou sentávamos nos blocos vazios da UFAL e passávamos a tarde conversando; obrigado por sempre me apoiar. À Gisele, por encorajar e incentivar que eu seguisse meus planos, fazendo com que eu tentasse a seleção do mestrado. Ademais, agradeço ao meu orientador, Fábio Mascarenhas, por ter me acolhido e me orientado durante esse processo de pesquisa, apesar dos meus atrasos. Aos professores Ronaldo Araújo, Fábio Pinho e Rene Junior e à professora Májory Miranda por terem aceito o convite de participar na avaliação deste trabalho. Ao apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) para a realização desta pesquisa e ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE), à qual estou vinculado. Assim, sem parágrafos e hesitação, agradeço a todos.

RESUMO

Em um novo modelo de interações sociais que têm sido potencializadas pela utilização do ciberespaço e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), é possível reconhecer-se e reconhecer os outros, criar redes e grupos de apoio e interação baseados em características mútuas. Desta forma, o advento das redes sociais no ciberespaço pode ser considerado um local de reconhecimento individual ou de um grupo, dialogando diretamente com o processo de reconhecimento dito por Fraser (2001). Neste cenário, temos as redes sociais como instrumentos de integração entre as realidades postas e suas representações no meio digital, onde se articulam aspectos culturais e políticos. A partir do processo de reconhecimento e não-reconhecimento, proposto por Fraser (2001) e do processo de subalternização sobre grupos minoritários socialmente, exposto por Spivak (1985), buscamos compreender e problematizar o processo de mediação da informação política como prática de cuidados para sobrevivência de pessoas trans* e travestis. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender as dimensões da informação política a partir da mediação da informação realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em seu perfil oficial no Twitter. Quanto à metodologia, é um Estudo de Caso único com natureza qualitativa e explicativa quanto aos fins. Utilizando-se a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), foi possível identificar as categorias i) alianças afetivas, ii) ações libertadoras, iii) do indivíduo e iv) a instituição, todas inseridas na classe temática da mediação da informação política. Desta forma, entendemos, nesse contexto, que a informação política funciona como potencializadora da consciência crítica, consequentemente mantenedora da realidade e sobrevivência da população trans* e travesti, como uma prática de cuidado.

Palavras-chave: informação política; mediação da informação; travestis; transexuais; twitter.

ABSTRACT

In a new model of social interactions that have been enhanced by the use of cyberspace and Information and Communication Technologies (ICT), it is possible to recognize oneself and others, create networks and support and interaction groups based on mutual characteristics. In this way, the advent of social networks in cyberspace can be considered a place of individual or group recognition, dialoguing directly with the recognition process said by Fraser (2001). In this scenario, we have social networks as instruments of integration between the realities and their representations in the digital environment, where cultural and political aspects are articulated. From the process of recognition and non-recognition, proposed by Fraser (2001) and the process of subordination of socially minority groups, exposed by Spivak (1985), we seek to understand and problematize the process of mediation of political information as a care practice for survival of trans* and travestis. Thus, the general objective of this research is to understand the dimensions of political information from the mediation of information carried out by the Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) in its official profile on Twitter. As for the methodology, it is a single Case Study with a qualitative and explanatory nature as to the purposes. Using Bardin's (1977) Content Analysis methodology, it was possible to identify the categories i) affective alliances, ii) liberating actions, iii) of the individual and iv) the institution, all inserted in the thematic class of mediation of political information. We understand, in this context, that political information works to enhance critical awareness, consequently maintaining the reality and survival of the trans* and travesti population as a care practice.

Key-words: political information; information mediation; travestis; transexuals; twitter.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 -	Brasil, campeão mundial de Travestis	38
Imagem 2 -	<i>As Travesti</i> e a bandeira queimada	43
Quadro 1 -	"informação política" or "political information" na Web of Science	64
Quadro 2 -	Twitter e Política	64
Quadro 3 -	BRAPCI	65
Figura 1 -	Desenvolvimento de análise de Bardin (1977)	70
Quadro 4 -	Categorias	73
Quadro 5 -	Alianças afetivas	74
Quadro 6 -	Ações Libertadoras	75
Quadro 7 -	Do indivíduo	75
Quadro 8 -	A Instituição	76
Figura 2 -	Doodle de Janaína Dutra	81
Figura 3 -	Acuenda	87
Figura 4 -	Não faz a bobinha	87
Figura 5 -	Campanha Ministério da Saúde	93
Figura 6 -	Recomendações Covid-19	102
Imagem 3 -	IV ENTLAIDS, de 1996	104
Figura 7 -	Denúncia	105
Figura 8 -	Frente Nacional Transpolítica	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ABRAFH	Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas
ABRAI	Associação Brasileira Intersexo
ACTTRANS	Associação Cultural de Travestis e Transexuais de Alagoas
ALT-RIGHT	Direita Radical Extrema
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
BRAPCI	Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRF/BA	Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia
DOI	Digital Object Identifier
DPU	Defensoria Pública da União
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids
EUA	Estados Unidos da América
FONATRANS	Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros
GAA	Gay Activist Alliance
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLF	Gay Liberation Front
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexual e outras identidades
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

RENATA	Rede Nacional de Travestis
RENTRAL	Rede Nacional de Travestis e Liberados
ONG	Organizações Não Governamentais
OSC	Organizações da Sociedade Civil
STAR	Street Transvestite Action Revolutionaries
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TERF	Trans-Exclusionary Radical Feminist
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRF	Tribunal Regional Federal
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
WoS	Web of Science

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A INFORMAÇÃO POLÍTICA	20
2.1	Distanciamentos teóricos	23
3	POTENCIALIDADES CONCEITUAIS DE UMA POLÍTICA	33
3.1	Política e cultura como práticas do cotidiano	37
3.2	A consciência como campo de desenvolvimento político	40
4	A DIALÉTICA DO PROTAGONISMO SOCIAL: ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DA ANTRA	45
5	PERCURSOS METODOLÓGICOS	61
5.1	Delimitação dos objetivos de pesquisa	61
5.2	Caracterização da pesquisa	62
5.3	Levantamento bibliográfico	63
5.4	Ambiente da pesquisa	66
5.5	Coleta e limpeza de dados	68
5.6	Análise dos dados	68
6	INFERÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES	78
6.1	Alianças afetivas	78
6.1.1	Fortalecimento mútuo	80
6.1.2	Conquistas compartilhadas	83
6.1.3	Prática dialógica	84
6.1.4	Linguagem afetiva	86
6.2	Ações Libertadoras	88
6.2.1	Formativas	90
6.2.2	Conscientizadoras	93
6.2.3	Empoderamento identitário	96
6.3	Do indivíduo	98
6.3.1	Fim da vida e Violências	99
6.3.3	Cuidados e Saúde	101
6.4	A Instituição	103
6.4.1	Ações Institucionais e Suporte Governamental	104
6.4.2	Enfrentamento	108
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO CAMINHO	112
	REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

Em *Recognition without ethics?* (2001), Nancy Fraser identifica nas abordagens das políticas progressistas uma divisão de pautas em dois campos principais: de um lado, os que propõem uma política de redistribuição; e do outro, os que propõem uma política de reconhecimento.

No lado da redistribuição, ela é pautada sob uma tradição igualitária, de trabalho e organização social, buscando o realocamento desses recursos e bens, distribuindo-os dos ricos para os pobres, dos donos dos bens de produção para os trabalhadores, do norte para o sul. No outro lado, o reconhecimento se pauta em uma visão de uma sociedade que aceite as diferenças, onde não exista uma norma de dominação cultural majoritária, e sim um respeito mútuo de seus participantes. Busca-se o reconhecimento de diferentes perspectivas étnicas, racial, minorias sexuais e de diferença de gênero.

A autora percebe que esses campos são abordados anteriormente como uma dicotomia, dissociados como processos que possam ocorrer na mesma esfera, uma polarização de escolhas: “*Redistribution or recognition? Class politics or identity politics? Multiculturalism or social equality?*” (FRASER, 2001, p.). Essa dicotomia, segundo Fraser, é uma falsa antítese: nenhuma das duas são suficientemente sozinhas.

Então é defendida uma ressignificação dessa dicotomia, quebrando com a concepção da identidade como um modelo de reconhecimento. O *Modelo Identitário* é o que vivemos atualmente, onde o reconhecimento ocorre através da aceitação de uma identidade cultural de um grupo específico. A ressignificação proposta é abordar o reconhecimento como uma questão de *status* social, em modelo intitulado *Modelo de Status*. Dessa forma, o que demanda reconhecimento não é um grupo identitário específico, mas o status dos membros dos grupos como parceiros integrais na interação social.

Compreender o reconhecimento como uma questão de status social, é conseguir entender que existem padrões pré-estabelecidos socialmente que possuem valorização cultural para certos atores sociais. Ele ocorre, então, quando outros membros do círculo social reconhecem esses atores como parceiros, sob uma igualdade de status.

Entende-se que o reconhecimento defendido por Fraser (2001) não se pauta sob a valorização da identidade de um grupo, mas por se sobrepor aos processos de subordinação impostos para esses grupos, em estabelecer esses grupos subordinados como pares sociais. Essa abordagem ressignifica uma política de subordinação de grupos não reconhecidos como membros efetivos de uma sociedade para a realidade da participação e coabitação dos mesmos níveis hierárquicos, pautado sob justiça e moralidade. Mas, para isso, deve haver uma desconstrução dos padrões de valores culturais enraizados socialmente.

Quando o reconhecimento não ocorre, existe a depreciação da identidade de um grupo contraposta à parte cultural dominante e o conseqüente dano à razão de *ser* dos membros do grupo. Entender esse ‘dano’ implica na exigência de um reconhecimento e, isto posto, em um processo de união e remodelagem de sua identidade coletiva, a fim de produzir uma cultura própria de autoafirmação. Os levantamentos teóricos acerca de uma política de identidade de um grupo, possibilitado pelo *Modelo do Status* de Fraser, contribuem na percepção de redistribuição e reconhecimento social de grupos não-reconhecidos, ou, no tocante ao sujeito abordado nessa pesquisa, grupos marginalizados.

Devemos nos interessar em entender a perspectiva de uma “geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz” (SANTOS, 2009, p. 29). O autor defende, para viabilização de um novo conteúdo democrático, a ruptura de modelos políticos atuais e uma refundação democrática que reintroduza a reconciliação entre cidadania e comunidade, sobre a importância do desenvolvimento de processos de emancipações viabilizados pela tradução de vozes subalternas.

Spivak decorre, em seu ensaio *Pode o subalterno falar?* Publicado em 1985, sobre o *outro* a partir da crítica aos intelectuais do ocidente, sublinhando as práticas discursivas da intelectualidade pós-colonial e sobre um agenciamento do sujeito subalterno. O fazer intelectual ocidental ignora quem é o sujeito de seus estudos, posicionando o oprimido em uma posição hegemônica, assim, facultando o sujeito como alguém que é, por consciência, propagador de estruturas de poder - além de responsável pela sua manutenção.

A autora debate sobre qual ‘voz-consciência’ poderia possibilitar o sujeito subalterno de falar. Não através dos estudos intelectuais, mas por meio de ações adotadas por esses mesmos intelectuais que viabilizem o próprio subalterno seja

escutado. Percebe-se nessa dinâmica a existência de diversos sujeitos que se inserem em uma disputa epistêmica e social hierárquica.

Os sujeitos subalternos, para Spivak (1985), não são apenas os *outros* da sociedade, mas sujeitos ou grupos sem autonomia em posição de submissão a outro grupo social, se afastando de uma posição hegemônica e sem posição própria legítima. Entende-se a subalternidade como algo situacional, sobre grupos e sujeitos que não possuem reconhecimento, com falas e vozes estruturalmente silenciadas.

Partindo do suposto situacional da subalternidade, entende-se que a subalternização pode fazer parte do sujeito em diversas esferas, em um processo acumulativo e somatório¹. Desta forma, subalternos são todos os sujeitos que não participam, não podem participar ou participam limitadamente. Mudos pela violência epistemológica sofrida, pelo imperialismo cultural, pelos processos colonizadores (SPIVAK, 1985).

Essa mesma realidade é sobreposta aos novos paradigmas tecnológicos que estamos inseridos atualmente. O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) não criam outra realidade, mas promovem espaços para que as realidades sejam comunicadas entre pares. Castells (1999) e Lévy (1999) vislumbraram o advento da internet e dos computadores além das características comunicativas e de aparatos de trabalho, mas como meios de interação e organização essenciais para uma sociedade contemporânea em rede. A interação possibilitada entre o sujeito e o objeto proporciona uma ressignificação das relações interindividualistas.

Nesse contexto, Lévy (1999), apresenta o ciberespaço² como um meio de interação entre sujeito e objeto e sujeito, com três pontos principais no crescimento do mesmo: (1) a interconexão, contemplando a conexão entre indivíduos em uma construção de conhecimento como grupo; (2) a criação de comunidades, apoiada sobre a característica interior e constituída a partir de afinidades e interesse mútuos; (3) e no sujeito coletivo, sobre o sujeito que se constitui um **no** e **com** o outro, como

¹ Audre Lorde (1983) escreve sobre esse processo de reconhecimento em *There Is No Hierarchy of Oppressions*: "Within the lesbian community I am Black, and within the Black community I am a lesbian. Any attack against Black people is a lesbian and gay issue, because I and thousands of other Black women are part of the lesbian community. Any attack against lesbians and gays is a Black issue, because thousands of lesbians and gay men are Black. There is no hierarchy of oppression."

² Lévy (1999, p. 17) define o ciberespaço como "o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores".

parte de um grupo, em uma união de interações de consciências que produzem conhecimento e navegam juntas.

É claro que essas ferramentas possibilitam novos espaços para interações, mas sabe-se também que o seu acesso pode ser comprometido por diversas condições, dentre elas as privações econômicas e sociais. É possível também, ainda que esse contexto exista, pensar nelas como esse espaço que promove a facilidade da comunicação e da interação entre seus usuários.

Nessas interações, é possível reconhecer-se e reconhecer os outros, criar redes e grupos de apoio e interação baseados em características mútuas. Desta forma, o advento das redes sociais no ciberespaço pode ser considerado um local de reconhecimento individual ou de um grupo, dialogando diretamente com o processo de reconhecimento dito por Fraser (2001). Neste cenário, temos as redes sociais como instrumentos de integração entre as realidades postas e suas representações no meio digital, onde se articulam aspectos culturais e políticos.

Se pensarmos na atividade política a partir das práticas do cotidiano, onde se cria uma relação das atuações políticas dos sujeitos com as realidades vivenciadas por eles mesmos em seu dia a dia, fomentando uma atividade política que se baseie diretamente nas realidades sociais dos seus sujeitos, como poderemos pensar as especificidades dessas realidades múltiplas? De que forma a mediação da informação política influencia na prática de manutenção de existência de pessoas trans* e travestis? A partir do processo de reconhecimento e não-reconhecimento, proposto por Fraser (2001) e do processo de subalternização sobre grupos minoritários socialmente, exposto por Spivak (1985), buscamos compreender as dimensões da informação política pelo processo de mediação da informação como prática de cuidados para sobrevivência de pessoas trans*³ e travestis.

O conceito de Informação Política tem sido associado como maior variante de importância em pesquisas de comportamento social nos últimos anos, um processo que ocorre por duas razões: a primeira, entende-se que cidadãos com mais acesso ao conhecimento tendem a participar mais politicamente, estando mais aptos a traduzirem seus quereres de acordo com seus valores e escolhas, consistentes com

³ Nascimento (2021) demarca que a utilização do termo trans* com asterisco sinaliza ideia de uma série de identidades não cisgêneras. Seu uso pode abarcar: mulheres transexuais, homens transexuais,, mulheres transgêneras, homens transgêneros, transmaculines e pessoas não binárias

suas preferências; segundo, o uso da informação política tem poder de moldar e mudar o comportamento dos cidadãos (LEVENDUSKY, 2011).

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é compreender as dimensões da informação política a partir da mediação da informação realizada pela ANTRA em seu perfil oficial no Twitter. Entendemos, nesse contexto, que a informação política funciona como potencializadora da consciência crítica, consequentemente mantenedora da realidade e sobrevivência da população trans* e travesti, como uma prática de cuidado. Para isso, delimitamos a análise de conteúdo das publicações oficiais da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que subsidia um nível de representatividade desse grupo no Brasil, em âmbito nacional e internacional.

Para alcançar nosso objetivo geral, propomos: discutir o conceito de informação política; caracterizar o Twitter como ambiente de pesquisa política; e Identificar e contextualizar as categorias de análise das publicações mediadas pela ANTRA. Portanto, a pesquisa se insere nos estudos de temas sobre *Uso e Usuários da Informação*, na linha de pesquisa *2 Comunicação e Visualização da Memória* do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI-UFPE).

A escolha do Twitter se apresenta pela sua caracterização como um campo empírico importante nos estudos políticos. A plataforma foi criada para ser uma grande rede de compartilhamento e troca de informações, permitindo que o acesso e distribuição das publicações sejam potencializados pelo seu caráter atual, instantâneo, e por priorizar uma fácil “inter-relação e interação entre os indivíduos, graças a sua agilidade, rapidez e disponibilidade em outros dispositivos, permitindo acesso ao seu ambiente em qualquer local geográfico” (SILVA e VALLS, 2012, p. 140).

Além do caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, ao abarcar conhecimentos de outras áreas distintas, Araújo (2003) aponta uma importância do caráter social da área para que se reflita nas suas produções teóricas, impactando sua conjuntura social e humanística. Ainda, Araujo (2014) nos mostra que na Ciência da Informação está sendo fortemente desenvolvido um paradigma social que aborda a importância do aspecto social nos processos informacionais estudados na área. O usuário é reinserido nos contextos fenomenológicos e concretos da vida, como um ser social em um mundo baseado nas lógicas de poderes e domínios,

criando um maior nível de complexidade na inserção da informação nos contextos socioculturais materiais.

Nesse contexto, evidencia-se a Responsabilidade Social associada à disciplina (DANTAS e GARCIA, 2013), fazendo-se necessária uma formação política que potencialize a problematização das relações humanas, evitando apenas o enfoque técnico, priorizando a Responsabilidade Social nos processos de disseminação da informação. Freire (2006), sobre a responsabilidade social conferida à área, pontua a inclusão social como seu objetivo primordial. As relações sociais na contemporaneidade são marcadas pela construção de redes sociais de compreensão sobre a realidade, onde a informação consegue incluir ou excluir seus agentes. É essencial que a Ciência da Informação trabalhe pela incorporação de papéis transformadores de realidade.

Assim, esse trabalho se justifica pela possibilidade de fortalecimento dessa narrativa, não existindo em um local vazio, mas se alicerçando nas produções pré-existentes desse contexto. Entendendo que o que pode ser proposto deve somar às narrativas que viabilizaram anteriormente a sua própria criação, principalmente ao pensarmos nas problemáticas que se dissolvem e se desenvolvem a partir das relações sociais contemporâneas. Essa carga histórica e social é inerente ao sujeito e o reinsere em sua própria realidade, nas relações e jogos sociais que possibilitam o seu existir (Quadro 3 em 5.3).

Percorrendo esse caminho, esta pesquisa se propõe ir de encontro com essas narrativas emancipatórias, intencionando e tensionando esses lugares de criação de um sujeito de características universais que beneficiam, histórica e estruturalmente, apenas pessoas brancas e cisgêneras. Intencionando que se insira nesses lugares novas possibilidades, reinserindo as necessidades e realidade de vida de pessoas trans* e travestis como uma centralidade do discurso. Como não se importar com o pleno acesso à informação política de um grupo de pessoas que passam por um processo estrutural de apagamento de sua existência? Acreditamos na informação como possibilidade.

Quanto a justificativa pessoal, tomo a liberdade de redigir em primeira pessoa sobre os caminhos que percorri. Em 2018, durante minha graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), desenvolvi a pesquisa *Travestis e mulheres trans na mídia alagoana: uma análise da informação em portais online*. Este foi o meu primeiro contato com o Grupo Transshow, um grupo

de teatral de arte transformista criado em 2014 por Natasha Wonderfull. O grupo é formado majoritariamente por mulheres trans* e travestis negras que estão em um local de vulnerabilidade social. No grupo, pude criar algumas relações e espaços de diálogos e de apoio às integrantes, assim como auxiliar nas partes técnicas, organizacionais e estruturais do grupo. A partir dessa atuação, comecei a auxiliar - e posteriormente integrar a equipe - da Associação Cultural de Travestis e Transexuais de Alagoas (ACTTRANS), onde continuei realizando esses trabalhos e diálogos, promovendo ações e dando suporte à criação de espaços de empregabilidade para pessoas trans* e travestis em Alagoas. Assim, entendo essa pesquisa como uma base e extensão da minha prática dentro desse contexto.

Dessa maneira, o presente trabalho se subdivide em sete seções, sendo esta introdução a primeira delas. Na segunda seção, apresenta-se a informação como objeto de pesquisa a partir de autores da área da Ciência da Informação, para então se abordar alguns distanciamentos e aproximações teóricas, buscando contextualizar o desenvolvimento do referencial teórico sobre a informação política, alicerçado em uma revisão de literatura que nos apresentou alguns textos fundantes sobre a temática. A temática Informação política aparece de forma recorrente nas áreas de estudos econômicos e sociais, analisadas a partir das representações partidárias e aspectos relacionados a comportamentos de eleitores, sempre em um contexto de política institucional e/ou eleitoral.

A terceira seção apresenta questões conceituais acerca do conceito de política para dialogar e apoiar o conceito de política apresentado no tópico anterior, existente em um diferente contexto. Maar (2006) nos permite pensar que, apesar da ideia da política institucional se fixar no imaginário como principal função significativa, há outros entendimentos que também são percebidos como o fazer político. Esse entendimento atenua o apagamento sistêmico dos processos políticos que se apresentaram desde sua gênese, pois “interessa perceber que, apesar de haver um significado predominante, que se impõe em determinadas situações, e que aparece como sendo “a” política, o que existe, na verdade, são políticas” (p. 14). Essas nuances se apresentam na correlação entre a política e cultura como prática do cotidiano e na consciência como campo de desenvolvimento crítico e político.

Na quarta seção, conversamos sobre a ideia do protagonismo social, sob as abordagens teóricas sobre o processo de invisibilização e visibilidade, além das abordagens das dimensões da mediação da informação para um protagonismo

social, proposto por Gomes (2019). Pensando nas demandas informacionais atuais destacadas pelas mudanças e desenvolvimentos tecnológicos da sociedade atual, dialogamos com Castells (1999) e Lévy (1999) sobre o ciberespaço e suas características que permite a interação entre sujeito e objeto e sujeito, sob a interconexão, a criação de comunidades e no sujeito coletivo. Nos especificando na plataforma com mais adequação a nosso objeto de pesquisa, apresentamos o Twitter como um campo amplamente estudado a partir de sua relação com a política, seja em ambientes institucionais ou a partir de organizações coletivas.

A quinta seção apresenta a metodologia adotada pela pesquisa, quanto a sua caracterização, o levantamento bibliográfico, ao ambiente da pesquisa, à coleta, limpeza e a análise dos dados. Quanto à natureza, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, por se preocupar em analisar detalhadamente os dados da pesquisa, buscando entender as relações existentes entre as publicações do Twitter da ANTRA e o referencial teórico proposto pela pesquisa. Quanto aos fins, é uma pesquisa explicativa. E quanto aos meios, é um estudo de caso único caracterizado pela realização de um estudo profundo e exaustivo de seu objeto, permitindo o seu entendimento de forma ampla e detalhada, o que a difere das outras metodologias (GIL, 2002). Para a análise dos dados coletados, adotou-se uma metodologia de análise do discurso, principalmente baseada nas indicações de Bardin (1977).

A sexta seção contém a análise do conjunto de dados a partir da contextualização e conceituação de cada categoria/dimensão analítica. Tendo a mediação da informação política como a classe temática principal, nela se apresentam as categorias: a) alianças afetivas, tendo como subcategorias *fortalecimento mútuo*, *conquistas compartilhadas*, *prática dialógica* e uso de *linguagem afetiva*; b) ações libertadoras, com as subcategorias *formativas*, *conscientizadoras* e de *empoderamento identitário*; c) a categoria do indivíduo, com as subcategorias *fim da vida e violência* e *cuidados e saúde*; e por fim, a categoria d) da instituição, abrangendo *ações institucionais* e práticas de *enfrentamento*.

Após a conceitualização e contextualização, a sétima seção apresenta as considerações quanto ao caminho trilhado pela pesquisa, assim como a apresentação das dimensões da informação política compreendida por meio das publicações veiculadas pela ANTRA.

2 A INFORMAÇÃO POLÍTICA

“A minha escultura de *eu* começou a ser feita por volta dos 17 anos, com poucos recursos e muita urgência. Eu me tornei travesti a pulso.”, relata Luisa Marilac em seu livro de memórias intitulado *Eu, Travesti* (2019), no capítulo *22 litros de qualquer coisa*, e continua “Não fiz isso de ir ao endocrinologista, buscar acompanhamento médico. Não tinha informação ou recursos para tal”.

Não é de hoje que a palavra informação entrou e se alocou no vocabulário popular, podendo denotar diversos significados a partir do universo de quem a usa. O relato de Marilac sobre seu processo corpóreo nos demonstra que os caminhos trilhados apareceram em alguns momentos incertos principalmente pela falta de informação, pela falta de acesso à informação, que, posteriormente, relata ter seguido os caminhos das “travestis mais velhas” com “receituário de três ou quatro injeções diárias por conta própria, por três meses seguidos”.

A informação tem sido amplamente estudada, principalmente pela Ciência da Informação (CI) que a tem considerado como seu conceito central e objeto de estudo mais assíduo. Falando especificamente na CI, têm existido diversas tentativas de conceituação e teorização desse objeto, como pode se perceber nos estudos de Wersig e Neveling (1975), Buckland (1991), Gómez (1990, 2002), Araújo (2010), dentre outros teóricos, revelando distintas abordagens segundo o recorte proposto por cada autor. Mas esse constante debate, é um dos motivos para ser concebida uma definição única e universal desse objeto.

A informação não é objeto de estudo e/ou método de análise restrito à CI. Ela é interdisciplinar e tem sido amplamente debatida por autores de diferentes áreas. James Gleick, jornalista norte-americano, escreve *A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada*, publicado em 2013, onde a partir de uma abordagem histórica - não linear - consegue referenciar a importância da informação desde a comunicação por meio de tambores das tribos africanas às formulações binárias dos computadores. “A tese do meu livro é a de que a informação é um conceito essencial a tudo aquilo que nós humanos apreciamos, dentro e fora da ciência”, diz o autor⁴.

Gleick traz em sua obra várias passagens sobre teóricos e seus trabalhos, que considera importantes para o entendimento da informação e como chegamos atualmente. Dentre eles, cita a Teoria (Matemática) da Informação (1949), de Claude

⁴ Em entrevista a Rafael Garcia, para Folha de São Paulo em 24 de junho de 2013. Acesso em: <https://teoriadetudo.blogfolha.uol.com.br/2013/06/24/entrevista-com-james-gleick/>.

Shannon e Warren Weaver, amplamente discutida no âmbito da CI, constituindo elementos epistemológicos basilares da área, especificamente a partir da criação de um paradigma físico na década de 1960, ainda com influências em estudos e aplicações técnicas. A área, então, vem se desenvolvendo a partir das suas abordagens e recortes históricos, influenciada pelos problemas postos em determinadas circunstâncias.

Isto posto, sabemos que o século XX, caracterizado por um grande desenvolvimento tecnológico e ritmo de produção acelerado, foi um período de profundas mudanças culturais, sociais e políticas. Essas mudanças influenciaram diretamente nos modelos de produção e de pesquisa científica no contexto da sociedade moderna e pós-moderna. Assim, o processo de amplificação da ciência e da tecnologia se relaciona diretamente com o desenvolvimento industrial (principalmente durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria) sendo uma plataforma de mudanças no cenário informacional, afetando principalmente as práticas informacionais e seus campos de domínio, a Bibliografia, Bibliotecas Especializadas e a Documentação (LINARES, 2005, p. 6-7).

Em um modelo produção-centrado, a informação se torna o vetor mais importante de uma sociedade. Souza (2015, p. 18), nesse sentido, nos diz que é forçoso considerar, então, que a informação e suas tecnologias, assim como seus procedimentos metodológicos, formaram a base da atual sociedade contemporânea. O autor recorta a Ciência da Informação como um campo científico que se desenvolveu ambientado em um processo acelerado de reestruturação social. É importante pensar na característica de adaptação sócio-histórica da CI e como uma ciência pautada em ambientes múltiplos de constante mudança.

A caracterização da CI como ciência pós-moderna revisita diversas problemáticas quanto a sua estrutura, campo científico e objeto de estudo. Saracevic (1992; 1995) escreve que a Ciência da Informação, como disciplina, possui três características gerais: a sua natureza de interdisciplinaridade, seu vínculo com as tecnologias da informação e sua participação ativa na sociedade.

Goffman (1970) defende que o objetivo de disciplina da CI precisa ser o de estabelecer “uma abordagem científica unificada para o estudo de diversos fenômenos envolvendo a noção da informação, sejam tais fenômenos encontrados em processos biológicos, na existência humana ou nas máquinas”, assim, maximizando a amplitude de atuação do cientista da informação ao possibilitar a sua

atuação em âmbitos distintos, tangíveis ou intangíveis, independente de processos, mas “sempre preocupada com um conjunto de princípios fundamentais sobre o comportamento de todo o processo de comunicação e seus sistemas associados de informação”. Como posto anteriormente, existe uma grande preocupação e fomentos de debates acerca das delimitações da área e de seu objeto de estudo: a informação. Porém, como outras ciências, a CI ainda passa por uma crise de identidade.

A constante apropriação de noções e teorias de outras áreas configura na CI um grande campo de atuação. Capurro (2003) identifica o objeto de estudo da área sendo fundamentado em três paradigmas de abordagens conceituais: a) o físico; b) cognitivo; e c) o social. Esses paradigmas se relacionam diretamente com a delimitação de um objeto de estudo da disciplina, uma vez que percorre sua construção epistemológica. Em primeiro momento, a) os estudos focaram em entender a informação unicamente como uma transferência de um objeto físico entre um emissor e um receptor. Então, b) começou o processo de consideração do sujeito nessas relações, buscando entender suas características psicológicas em torno de suas necessidades. Enfim, c) o sujeito, além de ser entendido por abordagem cognitiva, é contextualizado em ambiente social, em suas relações com o outro.

A configuração do paradigma social de Capurro (2003) cria uma ponte ligando-se diretamente à Gómez (2003), ao defender que a informação não pode ser considerada fora de um contexto específico, não podendo ser abordada com uma objetividade isolada; e com Marteleto (2002, p. 102) ao abordar a informação não como um processo, matéria, práticas ou representações de sujeitos, mas como fenômeno que tomam corpo nas práticas e representações sociais e em relações estabelecidas entre sujeitos coletivos.

O ser humano é um ser social, diz Chauí (2013, p. 09), “o ser humano é *naturalmente* um ser social”. Sempre houve a possibilidade da vida em uma não sociedade, porém isoladamente o ser não sobrevive. A vida social é uma forma de relação e coexistência entre seres humanos com “símbolos, práticas, crenças, costumes, valores, regras, normas e leis” que definem a identidade dos participantes dessas relações. A ideia de construção de uma sociedade pautada em uma práxis social pela autora, abre espaços de diálogos com uma ‘sociedade democrática’.

A coletividade social pressupõe atuações coletivas organizadas, assim, fortalecendo princípios democráticos. Chauí (2013, p. 106) discorre, nessa ambientação, sobre configurações democráticas, dentre elas a da democracia como única forma de sociopolítica possibilitadora de poder e luta popular, posicionando-a em um discurso baseado na sociedade de classes populares contra as cristalizações político-jurídicas que favorecem uma classe dominante. Esse caminho permite a passagem de uma democracia liberal para uma democracia social pautada na classe popular e no direito de minorias.

A política é uma linguagem que se faz presente em todas as dimensões do cotidiano do ser humano que vive em sociedade. Assim, começamos a nos aproximar de uma abordagem conceitual que relaciona os aspectos supracitados referente à informação e o aspecto político, social e cultural que permite configurarmos uma informação política.

2.1 Distanciamentos teóricos

Para propor um entendimento teórico acerca do objeto da informação política faz-se necessário um recorte da literatura que debate este tema, que demonstre suas construções e considerações a partir da produção coletiva. Uma das problemáticas desse processo tem sido a dificuldade de diálogos teóricos entre os autores e o recorte contextual do objeto que se aborda nesta pesquisa. Desta forma, realiza-se um recorte bibliográfico acerca desses entendimentos e após contextualizá-los e problematizá-los, os tensionaremos em conversas com outros conceitos que possam caracterizá-los segundo os propósitos desta pesquisa.

Na área da Economia, Phillip Nelson publicou em 1976 o artigo *Political Information* sobre análise econômica acerca da publicidade comercial de propagandas políticas, partindo do pressuposto de que existiam reações negativas acerca das práticas de campanhas políticas da época e que essas reações foram o ponto principal de reforma das legislações vigentes acerca destas práticas. Porém, essas propostas de mudanças foram realizadas com nenhum ou pouco entendimento do papel que as campanhas políticas representam e que se faz necessário entendê-las melhor.

Pensamos que um candidato possui uma “qualidade política” quando o processo de comunicação e de informação vinculadas a ele não são apenas

políticas, mas também publicitárias e comerciais. A partir de seu artigo *Advertising as Information*, publicado em 1974 no mesmo periódico, entende-se que a publicidade comercial gera dois tipos de informações: a) informação direta, quando a informação está contida na mensagem publicitária; b) informação indireta, uma informação que é anunciada por uma marca. Uma campanha, seja ela comercial ou política, vai fornecer uma informação direta, a fim de passar credibilidade na mensagem comunicada. Essa é a tese adotada pelo autor.

Ainda em Nelson (1976), entende-se que o mesmo mecanismo que transmite uma ideia de verdade em uma campanha política⁵ é a forma que os eleitores são repetidamente cativados, tanto no passado quanto no futuro. Nesse contexto, o histórico do político que realiza a campanha é um fator credor de sua comunicação com novos e antigos eleitores, sendo a razão decisiva para haver uma ideia de verdade no que está sendo veiculado pelo mesmo, a informação política. Ou seja, tanto o passado quanto o futuro contribuem para assegurar a personificação da veracidade na campanha política.

Desta forma, o autor aventava a hipótese de que a probabilidade do eleitor adquirir uma informação política está diretamente associada a quão útil ele considera em seu contexto, possibilitando que a distribuição de informações potencializem a distribuição dos interesses dos eleitores, influenciando o seu comportamento. Nesse processo, percebemos que o eleitor tem um papel ativo de decisão, tendo cerne do que pode ser adequado à sua realidade, impondo seu ponto de vista e poder decisório.

Quando esse não é o caso, o autor nos fala sobre o fenômeno do *free-rider*⁶, que é uma exceção deste cenário idealizado, que ocorre quando o eleitor demonstra um comportamento passivo quanto à aquisição de novas informações. Assim, não há esforço do eleitor para adquirir as informações políticas que estão sendo comunicadas, e como consequência, estabelece-se um local coletivo de não interesse político, de pessoas que não agirão além do seu espaço, individual ou coletivo, para se informar. Para isso, suas práticas informacionais começam a ser formadas a partir de espaços não-ideais, mas de subprodutos, de onde a informação não foi originalmente comunicada: de jornais, de conversas, da televisão. Todas

⁵ Toma-se o suposto de que *political advertising* se entende como campanha política, ao traduzir.

⁶ Pode-se entender em diferentes contextos e traduções, como passageiro clandestino, caronista. A ideia principal é aquela que vai no ritmo dos outros, que pegam carona no que já está em movimento, de forma intencional ou não.

essas práticas são caracterizadas por proporcionar ao eleitor se tornar informado a partir de membros de um grupo.

Destarte, se a probabilidade de um eleitor, ou um grupo, adquirir, consumir ou absorver uma informação está relacionado a quão atrativa é essa informação e se relaciona com os interesses do próprio grupo, ao pensar no fenômeno do caronista, *free-rider*, onde alguém só se torna informado em um grupo a partir de outros membros do próprio grupo, podemos pensar em criações de bolhas informacionais, de câmaras de eco.

Se considerarmos que, se apropriando da exemplificação de Nelson (1976), uma pessoa pobre tenha como sua fonte principal de informação um grupo no qual pessoas pobres configurem uma minoria, se tornaria improvável que o mesmo tenha acesso a informações acerca das problemáticas financeiras que configuram o próprio sistema que o torna pobre. Como consequência desse comportamento, seria improvável que ele pudesse basear suas decisões políticas quanto ao seu voto eleitoral em uma campanha que defendesse a sua pauta e o provesse suportes. Essa realidade talvez pudesse mudar se o sujeito estivesse inserido em ao menos um grupo em que pessoas pobres não fossem minoria.

Entende-se que ser uma minoria de um grupo dificulta os sujeitos de acessarem informações que possam beneficiá-los, pois o interesse maior não é um interesse que lhe engloba. Sendo contraposto a uma realidade onde a minoria não se configure como uma minoria em um grupo, mas como uma parte majoritária. O interesse coletivo majoritário se sobrepõe ao interesse minoritário em ambas as hipóteses.

Outro problema exposto por Nelson (1976) quanto ao fenômeno caroneiro, *free-rider*, é que ele também diminui o interesse dos eleitores de recolherem informações às quais foram expostas. Assim, outra característica importante para o entendimento de uma informação política é a repetição ligada à efetividade. Quanto mais repetidamente uma informação política é comunicada, maior sua efetividade. E essa repetição supõe que um indivíduo, ou eleitor, possa participar de vários grupos onde fique suscetível a ser exposto mais vezes a uma informação política, fazendo assim um registro na memória.

Sabe-se que uma determinante do comportamento do eleitor é a sua postura crítica perante o caráter dos grupos que o servem como fonte de informação. Ou seja, se uma pessoa que acredita em x se associa com outras pessoas que também

acreditam em x, elas ajudarão outros componentes do mesmo grupo a determinarem se eles votarão em candidatos que defendem a crença em x. Nesse modelo, existe um pensamento de que pessoas com interesses similares consigam se relacionar e influenciar outras pessoas a compartilhar deste interesse, assim, aumentando a probabilidade de que procurem candidatos/representantes que defendam esses interesses.

A formação de grupos depende principalmente da criticidade com a qual o sujeito se propõe a analisar sua participação nele. Em um modelo proposto por Nelson (1976), referente à previsão de como se formam esses grupos, supõe-se que as pessoas com maior interesse em criar amizades e relações se baseiam principalmente em similaridades de interesses. É uma das principais dificuldades em conseguir contato com novos grupos, novas pessoas e amizades, é a distância. Essa distância dita pelo autor, subentende-se que seja a distância física. Mas, a passo de que essa distância possa diminuir, no sentido de que ao estar inserido em um contexto que se aproxime de seus interesses, a similaridade aumenta.

Ou seja, quanto maior a densidade da população com determinadas similaridades, menor será a distância para que qualquer pessoa consiga ter e manter contato com outras que compartilhem dessa similaridade. Como consequência, os grupos tendem a se apresentar de maneira mais homogênea de acordo com sua densidade populacional.

Em um cenário contemporâneo, pressupomos que as distâncias não sejam estritamente medidas por um viés geográfico territorial, visto que as Tecnologias da Informação e Comunicação permitem o estreitamento dessa distância, assim como novas formas facilitadas de criação de vínculo. A internet sendo uma potencializadora e possibilitadora dessas relações, o conceito de densidade e distância pode ser pensado de outras maneiras, como a criação de um ambiente coletivo baseado na similaridade de interesses (redes sociais virtuais).

Assim, a partir de Nelson, podemos entender que o perfil do eleitor consegue moldar a informação política que chega até ele. Quando um eleitor possui um perfil ativo de interesse político, a informação política tem suas características relacionadas à: veracidade, baseada no potencial de crença para os eleitores; à utilidade, o quanto o eleitor consegue utilizar dessa informação em sua realidade, no seu contexto; e a sua comunicação, pelas formas veiculadas e podem ter contato direto com seu público. Quando o sujeito é passivo, segundo o fenômeno *free-rider*

(ou caronista), onde a capacidade de absorver e ter contato com a informação política é totalmente dependente de outros sujeitos, tornar-se informado politicamente resulta de: sua participação em grupos de interesses similares, mas ainda propício a ser influenciado contra a sua realidade, dependendo dos próprios integrantes desses grupos, configurando-os como minoria ou maioria; na repetição, ligada ao potencial de efetividade; na criticidade, com o caráter dos grupos que o servem como fonte de informação; e a distância, seja física ou não, define como é feito o contato para criação de grupos com interesses similares.

Análogo à ideia de informação política de Nelson (1976), Levendusky (2011) identifica que com o passar dos anos, a academia construiu e consolidou uma base para os estudos acerca dos efeitos da informação política no comportamento e nas atitudes dos *eleitores*. Cidadãos informados se apresentam mais propícios a se comportarem de forma que os associam a uma *boa prática* de cidadania - pelo voto, pela participação política e pela *tolerância* aos demais.

O conceito de Informação Política tem sido associado como maior variante de importância em pesquisas de comportamento social nos últimos anos, um processo que ocorre por duas razões: a primeira, entende-se que cidadãos com mais acesso ao conhecimento tendem a terem uma melhor participação política, melhores em traduzir seus quereres de acordo com seus valores e escolhas, consistentes com suas preferências; segundo, o uso da informação política tem poder de moldar e mudar o comportamento dos cidadãos (LEVENDUSKY, 2011).

O autor defende que cidadãos com mais conhecimento são *melhores* cidadãos, por serem mais tolerantes com minorias não populares e mais participantes nos processos políticos. Nesse aspecto, a informação conseguiria aferir a cidadania dos sujeitos, promovendo uma *melhor* democracia. Entendemos que ao defender a ideia de algo ser *melhor* que outro, criam-se bases de relações hierárquicas e de poderes; preferimos, então, pensar em uma performance de cidadania, que pode ser realizada de diversas maneiras, distanciando-se da dualidade maniqueísta entre o bom ou ruim, mas valorizando a pluralidade de formas.

Essa apropriação da informação política para atuação social e democrática é questionada por Aldashev (2010) quanto ao seu objetivo: “*why do citizens get politically informed in a democracy?*”⁷. Entender essa apropriação, no contexto de

⁷ Tradução: Por que os cidadãos se tornam politicamente informados em uma democracia?

grandes eleições, impõe um grande desafio: para se manter informado é necessário ter tempo e instrumentos específicos, não é de fácil tarefa tentar entender o que motiva cidadãos a investirem seu tempo para se manterem informados.

A pesquisa de Aldashev (2010) permeia a criação de um modelo de aquisição de informação que se baseia em duas vertentes: um cidadão adquire informação política para que consiga utilizá-la no futuro ao participar de algum debate político em sua rede de sociabilidade, ou para adicionar novas pessoas a essa rede. Esses pressupostos, na combinação de consumação e de investimento, implicam que o incentivo necessário para um cidadão se manter politicamente informado é pautado na amplitude de sua rede de sociabilidade - ou na participação em diversos grupos, como exposto por Nelson (1976).

Se os cidadãos são influenciados pelo seu ambiente social e são constantemente beneficiados por sua rede de sociabilidade, consumir e adquirir informação política implica em estar bem informado para habilitá-lo a participar em debates políticos desta rede, beneficiando-o pela partilha de informações e conhecimentos. Além disso, ao possuir uma informação política e utilizá-la em um debate, torna-se capaz de agregar novas pessoas em sua rede, criando relações (ALDASHEV, 2010).

Neste aspecto, percebe-se que as práticas de aquisição⁸ da informação política existem no local da coletividade, explicitado agora por Aldashev (2010), utilizado anteriormente por Nelson (1976) e posteriormente por Levendusky (2011) em seus respectivos contextos. A coletividade se apresenta como local da cidadania, adjetivada às vezes de *boa* ou *ruim*, mas sempre ambientada a partir de atuação dos sujeitos em processos ou grupos sociais.

O papel da mídia nesse processo de comunicação coletiva, de massas, é tida como uma variável importante nas considerações propostas por Aldashev (2010), na coordenação dos padrões de comportamentos e aquisição, entendimento, da informação política para os cidadãos. *Political informedness*, um cidadão politicamente informado, é um local de partida para entendermos que a decisão de voto de um eleitor deve ser baseada em seu grau de informação política, que, conseqüentemente, se conecta com a forma com o qual é incentivado socialmente a adquirir essa informação.

⁸ Aquisição é o termo utilizado pelo autor para conotar o processo de adquirir conhecimento.

Sabe-se que o advento das mídias⁹ implica diretamente em novas formas de incentivos sociais de aquisição de novas informações, políticas ou não. É importante entendermos a utilização das mídias e suas influências nos repertórios políticos e nos perfis dos sujeitos politicamente engajados. Nelson, em 1976, fala sobre esse perfil ao caracterizar o fenômeno *free-rider*, supracitado, entendendo as mídias como subprodutos e não como possíveis repertórios políticos.

Ao pensarmos no processo de desenvolvimento das tecnologias e dos meios de comunicação, percebemos que essa realidade proposta pelo autor em 1976 não se encaixa nas dinâmicas atuais. Houve uma inversão dos lugares, onde a mídia passa a ser o produto principal de comunicação, não mais como subproduto. E ao deixarmos as mídias digitais tomarem protagonismo, não implica necessariamente na obsolência das demais.

A procura por informação utilizando as mídias sociais digitais pode ser vista positivamente para entendermos as preferências de comportamentos ou participações políticas e civis, *online* ou *offline*, de quem a prática (GIL DE ZÚÑIGA et al., 2014), assim como partimos do entendimento de que a crescente utilização das mídias sociais digitais se relacionam diretamente com o crescimento de engajamento civil (ZHANG et al., 2010).

Podemos pensar, ambientados em Bennett (2012), que o crescimento emergente da utilização da internet a partir das mídias digitais aparenta estar resultando na criação de novas formas de ações coletivas, novos modos de cidadania especialmente entre os jovens. O autor discute a possível criação dos novos modos de cidadania em dois paradigmas que estão sendo cunhados: *ditiful citizenship*, uma cidadania 'obediente', onde os sujeitos costumam ser informadas a partir das mídias noticiosas tradicionais e se engajar em formas tradicionais da política; e a *actualizing citizenship*, uma cidadania 'efetiva', enfatizada pelos novos comportamentos dos sujeitos em utilizar novos repertórios políticos baseados na utilização de redes sociais por meio das mídias digitais.

Assim, tendo como foco as características e desenvolvimento pessoal no processo de busca da informação política, podemos entender que o sujeito pode,

⁹ Para Nelson (1976), as mídias mais populares e de fácil acessibilidade eram a televisão e o rádio, mas também considerava os jornais impressos e a troca de cartas. Essas mídias refletiam sua realidade e continuam presentes atualmente, apesar do desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação. Hoje, conseguimos pensar no contexto das mídias digitais, que engloba a Internet, os computadores, *smartphones*, *tablets*, *e-readers* e outros dispositivos que possibilitem a transmissão da informação.

também como abordado anteriormente, ser passivo ou ativo. A ideia de sujeito passivo no processo de busca por informação política está ligado ao comodismo, à ser levado e influenciado por subprodutos de mídia, sempre ocorrendo em um processo paralelo e não englobando uma busca ou atuação. O oposto da ideia do sujeito ativo, que está sempre em movimento e atuação a partir da busca nos repertórios políticos novos ou tradicionais, mesclando seus repertórios para suprir suas necessidades e possíveis embasamentos.

Sobre esse processo, Wolfsfeld, Yarchi e Samuel-Azran (2016) examinam a relação entre várias formas de utilização das mídias e sua relação com a informação política. Em *Political information repertoires and political participation*, os autores constroem seu argumento teórico a partir da ideia de que aqueles que demonstram mais interesse em política tendem a combinar o uso da mídia tradicional e das mídias sociais como repertórios de informação política¹⁰; e que essa combinação aumenta a distância entre esse grupo e o grupo de sujeitos que evitam as mídias ou dependem quase que exclusivamente de somente um repertório.

Os autores propõem o entendimento de três argumentos teóricos. Primeiro, argumenta-se que o interesse político, além de levar o sujeito a consumir mais notícias (*news*), também resulta no enriquecimento dos repertórios de mídias utilizados para encontrar informação política. Pessoas que realmente revelam o interesse sobre política são os únicos dispostos a dedicar seu tempo monitorando o mundo político e, de forma tradicional, essa atividade envolveria a leitura do jornal, ouvir programas jornalísticos na rádio ou assistir jornais na televisão. Exceto se eles estejam habilitados a manusear as tecnologias de informação, tais costumes e rotinas podem ser adaptados para a utilização de blogs de leitura, pesquisas em sites de busca, em conversas com suas conexões nas mídias ou redes sociais.

Como segundo argumento em favor de seus objetivos, os autores acreditam que aqueles que utilizam os dois tipos de mídias tendem externar um maior entendimento político, pois pessoas que utilizam as mídias tradicionais e sociais estão expostas a diferentes tipos de informação e a diferentes tipos de informações políticas. Ou seja, enquanto a mídia tradicional provavelmente oferece uma maior diversidade de pontos de vista (tipos de informação), pessoas que engajam em

¹⁰ Os autores consideram o uso da palavra repertório no sentido de todo o estoque de habilidades, técnicas ou dispositivos usados em um determinado campo ou ocupação. Dessa forma, ao se referir a um repertório de informação política, entende-se como uma combinação de fontes utilizadas por pessoas para entender ou aprender sobre política.

discussões políticas com seus amigos nas redes sociais podem estar mais expostas às questões que podem ser ignoradas pelas mídias jornalísticas tradicionais. E de acordo com Cornfield (2003), a internet aumenta a eficácia da troca de informações políticas, pois seus usuários se sentem menos intimidados em compartilhar suas visões políticas.

No terceiro argumento proposto pelos autores, entende-se que os sujeitos com maior nível de interesse político, um repertório de informação política mais completo e um maior nível de conhecimento político são mais passíveis de expor maior comprometimento/engajamento com a participação política. Assim, quanto mais um sujeito se interessa por política, mais esse assunto estará em sua vida, fazendo com que ele dedique mais do seu tempo para os processos políticos.

A intensidade da participação política está interligada com o seu interesse, mas também pela forma a qual as informações políticas são apropriadas pelo sujeito. Entender esses argumentos, perpassando pelo interesse pessoal, pela utilização dos repertórios e pelos processos favoráveis à participação política, evidencia que o uso da informação política influencia na dinâmica dos atos de engajar e interagir socialmente, a partir do coletivo.

Assim como Bennett (2012), que propôs modelos de cidadania, Wolfsfeld, Yarchi e Samuel-Azran (2015) propõem, para melhor entendimento desse conceito argumentativo, a criação de quatro tipos de cidadãos: a) os *avoiders*, aqueles que evitam utilizar as mídias, tradicionais ou sociais, para fins políticos; b) os *traditionalists*, que dependem das mídias tradicionais para se manterem politicamente informados; c) os *socials*, que tendem a priorizar as mídias sociais para se informarem politicamente; e os d) *eclectics*, que dependem tanto da mídia tradicional quanto das mídias sociais para acessar a informação política.

As opiniões/percepções acerca da informação política apresentam diversos pontos congruentes, mas entendemos que principal seja a sua existência a partir do coletivo, seja quando mencionamos a criação de grupos como agente facilitador para consumação e aquisição de informação política, ou quando citamos a densidade de população e suas implicações para criação de engajamentos políticos. A coletividade se apresenta também na criação da criticidade de posicionamento e na utilização de repertórios de informação política. Entendemos a coletividade como forte constructo social, do fazer cidadão, como parte da cidadania.

Desta forma, propomos que, apesar do arcabouço conceitual aqui exposto, o entendimento da informação política, ou mais especificamente da política, resulta de ramificações que englobam aspectos além do eleitoral, do partidário e do campo institucional. Que a ideia de informação política possa dialogar e ser compreendida a partir da cultura e da construção de uma consciência crítica. E, para isso, precisamos produzir alguns tensionamentos.

3 POTENCIALIDADES CONCEITUAIS DE *UMA* POLÍTICA¹¹

É até político se amar. É um dever meu ser feliz, é um dever meu ter dignidade, estar contente com a minha vida. Nós, enquanto travestis, mulheres pretas, travestis brancas e bichas, sapatão, bicha travesti. É um dever nosso estar bem, ser feliz, ser amadas. Para isso que eu vivo mesmo.

Linn da Quebrada (2018),
no documentário *Bixa Travesty*

É importante nos inserir em um ambiente de debate que possibilite entendermos melhor os objetivos que almejamos alcançar. Traçando um corpus que tensione o conceito de política, faz-se necessário apresentarmos o ponto de partida do nosso próprio entendimento. Para tal, nos remetemos à obra de Maar (2006).

Podemos pensar na política como uma referência presente em todas as dimensões do cotidiano, uma vez que o próprio cotidiano se desenvolve a partir da vida em sociedade. Seu surgimento deriva do momento em que acontece a história dos seres humanos, do dinamismo da realidade que está em uma constante transformação e se revela continuamente insuficiente e insatisfatória, resultante da própria atividade da existência em sociedade.

Podemos, também, pensar na política na perspectiva de sua relação com o poder. As pessoas, em seu fazer coletivo, desenvolvem políticas para alcançar seus objetivos, em diversas esferas de sua vida. É necessário entender a dualidade do termo: podemos nos referir ao poder político, a uma esfera de política institucional; mas também podemos referir das questões que dizem respeito à manutenção da própria existência. Nesse aspecto, o autor nos apresenta que dizer “Você precisa ser mais político” é completamente distinto de dizer “Você precisa se politizar mais”, isto é, precisa ocupar-se mais da esfera política institucional” (p. 11).

Ao ser perguntada sobre ser uma travesti inserida na esfera institucional da política, por Linn da Quebrada e Jup do Bairro em uma conversa no *podcast*

¹¹ Seria incapaz, aqui, realizar uma grande revisão de literatura que engloba abordagens conceituais da política a partir de um recorte histórico da humanidade. Esse não seria o objeto central desta pesquisa. Sendo assim, propõe-se, então, realizar tensionamentos conceituais de *uma* política: não entenda errado, não queremos dizer que exista apenas um tipo de política, mas pensando na possibilidade de discutir uma noção de política abarcada por autores que sejam referenciais do pensamento que queremos indicar.

Transmissão, Erika Hilton, vereadora pela cidade de São Paulo e a mais bem votada no Brasil em 2020, responde “Ela é travesti, ela é negra, ela é periférica, ela é jovem, ela é uma camada de muitas coisas que a política não estava preparada e nem querendo que estas camadas ocupassem aquele lugar” e continua

Nós não só ocupamos, e eu digo 'nós' porque eu não ocupo aquele lugar sozinha e não cheguei sozinha naquele lugar. Se eu estou ali e consigo ser a mulher mais bem votada, é porque existe uma longa trajetória que me faz e me prepara para aquele lugar. E porque existe um ubuntu, uma coletividade que também me permite chegar ali. A gente chega ali e não de qualquer maneira. A gente chega ali mostrando para aquele lugar cafona, para aquele lugar que não quer os nossos corpos que nós não só chegamos, mas chegamos com uma expressão de votos gritante. Muito mais bem votada que a cisgeneridade branca, oligarca, que por ano faz a manutenção daquele espaço para si mesma (TRANSMISSÃO, 2021).

Hilton relata ocupar um espaço que historicamente vêm sendo ocupado por uma *cisgeneridade branca e oligarca*, um sujeito tido como universal existente em diversas relações de poderes sócio-políticos. É nessa relação de poderes em que ela se afirma, como uma quebra desse cenário. Sua existência e permanência nesse local foi assegurada democraticamente por meio dos votos daqueles que acreditaram em sua importância nesse espaço de atuação, constituindo assim uma política de representatividade em uma política institucional. Não é apenas uma vereadora, é uma vereadora travesti, negra, periférica e *diversas camadas de muitas coisas*. Conseguimos pensar, também a partir desse relato, a existência de camadas na política.

Nesse contexto, Maar (2006) realiza um recorte histórico que nos permite pensar que, apesar da ideia da política institucional se fixar no imaginário como principal função significativa, há outros entendimentos que também são percebidos como o fazer político. Esse entendimento atenua o apagamento sistêmico dos processos políticos que se apresentaram desde sua gênese, pois “interessa perceber que, apesar de haver um significado predominante, que se impõe em determinadas situações, e aparece como sendo “a” *política*, o que existe na verdade são *políticas*” (p. 14).

Essa pluralidade não infere automaticamente a sua alternância. Pode coexistir em vários instantes diferentes políticas e propostas políticas em sociedade. É a partir dessa múltipla existência que Maar propõe uma dinâmica de relações de propostas com as tramas sociais, resultando em uma expressão política. Ou seja, a partir da

combinação das demandas, que podem surgir de uma combinação de fontes (institucionais ou de manutenção de existência), o sujeito consegue se expressar de forma política, se provir de uma atividade política. E a própria atividade política supõe “o exercício de uma atividade transformadora da consciência e de suas relações com o mundo” (p. 26).

Em uma prática do cotidiano, ainda segundo o autor, essa atividade política pode assumir a “perspectiva de realizar as relações humanas mais profundas no relacionamento pessoal, com o respeito à diversidade individual e a crítica à formas predeterminadas de conduta” (p. 28). Ou seja, pensar na atividade política a partir das práticas do cotidiano cria uma relação das atuações políticas dos sujeitos com as realidades vivenciadas por eles mesmos em seu dia a dia, resultando em uma atividade política que se baseie diretamente nas realidades sociais dos *seus* sujeitos.

“Quando eu me vi sozinha, quando eu me vi naquelas situações todas que a gente já conhece, sem ninguém, precisando se virar muito jovem (...)”, ainda relata Erika Hilton sobre o processo de abandono e reencontro com a família, “(...) ter tido amparo de referência de família e de humanidade na infância me deu base para que eu também saísse daquele lugar e começasse a pensar um novo modelo de vida pra mim e pras minhas”. Demonstrando a partir de suas práticas do cotidiano, a vereadora continua relatando o seu papel político:

porque quando eu vou pra política, eu também tou pensando em resgatar (...) uma condição de construção de política e de trajetórias que deem possibilidade para aquelas minhas parceiras da rua, das esquinas que sofriam as mesmas coisas que eu, que pudessem ver em mim uma possibilidade de transformação, de mudança, de resgate de nossa humanidade” (TRANSMISSÃO, 2021).

Ao relatar sobre os espaços que ocupa enquanto vereadora estadual, conseguimos entender que, mesmo ligada aos espaços institucionais de políticas públicas, o que Erika Hilton se propõe a realizar são diversas formas de política em diferentes esferas sociais. As políticas feitas a partir do seu local do agora, mas configuradas e influenciadas por toda sua trajetória, com pilares basilares em sua realidade. O fazer política se apresenta aqui em diferentes esferas, mas com objetivos concordantes: a transformação da realidade posta. Ao relatar seu caminho,

Hilton cria uma narrativa de responsabilização de representatividade: está nesse local por ela, mas também pelas outras.

Podemos pensar quando Vladimir Safatle (2016) nos escreve que a política nada mais é que "em sua determinação, um modo de produção de circuito dos afetos" (p. 39). Para o autor, não acreditamos que a contribuição da teoria dos afetos possa esclarecer os empasses sociopolíticos, por aceitarmos que essa dimensão se relaciona apenas à vida individual dos sujeitos, e que para expandir o entendimento e a compreensão de problemas sociais é necessária uma nova perspectiva que consiga descrever o funcionamento da estrutura da sociedade e seus valores, uma compreensão de que os afetos possam apenas ser considerados quando associados às atuações individuais, não coletivas.

É proposto, então, sair dessa dicotomia, escorando-se em Freud (1999), quando percebemos que refletir sobre os afetos nos proporciona um pensamento sistemático sobre como a vida social, associada à experiência política, podem produzir e mobilizar afetos que funcionam como base de sustentação da adesão social, exposta pela ideia de que "a vida psíquica que conhecemos, com suas modalidades de conflitos, sofrimentos e desejos, é uma produção de modos de circuito de afetos" (p. 38). "O *socius* está presente no Eu", diz Freud (1999, p. 194), pois ser afetado é "instaurar a vida psíquica através da forma mais elementar de sociabilidade" (p. 38), que possui a potencialidade de construir vínculos inconscientes.

Nesse mesmo pensamento, tentar compreender essa construção de vínculos e as modalidades de circulação social, Safatle (2016) escreve que Freud privilegiou as relações verticais que são próprias de vínculos às figuras de autoridade, como se houvesse um processo de reportar às instâncias personalizadas de poder de forma direta, "como se as relações sociopolíticas devessem ser compreendidas a partir das categorias de relações individuais entre dois sujeitos em situação tendencial de dominação e servidão" (p. 39). Ou seja, existem relações tendenciosas que condicionam o sujeito, a partir de suas práticas em âmbito sociopolítico, à relações hierárquicas de poderes, em situação de dominado e dominante.

3.1 Política e cultura como práticas do cotidiano

A edição de número 32, publicada em janeiro de 1981, trazia em sua capa uma fotografia de 11 travestis vestidas com camisa de time de futebol, organizadas de forma a mimicar a mais comum pose futebolística: na frente, algumas baixadas de joelho no chão; outras, logo atrás, em pé. Logo acima, em letras garrafais, o título da matéria capa de jornal: *Brasil, campeão mundial de Travestis*. Essa edição icônica do jornal *Lampião da Esquina*¹² dedicava, naquela ocasião, cinco páginas sobre *bichas biônicas* e uma entrevista com Rogéria, “o Zico desta seleção” (Imagem 1). Um jornal subversivo trazia em sua capa, ainda no período de censura instaurado pela ditadura militar, uma nova realidade brasileira: não era apenas o futebol que era popular, mas também as travestis. A alusão à configuração esportiva não se apresenta aqui de qualquer maneira, é a utilização da linguagem posta e sua subversão. É o emprego da prática cotidiana como dispositivo de mudança de realidade.

Imagem 1 - Brasil, campeão mundial de Travestis

¹² O *Lampião da Esquina* foi um jornal brasileiro, tido como imprensa alternativa, desenvolvido e popularizado por *homossexuais* a partir da veiculação do seu primeiro número, em abril de 1978. A sua publicação coincide com o momento de repressão instaurado pela Ditadura Militar. Apesar de não ter sido o único jornal subversivo publicado nessa época, o *Lampião* era um dos mais populares, debatendo abertamente a temática da homossexualidade e resignificação de termos pejorativos. Ademais, desenvolvia “um novo ativismo político, no qual se reivindicava o reconhecimento da diferença associado à pauta da demanda por igualdade e universalidade de direitos, e que introduziu novas categorias analíticas, como gênero ou sexualidade” (SCHWARCZ e STARLING, 2015).



Fonte: reprodução da internet.

Conseguimos pensar na cultura como um dos conceitos que nos possibilita entender o significado das práticas do cotidiano, enquanto exerce sua influência sobre essas mesmas práticas. Sendo uma prática do cotidiano e da própria vida em sociedade, considera-se que as construções sociais do sujeito sofre influências da realidade onde ele se insere. Assim, existem várias culturas, várias realidades e várias formas de construções sociais.

Laraia (1986) nos apresenta um panorama antropológico acerca dos entendimentos de cultura e contextualiza essas abordagens historicamente, se contrapondo aos determinismos (biológicos e geográficos) perpetuados por alguns pesquisadores. Se opondo a algumas conceituações acerca da cultura, o autor consegue nos apresentar algumas problematizações que demonstram a perpetuação do uso de alguns determinismos por alguns teóricos e pesquisadores.

Ao se contrapor ao determinismo, Laraia (1986) nos esclarece sobre as diferenças significativas entre determinados povos, mesmo que possam existir alguns pontos de similaridades entre eles. Enquanto nos apresenta diversas conceituações, Laraia (1986) nos diz que esta discussão não acabou e é provável

que ela nunca acabe “pois, uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana”. A cultura, então, perpassa subjetividades que são difíceis de identificar. Nessa subjetividade, entendemos que pessoas de diferentes culturas manifestam diferentes olhares sobre um mesmo objeto.

Situando a discussão em possíveis relações com o *fazer*, na sua esfera do cotidiano, pode-se pensar que as gerações passadas transmitiram uma herança cultural que condiciona a forma com a qual lidamos, às vezes depreciativa, com as diferenças de comportamentos dissidentes, fora dos padrões da maioria. É na herança cultural que se constrói o modo de enxergar o mundo, os comportamentos sociais, as apreciações, a moral e até as posturas corporais. Esses aspectos podem ser vistos como o resultado de uma determinada cultura (LARAIA, 1986). Essas influências geracionais sobre a cultura é o que nos faz perceber suas demarcações. Demarcadores de postura, comunicação, formas de expressões. É possível que identifiquemos certos traços que nos remetem a culturas específicas.

Nesse contexto, Laraia (1986) nos resume que todos nós possuímos o potencial do “mesmo equipamento anatômico, mas a utilização do mesmo, ao invés de ser determinada geneticamente [...] depende de um aprendizado e este consiste na cópia de padrões que fazem parte da herança cultural do grupo”. Desta forma, a cultura se entende como uma forma pela qual se enxerga o mundo. É evidente que, a partir do exposto, entendemos que a cultura não se define por aquilo que é feito agora, mas por um caráter acumulativo, onde os acontecimentos passados podem moldar o *fazer* presente e até futuro. Os sujeitos se tornam, nessa perspectiva, não apenas o que produz uma determinada cultura, mas o próprio produto dela.

É importante incorporar o pensamento de Clifford Geertz (1980), que entende a cultura como um instrumento, ao pensá-la não como “um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções [...] para governar o comportamento”. Geertz defende que a cultura seja vista como um instrumento de perpetuação de algumas formas de controle e mecanismos que visam moldar os comportamentos dos sujeitos que dela fazem parte.

Para Leo Maar (2006) a cultura é instrumentalizada com objetivos políticos. As concepções políticas, conforme o autor, são enraizadas culturalmente. Neste ponto entendemos a possibilidade desse tensionamento, ao ponderarmos a cultura

como um dos pontos principais para conformar os interesses políticos dos sujeitos. Ainda segundo Maar, se o ambiente cultural corresponde majoritariamente aos interesses políticos da classe dominante, as concepções da política nesse ambiente serão também da classe dominante. Isso ocorre quando há o processo de transformar uma cultura *na* cultura da sociedade. Ou seja, quando tentam transformar uma forma de cultura ou interesse político no padrão universal, excluindo todas as maneiras dissidentes desse cenário, a classe dominante se coloca como base para qualquer desenvolvimento de interesse político ou cultural. Nesse sentido, “a cultura instrumentalizada politicamente torna-se um apoio ideológico de orientações políticas” e “através do uso ideológico da cultura, o agente político consegue generalizar para a sociedade como um todos os seus próprios critérios de valor”.

Destarte, se *dada* cultura se solidifica enquanto uma forma *universal*, atendendo as demandas identificadas, esta age como dominadora, inviabilizando os interesses das minorias, privilegiando uma parcela da população. A cultura, assim, não existe na subjetividade, mas nas formas de controle de comportamento.

Entendendo, então, a cultura e a política a partir de diversos atravessamentos, percebemos que ambas se interligam: a política surge principalmente pelas necessidades postas na forma de enxergar a vida. A cultura é uma base fundamental na formação do sujeito, influenciando de forma direta nos seus costumes, comportamentos e formas de agir, englobando também os caminhos trilhados para o seu *fazer* político. Ao estar inserido em uma cultura, o sujeito se constrói por diversas questões e atravessamentos cotidianos, sendo necessário pensar na política também como uma ferramenta de manutenção da própria existência, tanto nos aspectos individuais quanto coletivos.

3.2 A consciência como campo de desenvolvimento político

Por entendermos, a partir do exposto sobre cultura, haver um processo de construção identitária estrutural, na construção de valores e comportamentos, podemos pensar nos aspectos dessa construção e possíveis congruências das relações entre o fazer político e o sujeito, no individual e no coletivo.

“Não há consciência sem memória. Não há memória sem representatividade”, declara Jaqueline Gomes de Jesus (2018), “só quando eu vejo os meus eu sei que

posso estar em qualquer lugar, não só naqueles que o preconceito tenta me impor”. Jaqueline escreve, então, sobre as práticas de *TransFake*¹³ e como ela acarreta uma falta de representatividade. Mas conseguimos entender que a autora constrói nessa crítica uma relação dialética entre a consciência e a memória, onde a consciência pode ser invisibilizada caso não exista a memória ou esteja sendo criada a partir de uma mentira, deturpação (*transfake*).

Essa relação também é abordada por Débora Morato Pinto (2013), em *Consciência e Memória*, onde a consciência “é mudança e se mostra também como condição da conservação de tudo o que nos afeta” (p. 41). E por trás dessa afirmação, é proposto um melhor entendimento sobre a construção desta mesma premissa. A ideia da consciência está intimamente ligada à cultura atual, do século XX, ao sempre evocá-la por meio de expressões como ‘*eu tenho consciência das coisas*’ ou ‘*minha consciência me diz...*’. Essa consciência se associa diretamente à existência de um mundo de ideias, num reservatório pessoal que envolve sentimentos, desejos e imagens ao dispor sempre que necessário.

Consoante a autora, no decorrer de sua história, a Filosofia afere a consciência como papel essencial na definição do ser humano a partir da modernidade. A consciência se apresenta como uma instância eminente humana que propicia o verdadeiro conhecimento, promovendo a vida social e coletiva, remetendo ao pensamento grego ao entender uma *noção da alma*. Ou seja, ela é uma atividade de representação do mundo a partir das ideias, que podem ser convocadas sempre que preciso, para possibilitar uma reflexão de si mesma.

No entanto, Pinto (2013) evoca em Bergson (1999; 2006) a percepção de que essas conceituações oferecem mera visão parcial e superficial da consciência. Assim, afirma-se que “a consciência é memória” (p. 40). Contrapondo os filósofos modernistas e suas concepções da consciência como um local de consulta e exame de si, aqui se impõe como o próprio fluxo, o conjunto dos processos, onde “toda forma de consciência implica uma multiplicidade não separável” (p. 40). Ou seja, se apresenta não mais como um poço onde se recupera algo, mas como um processo acumulativo e dissociável, onde um acontecimento pode somar-se a outro acontecimento similar. Nesse contexto,

¹³ Jaqueline Gomes de Jesus (2018) define *TransFake* como “a tradicional prática de escalar somente pessoas cis para interpretar pessoas trans”.

Não é uma representação nem um estado delimitado ou determinável por um nome ou um conjunto de atributos; em suma, por um conceito. Estamos, ao contrário, em contato com um movimento de totalização puramente dinâmico e qualitativo; esse antes não está fechado, pronto, acabado, mas recebe do momento atual a sua própria continuidade: nesse sentido, o antes é idêntico ao durante e indissociável do depois - estamos aqui diante de um passado que avança e invade o futuro que se está criando (PINTO, 2013, p. 41).

É preciso pensar nesse fluxo não como um conjunto de ideias, mas como um resultado de uma construção, como uma condição de observação. Permeia-se a partir das experiências cumulativas, podendo influenciar em tudo o que nos afeta. Conseguimos entender que a partir da consciência é formado o presente, que está em constante contato com o passado (memória) formando caminhos para serem trilhados no futuro.

A consciência como caminho se interliga diretamente com o desenvolvimento da realidade, influenciando formas e modos de vidas distintos, como base de um desenvolvimento que acontece em perfeita sincronia com o que já foi e com o que pode ser vivido, criando um diálogo com a nossa própria história. Criar essa coerência permite pensarmos em como nossa vida é moldada a partir de um processo estrutural e histórico que nos cerca e influencia no que fomos, somos e podemos ser.

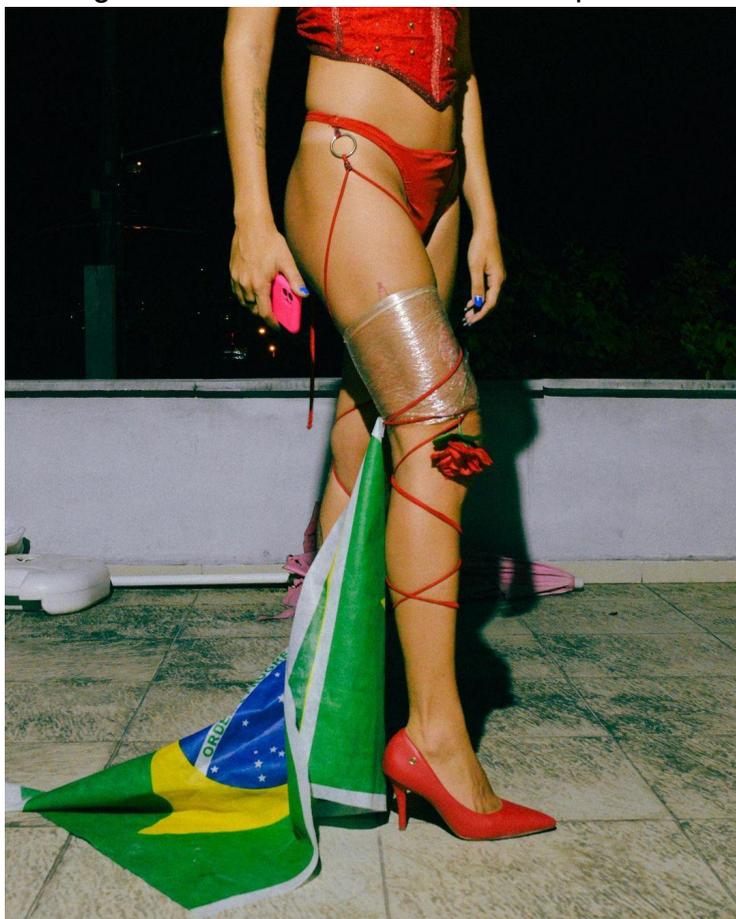
Pontuamos, dentre diversos acontecimentos, especificamente um vídeo que repercutiu imensamente nas redes sociais em 2021. Gravado em uma cidade no interior do Estado da Bahia, em que Tertuliana Lustosa, vocalista de uma banda baiana de nome *A Travestis*, realizou uma performance no palco de um dos seus shows. Na performance, a artista aparece segurando uma bandeira do Brasil verticalmente, abaixando-se e a acendendo em chamas, dividindo-a ao meio. O vídeo foi apropriado amplamente pelos defensores políticos de direita e repercutiu, majoritariamente, de forma negativa.

Em meio aos ataques, Tertuliana relata que “A bandeira do Brasil representa a colonização que vivemos até hoje, dominada pelo racismo, transfobia e desigualdades sociais”, inserindo o ato em um campo simbólico¹⁴, continua “Eu paro de queimar bandeira do Brasil quando vocês pararem de matar travestis no país que

¹⁴ Entendemos o *campo simbólico* a partir da proposta de Pierre Bourdieu (1989) em *O Poder Simbólico*, como local de representação de um espaço simbólico, que possibilita agentes que determinam, validam e legitimam as representações. No campo, tido como um poder simbólico, é estabelecido classificações dos signos, das adequações e do pertencimento aos códigos de valores.

temos 35 anos de expectativa de vida e que é o que mais nos mata no mundo, combinado?" (Imagem 2).

Imagem 2 - As Travesti e a bandeira queimada



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CUTBxMipPXE/>.

A queima da bandeira não simboliza apenas uma bandeira do Brasil sendo queimada, é muito mais que isso. A bandeira é representativa da história do próprio país, da história da brasilidade e seus componentes construtivos. A queima se refere à destruição dos constructos, das relações, dos jogos de poderes. E para chegarmos nesse local, é preciso enxergarmos a realidade posta a partir do entendimento histórico que nos trouxe até aqui. Se performamos essa brasilidade racista, transfóbica, desigual - dentre tantas outras problemáticas -, não chegamos aqui sem memória, sem o nosso passado. E não sairemos, também.

Nesse contexto, nos apoiamos em Paulo Freire (2002), em *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*, que nos diz que nós só nos conscientizaremos da nossa realidade e conseguiremos transformá-la ao nos aprofundarmos em uma consciência crítica. Ao nos conscientizarmos criticamente estabelecemos um

compromisso com o mundo que habitamos e construímos, pois criticamente conscientes do nosso local, da nossa realidade de opressão, é que conseguiremos superá-lo. A conscientização, o ato de se tornar consciente, aparece em Freire (2002) além da consciência e do mundo, mas como um caminho que possibilita tomarmos uma posição frente ao mundo: estamos no mundo, com o mundo e pelo mundo. A mesma realidade que nos oprime e explora é a mesma que nos possibilita criar formas de vida em sociedade.

4 A DIALÉTICA DO PROTAGONISMO SOCIAL: ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DA ANTRA

Nosso protagonismo não é tão somente uma presença física, ou virtual, ela é, sobretudo, intelectual, no sentido mais gramsciano do termo: dentro da máquina podemos mudá-la, torná-la mais orgânica, e repito: trans-for-má-la!

Jaqueline Gomes de Jesus (2018)

Foi implantada em 2021, pela Câmara Municipal de São Paulo, a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência Contra a População Trans e Travestis. Proposta e presidida por Erika Hilton, a CPI propôs investigar especificamente a violência contra pessoas trans* e travestis na cidade de São Paulo, contando com um período de 120 dias para esquematizar esses dados e gerar um relatório, de modo a subsidiar ações combativas a essa realidade.

Sendo a primeira CPI criada no Brasil para sistematizar esses dados, mesmo em âmbito municipal, denota uma realidade precária brasileira: não há dados oficiais sistematizados de assassinatos e violências contra pessoas trans* e travestis no país¹⁵. Todavia, antes da política institucional constituir essas novas vias, caminhos foram trilhados por diversas Organizações Não Governamentais (ONG), Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou da militância, como diz Natasha Wonderfull¹⁶.

Como alternativa, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) realiza um trabalho extremamente importante no que se diz à organização dos dados associados à população trans* e travestis brasileiras desde 2018. É publicado anualmente o *Dossiê dos Assassinatos e da violência contra pessoas TRANS*¹⁷, de

¹⁵ Arruda e Araújo (2021) identificam que no Brasil os dados sobre o assassinatos e violências cometidos contra pessoas trans e travestis são coletados, sistematizados, analisados e publicados a partir da intervenção da sociedade civil, por diversas associações ou instituições/organizações nacionais de voltadas à população LGBTQIA+, dentre elas, o Grupo Gay da Bahia (GGB), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e também pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans Brasil). Já em âmbito público institucional, a CPI da Violência Contra Trans e Travestis, proposta por Erika Hilton na Câmara de São Paulo, é a primeira comissão parlamentar de inquérito que objetiva sistematizar esses dados.

¹⁶ Natasha é uma grande amiga, militante do movimento trans* em Alagoas e no Brasil. Ela sempre se remete às formas de mobilização em prol da população trans* e travesti, assim como outras parcelas invisibilizadas da sociedade, como “militância”.

¹⁷ Os Dossiês, publicados desde 2018, estão disponíveis para acesso gratuito pelo site oficial da ANTRA. Acesso em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>.

acesso gratuito, constando, além dos dados, sua sistematização: um estudo comparativo metuculoso entre os estados e regiões brasileiras; e as relações entre violência, gênero e raça.

Os dados sistematizados pela ANTRA abrange um âmbito nacional sendo disponibilizados posteriormente para acesso da sociedade civil, comunicados pelas suas redes sociais. A associação também realiza trabalhos em parceria com outras instituições de Direitos Humanos, produzindo cartilhas e manuais de conscientização para população LGBTQIA+, sempre impondo a urgência dos direitos da população trans* e travesti.

A sistematização dos dados realizada pela ANTRA, com a iniciativa proposta por Erika Hilton em âmbito estadual em São Paulo, funciona também como forma de protagonizar um discurso acerca dessas problemáticas urgentes: políticas públicas de combate a essas problemáticas se constroem a partir de dados que comprovem suas urgências. Dessa maneira, sustentamos a opinião de que a ANTRA atua em diversas vertentes com o intuito de viabilizar um protagonismo da população trans e travesti.

O protagonismo mencionado alinha-se a percepção de Perrotti (2017), o qual indica um lugar em uma ordem, remetendo ao topo desse lugar, como algo que está exposto, com mais visibilidade e de forma explícita, em “uma posição determinada na luta, ocupada pelos diferentes sujeitos que participam dos embates” (2017, p.14). Esse protagonismo não existe em âmbito privado: a luta pressupõe, além de lutadores, espectadores. Para existir, ele está condicionado à relação de ator-palco-plateia. Ou seja, ocupa um local de visibilidade que diz respeito a todos os incluídos.

O entendimento proposto por Perrotti (2017) contempla o protagonismo a partir de uma resistência, do combate e do enfrentamento de antagonistas criados pela esfera física e social, que tendem a afetar a todos. Significa, portanto, a tomada de “posição dianteira face a obstáculos que ameaçam a espécie (causados por pessoas, animais, circunstâncias, sentimentos, ideias, preconceitos etc.)” (2017, p. 15).

A luta assumida pelos protagonistas é mais que enfrentar o antagonismo, é uma forma de atuação social e de produção de cuidados para um mundo compartilhado. O protagonista, o protagonismo, nessa concepção, extrapola o apenas fazer: está no *agir sobre*, no *agir com*, na vinculação com o outro

(PERROTTI, 2017). Ao defender o protagonismo performado pela ANTRA, não se exclui outros meios de combate e organização de pessoas trans* e travestis: o movimento acontece de forma plural, em conjunto com outras entidades e formado por diversas pessoas. É reconhecido, apenas, um protagonismo no sentido de enfrentamento aos seus eixos antagônicos, suas formas de luta e embate.

A professora Henriette Ferreira Gomes publicou em 2019 o trabalho *Protagonismo Social e Mediação da Informação* que investiga, na perspectiva de autores da CI, como se apresenta a relação entre o protagonismo social e a informação. Compreendendo o protagonismo como o objetivo principal do trabalho informacional, ela situa a mediação da informação como a ação central que recorre à informação em favor da construção desse protagonismo.

A discussão acerca do conceito de mediação existe em diferentes áreas. Silva (2015) identifica uma forte ligação entre o conceito com as áreas do Direito, da Comunicação e da Educação, atribuindo o seu desenvolvimento a quatro correntes teóricas do pensamento: a) ao positivismo; b) ao funcionalismo e a teoria sistêmica; c) à teoria crítica; d) e ao sócio-interacionismo.

No positivismo, o conceito de mediação é influenciado pela visão lógica e formal das ações que priorizam as concepções factuais e dos processos históricos. No funcionalismo e na teoria sistêmica, a mediação absorve a função de dar sentido e satisfação às necessidades determinadas por demandas culturais, além de um sistema de conjunto de elementos que interagem. Na teoria crítica, é influenciado pelo fundamento marxista de aplicação de métodos investigativos que tentam erradicar formas de dominação para uma formação de consciência e razão crítica. E no sócio-interacionismo, alguns princípios são contemplados, como: a igualdade, o reconhecimento das diferenças, a inclusão, a integridade e a autonomia (SILVA, 2015).

Na América Latina é usual utilizar o verbo *mediar* e variações como *mediação* e *mediador* quando se refere às produções acadêmicas, o que ressalta ainda mais a sua importância. Mas, apesar de ampla adoção, percebe-se que a utilização não é clara e consensual quanto ao seu significado (SIGNATES, 2003).

Compreendemos a mediação como o intermediário, algo que intermedeia, ao meio, estabelecendo uma ligação entre partes. Como “[...] àquele que se liga ao primeiro (ou dele deriva) por intermédio do segundo”, conseguindo adquirir uma conotação mais processual ou de movimento, onde “...entre um termo ou um ser do

qual se parte, e um termo ou um ser ao qual se chega, sendo esta ação produtora do segundo, ou pelo menos condição de sua produção” (SIGNATES, 1998).

É por existir uma grande variação de concepções sobre mediação, que a sua conceituação pode sofrer influências de diversas áreas do conhecimento, de acordo com suas especificidades, e assumir contextos mais simples ou mais complexos. Orozco Gómez é um dos autores que investigou o fenômeno da mediação na América Latina e um dos primeiros a relacionar o conceito com o processo de aprendizagem informal por meios de comunicação. Em 1997, ao analisar o trabalho de Martín-Barbero (1986), aponta a mediação como um lugar que se dá o sentido das comunicações¹⁸. Desta forma, o trabalho, a política, a cultura, podem ser vistas como fonte de mediação dos processos comunicativos, assim como a etnia, o gênero, as identidades, instituições formas de organizações sociais. Essas são fontes de mediação que possibilitam a interação com os meios. A mediação, portanto, aparece como o *lócus* onde ocorre a comunicação e gera sentido.

Na Ciência da Informação, assim como o seu próprio campo epistêmico, estudos sobre a mediação ainda carecem de amadurecimento conceitual em outras áreas, reforçado pelo caráter da interdisciplinaridade da CI (SILVA, 2009). Sendo o principal objeto de estudo da CI a informação, os estudos sobre a mediação que são desenvolvidos na CI buscam consolidar o conceito a partir de seu objeto, surgindo então a mediação da informação - por uma perspectiva de interação entre informação e usuário.

Orozco Gómez (2000) junto com Bakhtin (1981) são evocados por Gomes (2019) ao tratar a mediação como o lugar de geração de sentidos, em um processo de comunicação que acontece no interior de determinada cultura, entendendo que os signos se constroem no âmbito da cultura. De acordo com Bakhtin (1981), ainda argumentado por Gomes (2019), a consciência e a capacidade do desenvolvimento da compreensão se manifesta da base semiótica produzida a partir das relações sociais, tanto na intra quanto na intersubjetividade na articulação dos signos e das linguagens. Desta forma, articula-se um conceito de mediação que se aproxima das abordagens no campo da CI, compreendendo-a como “[...] impulsadora da geração de sentidos, sentidos que se expressam na instância do conhecimento em estado de compartilhamento (informação)” (GOMES, 2019, p. 16).

¹⁸ “*El lugar desde donde se otorga el sentido a la comunicación*”.

Mas, para Gomes (2019), a mediação da informação só ocorre de forma efetiva quando compreendem cinco dimensões que devem ser articuladas para que a mediação possa proporcionar o protagonismo social: i) dimensão dialógica, ii) dimensão estética, iii) dimensão ética, iv) dimensão formativa e a v) dimensão política. Pois, somente quando o sujeito se apropria da informação é que ele pode tomar sua posição à frente dos problemas.

Entende-se que a mediação da informação depende diretamente das práticas de comunicação, exaltando sua i) dimensão dialógica. O encontro ocorre após o processo dialógico, a manifestação e a interlocução entre os sujeitos na sociedade, favorecendo o exercício da crítica e da observação intensa para suprir as lacunas do conhecimento.

O sujeito alcança o antecôhecimento ao exercitar a crítica, que o auxilia na identificação dos próprios limites e potencialidades, assim como em estratégias de comportamento que o auxiliem na superação dos limites. Desta forma, o sujeito consegue alcançar a ii) dimensão estética, ao reconhecer o conhecimento construído, a apropriação e a geração de novos conhecimentos.

No processo de autoconhecimento, o sujeito exercita uma ação consciente de tomadas de decisões e posicionamentos quanto ao *outro*, ao meio e ao contexto de sua existência, compreendendo que práticas de comunicação pressupõem interação com os outros sujeitos da sociedade. Em virtude, alcança-se a iii) dimensão ética da mediação da informação.

A dimensão estética e a dimensão ética possuem uma forte relação com a iv) dimensão formativa¹⁹, ao motivar a atividade de formação do sujeito, assim como sua qualificação. Considera-se que toda a experiência humana possui um caráter formativo, por transformar o próprio sujeito a partir de sua experiência. E nessa experiência, “o sujeito se recria e recria o mundo”.

A v) dimensão política é explicitada a partir da articulação das quatro dimensões da mediação da informação supracitadas. Gomes (2019) argumenta que o processo dialógico consegue aproximar agentes e dispositivos informacionais, fazendo com que o próprio mediador se torne um protagonista, uma vez que suas ações constroem e interferem em ações. Desta forma, o mediador da informação

¹⁹ Gomes (2019, p. 18) ressalta que “[...] mesmo não ocorrendo atividades planejadas e sistematizadas de formação e qualificação, o próprio encontro com o conhecimento em estado de compartilhamento (informação) é potencializador da formação e da qualificação. Em essência, toda atividade humana tem um caráter formativo”.

pode ser visto como um agente político, ao se fundamentar na tomada de consciência²⁰.

“Não se tem efetivamente mediação da informação em favor do desenvolvimento do protagonismo social sem a sua execução consciente” escreve Gomes (2019). As cinco dimensões, defendidas pela autora, se tornam imprescindíveis para que a mediação da informação alcance o seu objetivo.

Isto posto, compreendemos que a mediação da informação pode se sustentar tanto em fluxos formais quanto informais. Em fluxos formais, subentendem-se espaços de atuação de profissionais da informação. Quando em fluxos informais, a partir da criação de uma consciência política do mediador quanto ao seu local de mediação, comunicação e compartilhamento.

A mediação da informação acontece em ambientes múltiplos, sem limites ou regras pré-estabelecidas para indicar o que se é ou o que não é. Sabemos que uma informação pode significar algo para alguém e também não ter sentido para outras. Se pensarmos que essa informação está nesse local é porque alguém a colocou, ou a disponibilizou, a fim de comunicá-la para quem a busca e consiga entendê-la se for apropriada e interpretada corretamente, considerando que “o uso e apropriação da informação estão relacionados a uma ação, mesmo que de forma inconsciente” (FADEL et al., 2010, p. 15).

Assim, podemos pensar nas demandas informacionais atuais destacadas pelas mudanças e desenvolvimentos tecnológicos da sociedade atual. O crescimento do uso das tecnologias da informação e comunicação influenciam diretamente na circularidade da informação de uma forma dinâmica, na instantaneidade. A Internet, além de uma ferramenta, é uma demanda de atuação. Sua utilização proporcionou a criação de diversas outras ferramentas que possibilitam a troca e interpolação instantânea de informações com os usos de redes sociais. Ao romper as barreiras geográficas, a Internet possibilita que possa existir uma ligação entre sujeitos que estejam em locais físicos distintos, destituindo barreiras de espaço e tempo.

Em Castells (2013), essas inovações tecnológicas focam na adaptabilidade e na flexibilidade que proporcionam a eficiência e velocidade na reestruturação desse modelo informacional. As tecnologias, então, podem ser caracterizadas como um

²⁰ Para Freire (2008 *apud* GOMES, 2019), a consciência potencializa e fortalece o sujeito para a transformação de si e do mundo.

fator de transformação social, consolidando a democratização no acesso à informação.

A revolução tecnológica, proposta por Castells (2013), foi quase inconscientemente difundida entre a cultura das sociedades pela essência libertária dos movimentos ocorridos em 1960. A busca por uma identidade é visto como um dos aspectos que motivaram os impulsos das novas tecnologias, promovendo uma integração globalizada da produção e distribuição de palavras, sons e imagens da cultura por um novo modelo comunicacional, personalizando-os segundo as identidades e indivíduos.

Essa integração globalizada em ambiente digital acontece através da produção, distribuição e troca informacional entre diferentes sujeitos em rede, que entendem esse ambiente como uma extensão de suas relações e atividades humanas, agora potencializadas pela instantaneidade e abrangência global. A interpolação e entrelaçamento de informações de forma remota já havia sido apontado por Castells (2002) ao definir a atual sociedade como uma estrutura social que se baseia em "redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação".

As transformações e desenvolvimento das tecnologias possuem um caráter evolutivo orgânico, pois todas as tecnologias podem ser compreendidas como nossas extensões físicas (MCLUHAN, 2001). Assim, intuímos que as tecnologias são desenvolvidas para suprir uma necessidade, seja ela de âmbito coletivo ou individual, mas tendendo a saciar uma necessidade posta. Se pensarmos que muitos de nós temos a necessidade de nos comunicar com alguma outra pessoa, seja familiar ou apenas alguém pelo qual nutrimos algum sentimento, mas somos impossibilitados por barreiras territoriais, buscaríamos reverter essa situação de alguma maneira²¹. Ou se quiséssemos saber de algo, ter acesso à alguma informação de forma rápida e prática, pensaríamos em tornar esse processo mais ágil e acessível. A internet proporcionou, dentre diversas outras possibilidades, a criação de ferramentas que oportuniza o acesso à informação e interação de seus usuários.

²¹ Castells (2002) demonstra o papel da internet na conexão entre indivíduos que se encontram fisicamente afastados, desempenhando um papel positivo na manutenção de laços fortes à distância.

Desta maneira, Castells (1999) e Lévy (1999) vislumbraram o advento da internet e dos computadores além das características comunicativas e de aparatos de trabalho, mas como meios de interação e organização essenciais para uma sociedade contemporânea em rede. A interação possibilitada entre o sujeito e o objeto proporciona uma ressignificação das relações interindividualistas.

Nesse contexto, Lévy (1999), apresenta o ciberespaço²² como um meio de interação entre sujeito e objeto e sujeito, com três pontos principais no crescimento do mesmo: (1) a interconexão, contemplando a conexão entre indivíduos em uma construção de conhecimento como grupo; (2) a criação de comunidades, apoiada sobre a característica interior e constituída a partir de afinidades e interesse mútuos; (3) e no sujeito coletivo, sobre o sujeito que se constitui um **no** e **com** o outro, como parte de um grupo, em uma união de interações de consciências que produzem conhecimento e navegam juntas.

Nascimento e Mata (2020) escrevem sobre o comportamento informacional de travestis multiplicadoras²³ do Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (GOLD). Utilizando a entrevista como instrumento de coleta de dados, as pesquisadoras roteirizam o processo em três eixos temáticos: a necessidade de informação, as formas de busca pela informação e o uso da informação obtida.

As pesquisadoras identificam que, ao analisar as fontes informacionais utilizadas pelas entrevistadas, existe unanimidade quanto ao uso da internet como principal mecanismo de busca da informação, especificamente a busca por produções científicas desenvolvidas em âmbito internacional. E também de outras travestis, por intermédio da utilização de redes sociais, participação em grupos específicos que retratam o universo da vida das entrevistadas.

"Pode ser verificado que as travestis multiplicadoras fazem uso das interações com o sistema, como a utilização de mouse, clique nos links da web, que envolvem atos mentais, como o julgamento da relevância das informações recuperadas", relatam Nascimento e Mata (2020). Conseguimos compreender haver um direcionamento de utilização de ferramentas digitais para participar de espaços virtuais que possibilitem o acesso, o compartilhamento e a apropriação da

²² Lévy (1999, p. 17) define o ciberespaço como "o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores".

²³ "Atribuiu-se o termo "multiplicadora" às travestis que, devido a sua forma de atuação na organização não governamental e suas capacitações enquanto educadoras, contribuem na formação de opinião e disseminação de informações confiáveis relativas às questões de gênero e sexualidade para outras travestis e a sociedade civil" (NASCIMENTO e MATA, 2020).

informação. De preferência, que haja a troca de informação baseada na vivência ou na confiabilidade da informação²⁴.

Pressupõe-se, em teorias supramencionadas, a internet e o ciberespaço como espaços propícios para o fazer coletivo de sujeitos que constroem seus próprios ambientes, em base de afinidades e comunicações, visando uma atuação que começa no 'eu' e atinge o 'nós'; permitindo uma interação, baseada em Lévy (1999), de ações entre sujeitos-objetos, sujeitos-sujeitos, autor-usuário, usuário-autor de comunidades específicas. O sujeito se faz ativo ao criar e manipular objetos e interage sob um conhecimento pré-existente no constituinte a uma dialética do novo saber. Quanto mais essa postura se frisa, mais o sujeito se integra e retém o conhecimento que pretende aprender.

É importante entender como a *internet*, pode ser vista como esse espaço de livre produção, distribuição e troca de informação de forma ágil e quase instantânea entre diferentes sujeitos, independente de distâncias territoriais, destruindo possíveis barreiras entre a comunicação²⁵, sendo também propícia para construção de interconexão entre os usuários, possibilitando a criação de comunidades ou grupo de afinidades e na construção de um sujeito coletivo.

A partir dessas características, ressalta-se a subjetividade encontrada em cada usuário, que é potencializada pela criação de redes sociais, que possuem o princípio de viabilizar e facilitar a criação de interconexões entre os usuários da internet e prover um espaço de fácil sociabilidade. É possível que se criem grupos baseados em afinidades que possam ser utilizadas por uma parcela ou fragmento dos usuários, de acordo com suas necessidades e subjetividades.

²⁴ “As dificuldades no que concerne à localização de informações relacionadas à identidade de gênero com foco na travestilidade pode ser justificada pela baixa disponibilidade de assuntos confiáveis e direcionada à população de travestis nas mais diversas ferramentas informacionais. Vale ressaltar que as especificidades de informações direcionadas às travestis podem ser muito diferentes dos conteúdos extraídos sobre transexualidade e transgeneridade” (NASCIMENTO e MATA, 2020).

²⁵ Ressaltamos que existem diversas outras barreiras socioeconômicas relacionadas ao uso e acesso de tecnologias por diversas partes da população mundial. Nesse sentido, Castells (2003, p. 203) nos propõe que “A centralidade da Internet em muitas áreas da atividade social, econômica e política equivale a marginalidade para aqueles que não têm acesso a ela, ou têm apenas um acesso limitado, bem como para os que são incapazes de usá-la eficazmente. Assim, não surpreende que a proclamação do potencial da Internet como um meio de liberdade, produtividade e comunicação venha de par com a denúncia da ‘divisão digital’ gerada pela desigualdade a ela associada. A diferenciação entre os que têm e os que não têm Internet acrescenta uma divisão essencial às fontes já existentes de desigualdade e exclusão social, numa interação complexa que parece aumentar a disparidade entre a promessa da Era da Informação e sua sombria realidade para muitos em todo o mundo.

Nesse contexto, cabe destacar a fala de Nascimento e Mata (2020) ao identificar que o uso dos ambientes virtuais pelas travestis se constituem na troca de informações baseadas na vivência de outras travestis e na confiabilidade aferida a essa informação. Encontramos na ANTRA uma lacuna preenchida quanto à confiabilidade da informação suprida pelo seu papel de atuação política quanto uma associação de âmbito nacional que se articula por e para pessoas trans* e travestis.

Tendo a máxima de que as redes sociais e seus conteúdos são intrinsecamente interligados às vivências de quem o usa, é importante ressaltar que a conversação mediada por computadores é uma apropriação desse sistema técnico para uma prática social (RECUERO, 2014, p.18). A ANTRA é uma rede nacional que articula 127 instituições brasileiras, desenvolvendo ações que promovam a cidadania da população de trans* e travesti.

Tendo uma grande trajetória desde a década de 1990, o movimento de criação e afirmação da associação passou por algumas modificações e presidências, até denominar-se ANTRA no ano 2000. A sua missão é “Identificar, Mobilizar, Organizar, Aproximar, Empoderar e Formar Travestis e Transexuais das cinco regiões do país para construção de um quadro político nacional de modo a representar nossa população na busca da cidadania plena e isonomia de direitos” (ANTRA, 2022a) e, de acordo com seu site oficial, tem como as principais objetivos e linhas de atuação:

- a) Mapear, produzir estudos e denunciar nas instâncias cabíveis os assassinatos de pessoas Trans no Brasil, bem como cobrar soluções desses crimes;
- b) Promover campanhas informativas e apresentar propostas a fim de garantir o direito das Travestis e Transexuais;
- c) Colaborar em todos os níveis com outras redes, que trabalham com Direitos Humanos, a fim de desenvolverem trabalhos conjuntos, intercambiando experiências nas áreas de atuação de cada uma;
- d) Denunciar e promover a divulgação, em todos os meios de comunicação possíveis, de todo e qualquer caso onde for detectado preconceito e ou discriminação por identidade de gênero;
- e) Ter por princípio apoiar toda e qualquer ação de prevenção do HIV/Aids Hepatites Virais e outras DST em todos os seus aspectos e âmbitos;
- f) Apoiar as ações que visem a melhora da qualidade de vida das pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids;

- g) Atuar diretamente na incidência política e na criação de climas e ambientes favoráveis para Travestis e transexuais;
- h) Incentivar e apoiar a realização de Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais para potencializar as bandeiras de lutas e encaminhar as demandas de suas afiliadas.

Assim, uma das formas de mobilização da associação para alcançar seus objetivos, além de promoção direta de ações e projetos sociais, participação política ativa em âmbito institucional, dentre outras, é a forte presença nas redes sociais. Pensamos nessa apropriação como uma maneira de fortalecer a presença e participação da associação nos debates políticos, facilitando e criando canais para existir a troca da informação direta com seu círculo de usuários.

Ao inserir-se no contexto digital, consideramos que a associação consegue se firmar como uma fonte de informação confiável²⁶ para aqueles que a buscam e atinge com mais facilidade uma amplitude de usuários. Amplificando-se, consegue chegar em lugares que de outra maneira não seria possível. Ainda mais, ao se direcionar às questões relativas ao movimento e atuação política de pessoas trans* e travestis, seu leque informacional por muitas vezes atinge as outras vivências do movimento LGBTQIA+, não realizando um processo excludente, apesar de direcionado.

Não obstante de sua presença em outras redes sociais, a ANTRA é mais ativa no *Twitter*. Criado em 2009, o *Twitter* possui mais de 330 milhões de contas com usuários ativos, tendo mais popularidade nos Estados Unidos, Japão, Brasil e Reino Unido, respectivamente. Suas publicações são chamadas de *tweets* e estimula-se que sejam publicados 500 milhões de *tweets* diariamente.

Araújo (2017) analisa o uso do *Twitter* como um dispositivo de mediação da informação em períodos eleitorais, a partir de sua apropriação pelos candidatos durante as eleições estaduais de 2014. Ao utilizar a plataforma, o eleitor consegue “conversar” com o candidato, fazendo uma menção de seu usuário²⁷ em resposta à alguma de suas publicações, explorando o “ideal de mediação informacional cívica

²⁶ Nesse contexto, a ideia de confiabilidade se constrói pela própria realidade de quem media a informação. Um dos aspectos descobertos por Nascimento e Mata (2020) é que o uso dos ambientes virtuais pelas travestis se constitui na troca de informações baseadas na vivência de outras travestis e na confiabilidade aferida a essa informação.

²⁷ Ao mencionar o nome dos usuários, eles recebem uma notificação de interação. Normalmente ocorre ao se responder uma publicação, nomeada de *reply*.

do dispositivo”, além de expressar seu interesse em estabelecer um diálogo com esses agentes políticos.

Na literatura científica, percebemos que a plataforma tem sido amplamente estudada a partir de sua relação com a política, seja em ambientes institucionais ou a partir de organizações coletivas. Identificamos estudos que analisam o Twitter pelo seu uso como uma plataforma de análise de cenários políticos de organizações, coletivos, grupos e entidades (CRISTANCHO, 2021; MONTT, CORTES, CERDA, 2021; PEREZ-DURAN, HERNANDEZ-SANCHEZ, 2021; RAVECCA, SCHENCK, FONSECA, FORTEZA, 2022), a sua utilização como fonte de informação política (VAN KLINGEREN, TRILLING, MOLLER, 2021; BILBAO-JAYO, ALMEIDA, 2021; DIEZ, LOPEZ-LOPEZ, GULIAS, OTERO, 2021; CAZORLA, MONTABES, LOPEZ-LOPEZ, 2022), pelo seu uso como uma plataforma de comunicação política por personalidades ou agentes de políticas eleitorais (HAMELEERS, 2020; NICASIO-VAREA, PEREZ-GABALDON, 2021; SLIMOVICH, 2021) ou pelo seu uso como plataforma de disseminação de desinformação política em contextos eleitorais (PEREZ-CURIEL, MOLPECERES, 2020).

Entendendo que alguns grupos com interesses específicos desempenham um papel fundamental nos problemas acarretados pela pandemia de Covid-19, Cristancho (2021) descreve as formas de ações de grupos de interesses na Espanha a partir de 140 publicações no Twitter de organizações que estiveram mais ativas quanto a se expressarem sobre as demandas e preocupações de seus constituintes sobre a pandemia. Assim, o autor conclui que os grupos de interesse continuaram exercendo sua função representativa sem alterações de comportamentos em resposta à pandemia. O Twitter se caracteriza, nesta pesquisa, como uma plataforma representativa de comunicação de um grupo específico, possibilitando sua análise e contextualização em um cenário político.

Montt, Cortes e Cerda (2021) analisam os enquadramentos dos principais noticiários de televisão do Chile e seus impactos no Facebook e no Twitter, após a veiculação de um caso de corrupção na polícia chilena ocorrido em 2017. Em sua análise, os autores entenderam que as redes sociais promoveram um espaço de livre veiculação opinativa que funciona, diferente dos telejornais, por uma polarização do discurso político e em uma dimensão moralizadora e crítica ao ocorrido. Assim, o facebook e o twitter se apresentaram como plataformas que

possibilitaram a análise discursiva que se originou a partir da atuação de organizações midiáticas.

Perez-Duran e Hernandez-Sanchez (2021) escrevem sobre a transparência na prestação de serviços de atenção à idosos na Espanha, desenvolvendo um quadro analítico, os autores conseguem examinar em que medida esses prestadores de serviços são obrigados a fornecer informações sobre o seu desempenho e também examinar o conteúdo veiculado por algumas dessas associações empresariais no Twitter, buscando determinar se a transparência é uma preocupação do setor. Para isso, são identificadas as dimensões políticas regulatórias e seus elementos para avaliação da transparência adotada por essas organizações.

Ravecca, Schenck, Fonseca e Forteza (2022) escrevem sobre um movimento chamado *right-wing intersectionality* (RWI), ou uma interseccionalidade de direita política, que é uma inter-relação entre os diferentes eixos e posicionamentos sociais e suas desigualdades. Mostrando a centralidade do tema da ideologia de gênero para o RWI, entende-se que ele utiliza essas intersecções apenas para legitimar o status quo e para naturalizar os mecanismos de opressão que adota, não para compreender ou questionar o poder. Para isso, é realizada uma análise do discurso de dois cientistas políticos, utilizando uma análise estatísticas de publicações no Twitter, interpretação de livros, vídeos, discursos e conferências.

Para Van Klingeren, Trilling e Moller (2021), as redes sociais são tidas muitas vezes como um reflexo do público que durante eventos políticos fornece aos acadêmicos e profissionais midiáticos um posicionamento claro do público acerca das questões e subquestões políticas que eles apoiam. Porém, existem evidências de que os usuários específicos do Twitter possuem características diferentes do eleitorado. Desta forma, o estudo que objetiva comparar as subquestões políticas da opinião pública quanto ao referendo da Ucrânia de 2016 na Holanda, caracteriza o Twitter também como uma fonte de informação política que, apesar de não necessariamente refletir a opinião direta do eleitorado, pode, sim, refletir parcela das opiniões públicas.

O estudo de Bilbao-Jayo e Almeida (2021) propõe uma nova abordagem quanto às análises de discurso político nas plataformas de redes sociais utilizando um esquema de categorização política amplamente utilizado na área da ciência política, o Projeto Manifestos Comparativos. Esse esquema de categorização é

tradicionalmente utilizado para análise do discurso em manifestos políticos, fornecendo um código que seja capaz de indicar o domínio ou categoria de cada frase contida no manifesto. Para isso, os autores propõem a aplicação desse esquema de análise demonstrando sua utilização a partir de uma amostra de publicações recuperadas do Twitter. O Twitter, então, aparece no estudo como uma plataforma utilizada como uma fonte de informação política, visto que possibilita uma análise do discurso político de seus usuários.

Diez, Lopez-Lopez, Gulias e Otero (2021) analisam os usos políticos das redes sociais na Espanha e as implicações de seu uso. A partir de quase meio milhão de *tweets*, a análise busca responder as mensagens emitidas no Twitter pelos principais candidatos nas eleições e identifica as formas de utilização da plataforma pelos seus usuários. A polarização política é um dos pontos que surgem da análise, além de grupos que promovem orientações ou conversas sobre as eleições. Os usuários utilizam o Twitter como fonte de informação e forma de participação política, participando de discussões acerca do governo.

Cazorla, Montabes e Lopez-Lopez (2022) entendem as mídias sociais como um espaço de confronto político que gera uma base informacional para interpretação da democracia e dos afetos. Ao consumi-la, os cidadãos têm duas atitudes afetadas, podendo reforçar crenças pré-existentes ou construindo um enquadramento cognitivo e emocional. Entende-se, então, que as emoções constroem e circulam socialmente no âmbito da comunicação política. Assim, os autores buscaram investigar em qual medida e condições as mídias conseguem determinar as emoções dos cidadãos. Uma das conclusões obtidas têm-se o Twitter como um local específico onde o consumo de informação política tem características próprias, destacando-se o entusiasmo pelos partidos de esquerda e a generalização das emoções negativas.

Para Hameleers (2020) as redes sociais podem ter contribuído para o populismo do eleitorado global, fomentando um cenário onde os políticos podem se comunicar de forma direta com o seu eleitorado, sendo o Twitter a rede social escolhida pelo autor para análise. Essas publicações podem se relacionar com as crenças e vida de seu eleitorado ao veicular-se o discurso populista. Desta forma, para entender essa demanda do discurso populista, o autor analisa e compara as publicações do Twitter de dois políticos.

Nesse contexto, Nicasio-Varea e Perez-Gabaldon (2021) analisam a comunicação política em perfis do Twitter de candidatos mais populares à prefeitura da cidade de Valência (ES). A amostra abrangeu todas as publicações veiculadas pelos perfis entre 10 a 24 de maio de 2019. Os autores conseguiram identificar que apesar do crescimento no uso do Twitter por representantes políticos, existe uma diversidade de outras ferramentas disponibilizadas pela plataforma que ainda precisam ser apropriadas da maneira certa pelos candidatos.

Slimovich (2021) analisa o Twitter para entender as movimentações que aconteceram na plataforma após uma coletiva de imprensa realizada pelo presidente da Argentina sobre a pandemia de Covid-19. Desta forma, utilizando ferramentas sociosemióticas de análise comparativa, a autora conseguiu compreender as relações de polaridades políticas que se destrincharam após a coletiva, constituída de apoiadores das ações tomadas quanto à proliferação da Covid-19 e de negacionistas da pandemia.

No estudo de Perez-Curiel e Molpeceres (2020) entendemos que a desordem informacional proveniente do grande volume de informação gerada pela pandemia de Covid-19 cria um cenário estratégico que facilita a disseminação de informações falsas e de propaganda política. As redes sociais potencializam essas relações e reproduzem o discurso de confusão e mentiras, favorecendo a desinformação e a desestabilização da democracia. Assim, os autores realizam um estudo no Twitter a fim de identificar quais as formas que acontecem a desinformação e qual é o papel dos usuários da plataforma na produção e disseminação da informação falsa, além de identificar como acontece o processo de verificação da informação feito por agências de fact-checking.

O Twitter, assim como as outras redes sociais, se tornaram plataformas que oferecem diversos tipos de atividades, não apenas a criação de amizades ou bate-papo, como também para utilização de marketing, e-commerce, fins educacionais, culturais, aplicações de saúde, distribuição de mídia, entretenimento e de ativismo sociopolítico (CASTELLS, 2017, p. 201).

Em seu perfil oficial, @ANTRABrasil, a associação se descreve como uma “rede de articulação de pessoas trans POLITICAMENTE mobilizadas no Brasil”. Não apenas pela sua própria indicação, mas o argumento aqui defendido é que a ANTRA realiza um trabalho de mediação de informação política, ao mediar uma informação instrumentalizada que além de ser potencializadora para formação de uma

consciência crítica, se relaciona com a realidade vigente de seus usuários e evidencia posições ideológicas específicas.

Conseguimos alinhar as cinco dimensões da mediação da informação proposta por Gomes (2019) com as principais linhas de atuação objetivadas pela ANTRA. Nesse sentido, o protagonismo político almejado pela ANTRA se propõe a criar espaços em que seja possível o cuidado político para trans* e travestis, pensando em uma manutenção de vida para mudança da realidade posta. Entendemos que sua presença nas redes sociais, especificamente no Twitter, viabiliza um trabalho de mediação da informação política para trans* e travestis, caracterizando-se como uma fonte de informação confiável que busca suprir necessidades informacionais-políticas específicas desses usuários.

5 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Minayo (2015) entende a metodologia de pesquisa como um percurso que abrange simultaneamente a teoria de abordagem, os instrumentos que possibilitam a operacionalização do conhecimento e a criatividade posta do pesquisador, ocupando um local de centralidade e de referência às teorias. O método, as técnicas e a experiência e sensibilidade pessoal são dimensões postas quanto à realização de uma pesquisa e não estão salvos de receber influências da realidade onde se insere.

Assim, essa seção se preocupa em apresentar os percursos metodológicos adotados e utilizados para realização desta pesquisa, dividindo-se em seis partes: a delimitação dos objetivos de pesquisa; a caracterização da pesquisa, apresentando-a quanto aos fins e aos meios; o levantamento bibliográfico, debruçando sobre o processo de contato e criação do referencial teórico; o ambiente de pesquisa, preocupando-se em caracterizar o Twitter como campo de realização da pesquisa científica; a coleta e limpeza de dados; e a análise dos dados, descrevendo o processo de análise das publicações coletadas e constituem a amostra de análise.

5.1 Delimitação dos objetivos de pesquisa

Diante a temática da pesquisa e do referencial teórico apresentado, pondera-se estas questões como principais motivações deste estudo: qual o papel da mediação da informação política realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais por meio de sua conta no Twitter? Estaria essa mediação alinhada com seus objetivos e atuação?

Optamos por considerar a análise dessa mediação como *mediação da informação política* por entendermos que a mesma se situa a partir de um movimento construído historicamente em um campo político, social e institucional. E, por consequência, entendemos a *informação política* nesse cenário como potencializadora da consciência crítica e mantenedora da realidade de sobrevivência da população trans* e travesti, como uma prática de cuidado.

Assim, a pesquisa propõe como objetivo geral compreender as dimensões da informação política a partir da mediação da informação realizada pela ANTRA em seu perfil oficial no Twitter. Para tanto, realizou-se o trabalho de: 1) Coleta,

sistematização e limpeza dos dados; 2) aplicação de protocolo de análise de dados, seguindo o modelo proposto do Bardin (1977); 3) identificação das categorias e dimensões da informação política comunicada pela associação; 4) análise e contextualização das dimensões da informação política mediada.

Quanto aos objetivos específicos, delimitamos: 1) Discutir o conceito de informação política; 2) Caracterizar o Twitter como ambiente de pesquisa política; e 3) Identificar e contextualizar as categorias de análise das publicações realizadas pela ANTRA.

5.2 Caracterização da pesquisa

Quanto à natureza do método, é uma pesquisa qualitativa. Marconi e Lakatos (2010) explicam que a abordagem qualitativa tem como premissa a análise e interpretação de aspectos mais profundos, ao descrever a complexidade do comportamento humano e fornecer análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de um comportamento. Assim, o que percebemos é que a ênfase da pesquisa qualitativa se dá nos processos e significados aferidos as práticas analisadas.

De natureza qualitativa por se preocupar em analisar detalhadamente os dados da pesquisa, buscando entender as relações existentes entre as publicações do Twitter da ANTRA e o referencial teórico proposto pela pesquisa, caracterizando a associação como um mediador da informação política e entendendo como que esse processo ocorre.

Quanto aos fins, a pesquisa se caracteriza como explicativa, que de acordo com Gil (2002), se preocupa em identificar os fatores determinantes que contribuem para ocorrência dos fenômenos estudados. Assim como proporcionar um aprofundamento da realidade, pela manipulação e controle de variáveis que buscam entender o *porquê* dos fenômenos.

Quanto aos meios, é um estudo de caso único. A metodologia do estudo de caso é caracterizada pela realização de um estudo profundo e exaustivo de seu objeto, permitindo o seu entendimento de forma ampla e detalhada, o que a difere das outras metodologias (GIL, 2002). Entre seus componentes mais importantes estão suas questões que buscam entender os *porquês*, suas proposições direcionadas às problemáticas existentes dentro do escopo do estudo e suas

unidades de análise que se relacionam diretamente com o problema fundamental da definição do caso (YIN, 2001). Ainda em Yin (2001), os estudos de caso podem ser causais/exploratórios, explicativos ou descritivos. Os estudos de caso explicativos possibilitam ao investigador identificar fatores que determinam a ocorrência dos fenômenos, aprofundando seu conhecimento da realidade. Por estudar um caso específico, o da ANTRA, esta pesquisa realiza o estudo de caso único, por acontecer em ambiente raro com poucas situações semelhantes (STAKE, 2000).

Ambientando-se em relações hierárquicas e macroestruturas sociais, a pesquisa se desenvolve nas redes sociais que “existem e funcionam no ritmo cotidiano da sociedade, mas cada vez mais, no contexto geopolítico e econômico contemporâneo, movimentos sociais [e] entidades civis” dando “ênfase ao modo como indivíduos e organizações estruturam suas interações, desempenham papéis e executam ações em função de questões, interesses e objetivos comuns” (MARTELETO e TOMAEL, 2005, p. 82). Quanto à análise dos dados, adota-se uma metodologia de análise de conteúdo ambientado em Bardin (1977), o processo está descrito no tópico 4.5.

5.3 Levantamento bibliográfico

Em primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da temática, de modo a identificar as abordagens e recortes existentes na literatura. Pela busca dos termos *"informação política"* or *"political information"* na Web of Science (WoS), foram recuperados 1.187 resultados de produções indexadas na coleção principal da base, dentre os quais apenas 350 possuem Acesso Aberto.

As publicações datam do ano de 1968 a 2022, sendo artigos, artigos de conferências, artigos de revisão, crítica literária, materiais editoriais, capítulos de livros, notas, cartas e resumos de reuniões. As áreas do conhecimento com maiores quantitativos relacionados à temática estão *Political Science* e *Communication*. *Information Science and Library Science* aparecem em quarto lugar com o quantitativo de 82 publicações. Desta forma, o Quadro 1 consiste nas publicações que foram selecionadas a partir da análise de seus objetivos e sua relevância (indicada pela própria base de dados segundo os números de citações e referências).

Quadro 1 - "*informação política*" or "*political information*" na Web of Science

Título	Autoria	Ano
Political Information	Nelson, Phillip	1976
Political Information Acquisition for Social Exchange	Aldashev, Gani	2010
La exposición a información política a través de internet	Cristancho, Eva Anduiza Camilo Cantijoch, Marta	2012
Political information repertoires and political participation	Wolfsfeld, Gadi Yarchi, Moran Samuel-Azran, Tal	2015
Investigación sobre información política y redes sociales: puntos clave y retos de futuro	Casero-Ripollés, Andreu	2018
Why Do People Share Political Information on Social Media?	Hee Kim, Dam Jones-Jang, S. Mo Kenski, Kate	2020
The Quality of Political Information	Vössing, Konstantin	2020

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para entender melhor a utilização do Twitter como plataforma de análise de presença política, foi realizada uma busca na base de dados WoS pelos descritores "*twitter*" and "*politics*" or "*twitter*" and "*política*", recuperando 27 resultados correspondentes, que, após utilização do filtro de Acesso Aberto, foi reduzido para 13.

Constituído inteiramente de artigos científicos, as produções foram exportadas em arquivo .xls com os campos de autoria, fonte (título de periódico, volume, número, mês e ano de publicação, numeração de página), título, tipologia, resumo e identificador (DOI). A partir da análise de seus objetivos, criaram-se categorias que pudessem representá-los a fim de fornecer embasamento teórico para nossa pesquisa. Desta forma, apresentamos o Quadro 2.

Quadro 2 - Twitter e Política

Categorias	Descrição	Referências
	Apresenta o twitter como	CRISTANCHO, C (2021). MONTT, FJT;

Uso do twitter por organizações políticas	uma plataforma de análise política de atuação de uma organização, coletivo, grupo ou entidade	CORTES, JGG; CERDA, MPV (2021). PEREZ-DURAN, I; HERNANDEZ-SANCHEZ, A (2021). RAVECCA, P; SCHENCK, M; FONSECA, B; FORTEZA, D (2022).
Uso do Twitter como fonte de informação política	Quando o Twitter é analisado a partir do seu uso como fonte de informação política	VAN KLINGEREN, M; TRILLING, D; MOLLER, J (2021). BILBAO-JAYO, A; ALMEIDA, A (2021). DIEZ, NL; LOPEZ-LOPEZ, PC; GULIAS, EJ; OTERO, JMR (2021). CAZORLA, A; MONTABES, J; LOPEZ-LOPEZ, PC (2022).
Uso do twitter por figuras políticas	Análise da utilização do Twitter por agentes ou personalidades da política eleitoral	HAMELEERS, M (2020). NICASIO-VAREA, B; PEREZ-GABALDON, M (2021). SLIMOVICH, A (2021).
Twitter e Desinformação política	Uso do twitter para disseminação de desinformação política	PEREZ-CURIEL, C; MOLPECERES, AMV (2020)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na construção da justificativa, fez-se um mapeamento prévio para identificar as publicações da CI que habitassem o mesmo campo conceitual desta pesquisa. Assim, para identificar as produções que tratassem das práticas informacionais específicas de pessoas trans* e travesti, buscou-se na Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) pelos descritores *travesti**, *transexua** e *transgêner** no campo do título, recuperando 12, 13 e 5 publicações, respectivamente.

Ao selecionar as publicações, a plataforma BRAPCI exclui duplicatas, assim, a planilha que resultaria em 31 publicações, totalizou apenas 23, pois alguns trabalhos foram recuperados por mais de um descritor de pesquisa. A partir do arquivo .csv exportado pela plataforma, foi possível realizar a análise dos objetivos das pesquisas recuperadas, criando então as categorias expostas no Quadro 3.

Quadro 3 - BRAPCI

Categorias	Descrição	Referências
	Realiza estudos midiáticos pela representação da pessoa	MALTA e SANTOS (2017);

Estudos midiáticos	trans no audiovisual ou pela análise do discurso em portais de notícia	FILGUEIRAS e AZEVEDO (2019); SILVA e MAGALHÃES (2020); ARRUDA e ARAÚJO (2021).
Direitos/Acesso à direitos	Analisa a aplicabilidade e o acesso a direitos constitucionais de pessoas trans	ZANELA (2018); RODRIGUES NETO e AMORIM; TEIXEIRA e PORÉM (2019).
Comportamento informacional	Análise do comportamento e práticas informacionais relacionadas às pessoas trans e travestis no processo de construção de suas identidades	CORTES et al. (2017); PINTO e LEITE (2018); NASCIMENTO e MATA (2020); NASCIMENTO, MATA e PEREIRA; NASCIMENTO e MATA (2021); PINTO e ARAÚJO; RIGHETTO (2022).
Arquitetura da informação/Acesso	Dispõe sobre a usabilidade e e acesso de informações em sites institucionais	PEREIRA NETO et al. (2013); MELLO, BRITO e MARTÍNEZ-ÁVILA (2022).
Entrevista	Realiza entrevista com personalidades públicas	OLIVEIRA (2017); ANDRADE (2019).
Representação temática/Estudos linguísticos	Estudos de linguagem e utilizações de termos associados a pessoas trans e travestis	SILVA e LARA (2004); SALES, GONÇALVES e ARAÚJO; QUINTSLR et al. (2017).

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.4 Ambiente da pesquisa

Como citado anteriormente, a pesquisa é ambientada nas redes sociais por acreditarmos que elas conseguem potencializar como os indivíduos se organizam e estruturam um com os outros, além de construir locais a partir de encontros compartilhados de interesses e objetivos em comum, como um espaço de mobilidade social. Dentre as redes sociais, a pesquisa foca nas interações possibilitadas pela plataforma do Twitter.

O Twitter foi criado em 2006 em São Francisco, por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone, em nome da empresa Obvious. A rede social é caracterizada como um microblog que permite aos usuários enviar ou receber atualizações com

mensagens curtas, inspirada no padrão de agilidade do Serviço de Mensagens Curtas (SMS), permitido inicialmente 140 caracteres, mas, em novembro de 2017, após atualização, passa-se a permitir 280 caracteres.

De acordo com dados atualizados do Twitter, há 1.3 bilhão de contas ativas na plataforma com 335 milhões de usuários. Estima-se que 500 milhões de publicações são postadas diariamente. Dentre esses usuários, 70.4% se identificam como homens e 29.6% se identificam como mulheres, com faixa etária entre 25 e 34 anos. O Brasil conta com 19,05 milhões de usuários ativos (AHLGREN, 2023).

Existem alguns termos que são específicos ao se referir a plataforma e sua utilização, define-se, portanto, alguns dos seus vocabulários mais populares:

- a) *Follow*: o botão de seguir novos perfis, adicionando-o à sua lista de perfis seguidos;
- b) *Unfollow*: o botão de parar de seguir um perfil, tirando-o da sua lista de seguindo.
- c) *Block*: bloquear um usuário, impossibilitando-o de acessar suas publicações e perfil.
- d) *Tweet*: é o nome dado a publicações originais feitas no Twitter;
- e) *Retweet* (RT): é a republicação de um *tweet*;
- f) *Quote*: Quando há a opção de *retweet* com a adição de texto original;
- g) *Reply*: são as respostas diretas às publicações dos outros usuários, caracterizada com a adição do “@ + nome do usuário”, feita de forma pública no seu perfil;
- h) *Like*: curtir a publicação feita por outro usuário, pelo ícone de coração;
- i) *Thread*: Significa que, pela quantidade controlada de caracteres que podem compor um *tweet*, para ajudar a contar uma história, os usuários costumam postar diversos *tweets* conectados pelo mesmo tema em sequência (publicando uma resposta direta ao próprio *tweet* publicado), criando um encadeamento de publicações. Este *storytelling* é conhecido como *thread*;
- j) DM: sigla para *Direct Message*, uma forma de mandar mensagem direta de forma privada para outro perfil;
- k) *Timeline* (TL): é a página inicial onde se tem acesso às publicações mais recentes dos perfis seguidos, atualizada constantemente.

Por ser uma rede social que tem como primária forma de comunicação a publicação de pequenos textos, sejam individuais ou formem uma linha de

co-dependência, por meio de *threads*, ele se apresenta como uma fácil plataforma para a busca de informações. Seu formato possibilita uma fácil identificação, mobilização e organização de seus usuários, através da ferramenta do *Follow*, adicionado ao círculo de outro usuário. Ademais, permite a comunicação entre usuários, de forma pública com o uso das *replies* e de forma privada, através da *DM*, ou a interação por *likes*. Promovendo a personalização da comunicação.

5.5 Coleta e limpeza²⁸ de dados

Seguindo o critério da homogeneidade dos documentos analisados proposta por Bardin (1977), é necessário seguir algumas regras e critérios precisos de escolhas, não apresentando uma grande singularidade fora destes critérios estabelecidos. Desta forma, aplicam-se critérios de limpeza nos dados recuperados do Twitter que constituem o conjunto de dados analisados nesta pesquisa.

Pretendendo um maior alinhamento com nosso objetivo, optou-se por selecionar as publicações que representavam um ciclo anual completo, um conjunto fechado. Sendo o twitter da ANTRA criado em setembro de 2020, o ano de 2021 se apresentou como o único ciclo anual completo.

Em segundo momento, priorizaram-se as publicações mediatas e originais da associação, ou seja, os *tweets* principais ou as respostas a si mesmos (criação de *threads*). As *replies* ou *retweets* não foram adicionadas à amostra, salvo os *retweets* que possuíam *quotes*.

Assim, os dados limpos constituíram os critérios de: não publicado em 2021; e iniciados com o caractere @, indicando *reply* à perfis terceiros (salve as *replies* para o próprio usuário, @ANTRABrasil). Do total de 3.650 publicações originárias do perfil em 2021, após aplicação dos critérios de eliminação, nosso conjunto de dados é formado por 2.371 publicações, ou *tweets*.

5.6 Análise dos dados

Para a análise dos dados coletados, adotou-se uma metodologia de análise do discurso, principalmente baseada nas indicações de Bardin (1977). A análise de conteúdo pode ser concebida por diferentes percursos teóricos de acordo com cada

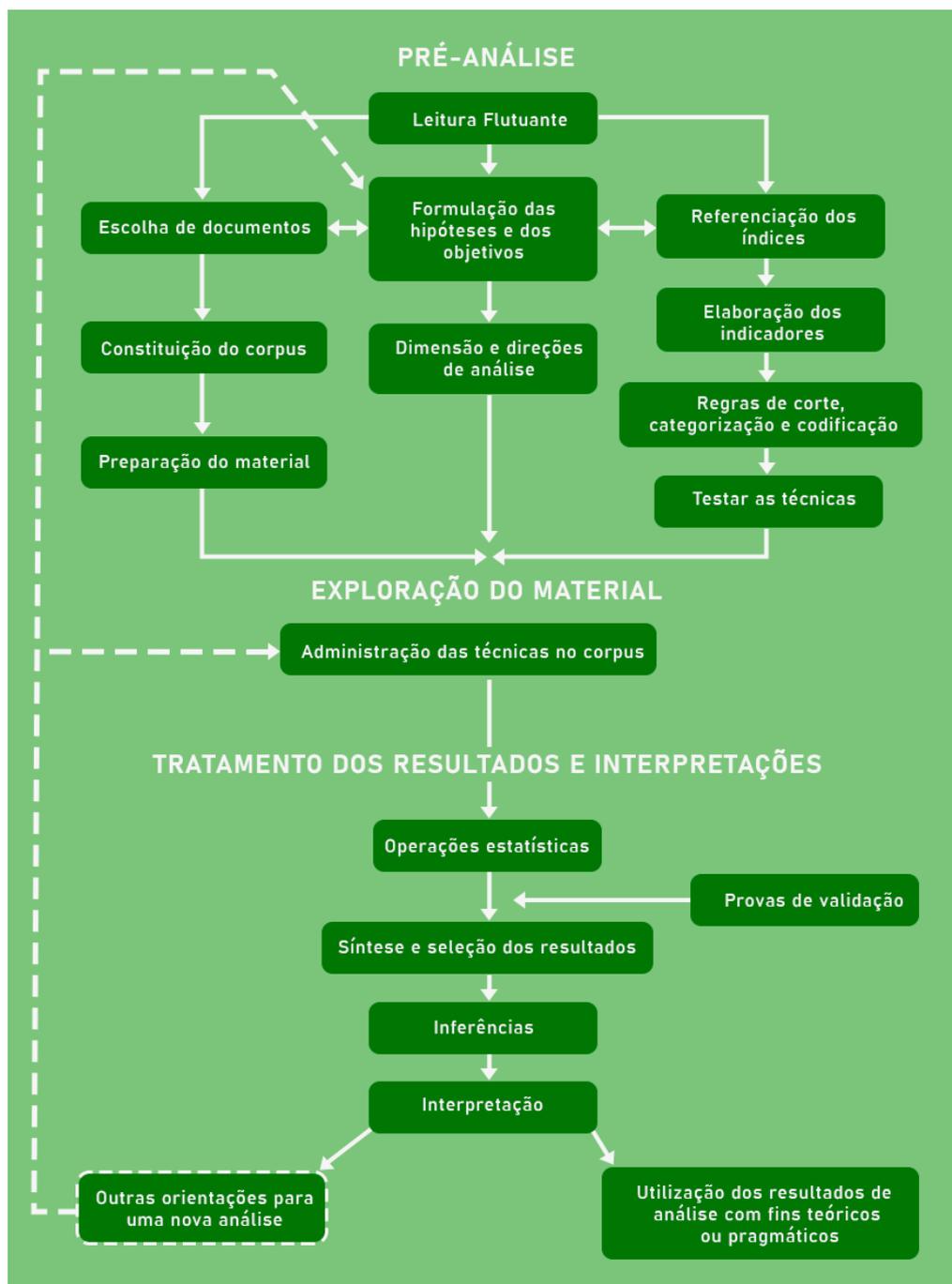
²⁸ O processo de limpeza realizado condiz com a aplicação de critérios de exclusão referentes à pesquisa em um conjunto de dados. É um processo essencial para preparar dados brutos.

vertente proposta pelo pesquisador, diferenciando-se também pela intencionalidade com a qual que é desenvolvida, seja adotando conceitos que se relacionem com a semântica estatística do discurso ou pela inferência, por um meio de identificação objetiva das características da mensagem (BARDIN, 1977). O caráter social da análise de conteúdos fica explícito ao pensarmos nela como uma técnica com o intuito de criar inferências sobre um texto, trazendo-o para o contexto social vigente (BAUER e GASKELL, 2002).

Atualmente, a análise de conteúdo pode ser entendida como um conjunto de instrumentos metodológicos que propõe a análise de diferentes fontes de conteúdos, sejam verbais ou não verbais. Ao interpretá-los, a análise pode transitar entre diferentes polos, seja pelo rigor da objetividade ou a fecundidade da subjetividade. É uma técnica que exige uma maior disciplina do pesquisador, assim como dedicação, paciência e tempo. Mas, essas atribuições não excluem o caráter intuitivo, imaginativo e criativo de quem a realiza: elas são extremamente necessárias na criação das categorias de análise (FREITAS; CUNHA; MOSCAROLA, 1997).

Existem etapas que propõem a significação dos dados coletados. Nesta pesquisa, adotaram-se as técnicas propostas por Bardin (1977) como balizadora da análise dos dados coletados (Figura 1). Desta forma, o autor organiza a aplicação da análise de conteúdo fundamentada em três fases: i) a pré-análise, ii) a exploração do material e iii) o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

Figura 1 - Desenvolvimento de análise de Bardin (1977)



Fonte: reprodução de Bardin (1977).

Na primeira fase, a fase da **pré-análise**, é onde acontece a leitura geral do material de análise e onde a sistematização das ideias iniciais apresentadas pelo referencial teórico da pesquisa são desenvolvidas, além de estabelecer os indicadores de interpretação da amostra coletada. Em uma forma mais geral, os dados que serão analisados são organizados e sistematizados para o pesquisador conseguir operá-los. Compreende-se, então, que a primeira fase é constituída de:

- a) Leitura flutuante: o primeiro contato com os dados coletados, momento de conhecimento da amostra que serão analisadas;
- b) Escolha dos documentos: a definição da escolha do material que será analisado;
- c) Formulação de hipóteses e objetivos: criadas a partir do contato direto com os dados a serem analisados;
- d) Elaborar indicadores: criação dos indicadores de interpretação da amostra de dados.

Quanto aos dados a serem analisados, Bardin (1977) também propõe orientações para nortear sua definição e análise, sendo elas: a) a **exaustividade**, onde o pesquisador deve deferir todos os componentes que constituem a amostra do corpus de análise, não deixando elementos coletados de fora da pesquisa sejam quais forem as razões; b) a **representatividade**, caso os dados coletados seja muito grande para serem analisadas, pode-se realizar o procedimento de análise em uma amostra que consiga ser representativa do universo; c) a **homogeneidade** dos documentos, que devem obedecer regras e critérios precisos de escolhas, não apresentando uma grande singularidade fora dos critérios; e d) a **pertinência** pela verificação se a fonte dos dados corresponde adequadamente o objetivo proposto de análise do estudo.

Foi realizada a leitura flutuante no conjunto de tweets publicados pela ANTRA, constituindo o universo desta pesquisa. A ferramenta de coleta nos disponibiliza 121 campos de dados descritivos recuperados com o texto das publicações. Fica definido, a partir da escolha dos documentos, que se analisaria o conteúdo referentes às publicações originais da associação, sendo assim, os campos ficam delimitados para 8: data, conteúdo, *replies* (quantitativo), *retweet* (quantitativo), *like* (quantitativo), citação (quantitativo), tweet citado e *hashtags*.

Posterior a esse primeiro contato com o conjunto de dados, percebe-se que as publicações no Twitter podem acontecer de diversas maneiras. Ao buscar entender e analisar as manifestações diretas da ANTRA pela plataforma, entende-se que podemos apenas analisar as publicações originais e diretas da associação para seus seguidores, sendo assim, faz-se necessário uma delimitação no próprio conjunto de dados, excluindo as publicações coletadas que se configuram como respostas a outras contas. Esse procedimento possibilita que exista um alinhamento quanto ao conjunto de dados de análise com o objetivo da pesquisa. Quanto à

representatividade, após limpar os dados e adequá-los à pesquisa, empregando critérios de características e janela temporal, os dados consistem de 2.371 *tweets*.

Como apresentado no referencial teórico, as publicações da ANTRA configuram o universo total desta pesquisa, por objetivar a construção de um protagonismo social e possuir um cunho formativo crítico sobre política para seu público-alvo. Dá-se preferência pelo Twitter por ser a rede social mais ativa da associação e ser primariamente uma plataforma de *microblogging*, onde sua publicação é constituída principalmente por caracteres textuais.

A segunda fase, a fase da **exploração do material**, é onde se constrói operações de codificação dos dados. Inicialmente, todo o material coletado passa por um processo de recorte em unidades de registro. As unidades de registros são as unidades isoladas, como os parágrafos isolados de um texto, sendo ele uma transcrição de entrevista ou anotações de diários de campo. Dessas unidades de registro, são identificadas as palavras-chave, em seguida faz-se um resumo para iniciar a primeira categorização. As primeiras categorias criadas são agrupadas de acordo com seu tema correlato, surgindo então as categorias intermediárias, que, por sua vez, também irão passar por uma adequação temática que resultará nas categorias finais. Ou seja, os textos que fazem parte dos dados de análise da pesquisa serão recortados em unidades de registros, agrupadas tematicamente em categorias iniciais, intermediárias e finais que possibilitem o processo de inferência pelo pesquisador. A inferência ou o processo indutivo que será realizado pelo pesquisador busca compreender além do sentido das palavras que compõem as unidades de registro, mas demonstrar significações das mensagens e do contexto no qual se inserem.

Os dados coletados para análise nesta pesquisa são provenientes do Twitter, sendo assim, as publicações têm a quantidade máxima de 240 caracteres. Entendemos os próprios *tweets* com unidades de registros, publicadas de formas isoladas e majoritariamente dentro da mesma frase ou linha de raciocínio. Salvo quando o *tweet* é publicado em forma de *thread*, em que existe uma linha de raciocínio em que são publicadas separadamente em 240 caracteres cada, mas de forma em que cada publicação é uma resposta a publicação anterior, criando uma interligação nas próprias publicações. Nesse caso, considerou-se cada publicação que compõe a *thread* como uma unidade de registro, estando ela composta de uma

informação completa ou não. A partir da identificação das informações publicadas, foram atribuídas duas palavras-chave para cada *tweet*.

Pelo primeiro contato com os dados, pudemos delimitá-los segundo os critérios de representatividade, homogeneidade e pertinência. Assim, a exploração do material nos proporcionou uma maior familiaridade com o conjunto de dados, facilitado pela criação das unidades de registro, que, no que lhe concerne, facilitaram o processo de análise do conteúdo e na criação das categorias e subcategorias finais.

Desta forma, tendo como base o protocolo de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977) se tornou possível pensar em uma classe temática aos dados de análise alinhada ao objetivo geral da pesquisa, sendo ela a mediação da informação política. Em seguida, a classe temática foi dividida em três categorias principais e sete subcategorias, referenciadas no quadro a seguir.

Quadro 4 - Categorias

Classe temática	Categorias Principais	Subcategorias
Mediação da Informação política	Ações Libertadoras	Formativas Conscientizadoras Empoderamento Identitário
	Alianças Afetivas	Fortalecimento mútuo Conquistas compartilhadas Prática dialógica Linguagem afetiva
	A Instituição	Ações Institucionais e Governamentais Enfrentamento
	Do Indivíduo	Fim da vida e Violências Cuidados e Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para alcançar essas categorias, foi preciso explorar preliminarmente o material que resultou na criação de categorias básicas à priori. Utilizar as categorias pré-estabelecidas possibilitou um melhor fluxo na análise desses dados, permitindo flexibilidade na sua criação: pode-se adicionar novas categorias e subcategorias segundo as necessidades apresentadas.

Referente às categorias, criamos quadros das subcategorias e suas descrições conceituais. Quanto às alianças *afetivas*, a categoria de análise que se apresenta como um campo no qual pessoas trans e travestis (ou suas entidades representativas) criam relações e espaços de diálogos baseados no afeto mútuo, temos o Quadro 5.

Quadro 5 - Alianças afetivas

Categoria	Subcategorias	Descrição
Alianças Afetivas	Fortalecimento Mútuo	Refere-se às publicações que se relacionam à alguma figura pública trans* ou travesti, ou de outras instituições que atuam pelos cuidados de pessoas LGBTQIA+.
	Conquistas compartilhadas	Diz respeito às publicações que remetem à prática de criação de alianças afetivas e que informa sobre os processos resultantes na obtenção e acesso à direitos.
	Prática dialógica	Subcategoria de análise referente às publicações que consistiam em criar diálogos com outros movimentos ou grupos sociais.
	Linguagem afetiva	Refere-se às publicações utilizando uma linguagem baseada na vivência de pessoas trans* e travestis a fim de zombar ou ironizar algum episódio, ou fato ocorrido.

Fonte: elaborado pelo autor.

O Quadro 6 diz respeito à descrição das subcategorias de *Ações Libertadoras*, a categoria de análise que compreende as publicações potencializadoras de transformações radicais de liberdade, com compromisso ético,

coletivo e político, entendendo pessoas trans* e travestis como sujeitos histórico-sociais em suas condições de vida.

Quadro 6 - Ações Libertadoras

Categoria	Subcategorias	Descrição
Ações libertadoras	Formativas	É relativo às publicações que promovem o acesso às ações formativas - cursos, aulas, palestras, documentários - assim como recomendação de leitura.
	Conscientizadoras	Diz respeito às publicações que possibilitam a criação de uma consciência sobre a tomada de posição em frente ao mundo, saber-se quem é, de onde veio, para onde vai e o que se pode.
	Empoderamento identitário	Para a publicação de conteúdos voltados à ideia de enfrentamento à opressão por meio do empoderamento identitário trans* e travesti, com discursos contra-hegemônicos e contestadores de violências excludentes.

Fonte: elaborado pelo autor.

No Quadro 7, apresentamos a descrição das subcategorias de *Do indivíduo*, referente às publicações que abordam especificamente o direito à cidadania de pessoas trans* e travestis.

Quadro 7 - Do indivíduo

Categoria	Subcategorias	Descrição
Do indivíduo	Fim da vida e violências	Compreende as publicações que mencionam a morte de pessoas trans* e travestis e que se referem a episódios de violência, englobando qualquer tipo de discriminação, abuso ou preconceito.
	Cuidados e saúde	Diz respeito às publicações que comunicavam ações relacionadas à saúde específica dessas pessoas, assim como formas de zelar pelo seu bem-estar e existência em sociedade.

Fonte: elaborado pelo autor.

Na Categoria *A Instituição* se enquadraram todas as publicações que se referiam à própria instituição e suas atuações, como na promoção ou comunicação de ações institucionais, diálogos com o governo, no posicionamento quanto ao enfrentamento à *invisibilização* da instituição e ao se posicionar com críticas a episódios específicos. Suas subcategorias são descritas no Quadro 8.

Quadro 8 - A Instituição

Categoria	Subcategoria	Descrição
A instituição	Ações institucionais e suporte governamental	Compreende as publicações que comunicavam ações promovidas pela associação, em âmbito público ou privado, pela abertura de espaços e garantia de direitos de pessoas trans* e travestis; assim como seus posicionamentos quanto às ações do governo e suas influências nessa parcela da população.
	Enfrentamento	Refere-se às publicações que comunicam acontecimentos relacionados ao contexto de violência transfóbica e exclusão a partir de uma postura combativa

Fonte: elaborado pelo autor.

A terceira fase, a fase da **inferência e interpretação**, diz respeito ao tratamento dos dados, na captação dos conteúdos que se manifestam nos dados de análise. Deve-se realizar uma análise comparativa pela justaposição das categorias criadas na segunda fase, ressaltando as semelhanças e diferenças de suas concepções, assim como sua contextualização.

Nessa fase, os dados são analisados de acordo com seu conteúdo e agrupados em grupos analíticos. Desta forma, é possível contextualizá-los segundo a bibliografia já apresentada no nosso referencial, ou a partir de novas considerações.

Destarte, compreendemos que a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) envolve a leitura do material coletado, a codificação desse material para categorias de análise, o recorte do material em unidades de registro, a criação de categorias que se diferenciam tematicamente com base nos princípios da exclusão mútua, o agrupamento das unidades em categorias comuns, o

agrupamento progressivo entre as categorias (iniciais, intermediárias e finais) e a inferência e interpretação desses dados pelo pesquisador.

6 INFERÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES

A partir do conjunto de dados pudemos, em primeiro momento, entender a forma com a qual a mediação da informação política estava sendo construída, bem como compreender que por um entendimento mais amplo de política, quando nos relacionamos às necessidades da população trans* e travesti, percebemos que a informação política engloba diversos aspectos que se relacionam diretamente com formas de cuidados e direitos de existência. Não se pode negar as estruturas do campo social que não as reconhecem como pares.

É de importância sublinharmos o caráter qualitativo da proposta de análise dos dados. Consequente à natureza da pesquisa, a fase inferência - comumente intitulada resultados e discussões - se importará em apresentar um quadro conceitual do desenvolvimento das categorias e subcategorias analíticas.

Assim, partindo dos conceitos plurais de política, caracterizamos a mediação da informação política como única e principal classe temática das publicações, possuindo as categorias principais de análise: *alianças afetivas*, *ações libertadoras*, *da instituição e do indivíduo*; cada uma com suas subcategorias vigentes.

6.1 Alianças afetivas

O movimento de organização e o caminho percorrido entre seus primeiros passos e o momento atual de mobilização coletiva e nascimento do movimento organizado de travestis e transexuais no Brasil remonta à década de 1970. É pelo relato de Jovanna Cardoso, presidenta do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), publicado em 2022 em Bajubá Odara, que conseguimos visualizar as articulações que, dentre diversos aspectos, são também fortes alianças afetivas.

Ainda em 1979, Jovanna se articula com algumas trabalhadoras sexuais vítimas da repressão policial para a criação da Associação Damas da Noite uma aliança política, uma associação que promovesse diálogos e ações que diminuíssem os ataques sofridos. A criação desse movimento social organizado permitiu que elas pudessem atuar no âmbito governamental, inserindo-se em novos campos, adaptando-se às suas estruturas, ocupando uma posição, em busca de respeito e dignidade. Entendendo que o campo social pode ser organizado e influenciado pela criação das alianças afetivas, a política se torna nada mais que a própria ação do

afeto em sua realidade - o regime de percepção, da sensibilidade e da visibilidade são influenciados pelas estruturas de um campo.

Safatle (2015) apresenta a política como uma questão do que pode se sentir ou da não capacidade de sentir e da capacidade de percepção. O regime de visibilidade, do que pode ou não se pode ver; o regime de percepção, do que pode ou não pode se perceber; o regime da sensibilidade, do que pode ou não pode ser sentido; são controlados e configurados por forças regentes em um campo político.

Seguindo sua trajetória, já em 1992, Jovanna torna-se uma das fundadoras²⁹ da primeira organização brasileira de travestis e transexuais, a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), um marco histórico do movimento organizado de travestis e transexuais que retrata a resistência às violências e perseguição sofridas, além da invisibilidade em um movimento que as negavam e não as representavam, o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

O movimento de luta das travestis e transexuais, apesar de se originarem em um ambiente identitário gay-centrado e paralelamente ao movimento homossexual, acaba encontrando muitas diferenças no meio do caminho. Essas diferenças se distanciam e criam intersecções entre os movimentos, muitas delas referentes à própria realidade de vida de cada um, por questões ligadas à vulnerabilidade, meio social, educacional e político. Ao participar de uma palestra ministrada por Sylvia Rivera³⁰, Berutti (2010) relata que, numa conversa informal entre ambas pré-palestra, Sylvia usava diferentes pronomes para se distanciar do movimento LGBTQIA+: “estabeleceu uma diferença de *nós* (a comunidade *transgender*) e *vocês* (a comunidade gay e lésbica)”. Para ela, “o opressor e o oprimido trocam de lugar muitas vezes com muita rapidez” (2010, p. 105).

O que pode ser sentido por um, pode não ser por outro. O que afeta um, pode ou não afetar outros. Perceber essas construções que acontecem em um local tão individual, mas, ao mesmo tempo, a partir de uma coletividade, faz com que se criem algumas intersecções. Dessa forma, aqui, as alianças afetivas se apresentam como

²⁹A ASTRAL foi fundada juridicamente em 15 de maio de 1992 por Jovanna Cardoso, Elza Lobão, Beatriz Senegal, Josy Silva, Munique Du Bavieur e Claudia Pierre France (SILVA, 2022).

³⁰Nascida em 1951, Sylvia Rivera começou a vida como drag queen aos dez anos de idade. Vivendo nas ruas, ela se envolveu, nos anos 1960, com o movimento feminista e o movimento antiguerra. Esteve presente e participou da revolta de Stonewall, que foi início do movimento moderno dos direitos gays. Também foi membro ativo à Frente de Libertação Gay (Gay Liberation Front – GLF) e da Aliança de Ativistas Gays (Gay Activists Alliance – GAA). Em 1970, ela e Marsha P. Johnson fundaram a Ação Revolucionária das Travestis de Rua (Street Transvestite Action Revolutionaries – STAR), um grupo dedicado a ajudar jovens drag queens que viviam nas ruas. STARhouse foi uma das primeiras casas coletivas para transgenders.

um campo no qual pessoas trans e travestis (ou suas entidades representativas) criam relações e espaços de diálogos baseados no afeto mútuo: não se generaliza a construção individual, mas sim a ideia de que o campo social produz e reproduz questões que podem ser vivenciadas por um coletivo ou parcela da população.

Se apresentam abaixo, a partir dessa categoria principal de análise, as subcategorias de *fortalecimento mútuo*, *conquistas compartilhadas*, *prática dialógica* e *linguagem afetiva*, todas elas pertencentes às práticas de criação de alianças baseadas no afeto.

6.1.1 Fortalecimento mútuo

O fortalecimento é uma prática de subsidiar-se, de somar, de fortalecimento. Aqui, como categoria, possui a mutualidade como companhia: tornar e tornar-se mais forte *para* e *com* o outro. O fortalecimento é um estímulo para a criação de uma categorização organizada, fomentadora de uma consciência coletiva que trabalha o desenvolvimento de um senso. No âmbito da ANTRA, as publicações que se enquadraram nessa categoria possuem o consenso de se relacionar à alguma figura pública trans* ou travesti, ou de outras instituições que atuam pelos cuidados de pessoas LGBTQIA+.

Percebemos a importância de fortalecer a trajetória de um movimento invisibilizado historicamente e que só agora vem conquistando espaços. Há uma preocupação em manter viva essa história através do resgate de memória. As matriarcas do movimento político são diversas vezes saudadas pelas publicações.

O dia é dela, mas a alegria é nossa!! Hoje é o aniversário de Jovanna Baby, aquela que ajudou a fundar o movimento trans organizado no Brasil e que tem uma história de vida e de luta que se mistura com a sua atuação ao longo dos últimos 35 anos. “Mãe baby”, é uma travesti negra, baiana, e atualmente morando em Picos no Piauí. Ex profissional do sexo, se tornou referência nacional na proposição de políticas públicas para a população LGBTI+ e se prepara para o lançamento do seu livro sobre a história do movimento trans. Jovanna não é apenas uma referência, mas uma verdadeira Traviarca que celebra seu aniversário de 58 anos, e segue viva, altiva e na luta pela sua vida e pela nossa. Viva Jovanna Baby Ex-PresidentRA da ANTRA e atual PresidenTRA do @fonatrans. Parabéns e muitas felicidades!!! (ANTRA, 2021a).

Assim como Jovanna Baby, outras personalidades também são recorrentes: Keila Simpson, Indianarae Siqueira, Erika Hilton, Erica Malunginho, Linda Brasil, Benny Briolly, Duda Salabert, João W. Nery, entre outras. Uma das publicações com mais repercussões foi a de Janaína Dutra, ao ter sua imagem reproduzida no site oficial do *Google*:

Figura 2 - Doodle de Janaína Dutra



Fonte: <https://www.google.com/doodles/janaina-dutras-61st-birthday>.

A primeira travesti advogada do BRASIL é homenageada pelo Google. Google homenageia o 61.º aniversário de Janaína Dutra. Viva a Dama de Ferro! Viva Janaína Dutra! Viva as travestis nordestinas! A advogada e ativista social cearense Janaína Dutra, que lutou em defesa da causa LGBTQIA+, é a homenageada desta terça-feira (30) pelo Google. Usuários que acessam a página inicial do buscador veem uma imagem de Janaína e uma referência ao 61º aniversário dela. Janaína nasceu em Canindé, no interior do Ceará, em 30 de novembro, e morreu em Fortaleza em 2004. Ela foi a primeira travesti do país a obter uma carteira profissional da Ordem dos Advogados do Brasil. Ela morreu com um câncer de pulmão aos 43 anos, em fevereiro de 2004. Janaína passou a auxiliar pessoas com HIV positivo ainda na década de 1980. Ela também participou da fundação do Grupo de Apoio Asa Branca (Grab), grupo de apoio a travestis e homossexuais que atua até hoje no Ceará. E se tornou um dos maiores nomes da luta LGBTQIA+ do país. Em 2010, o roteirista Wagner de Almeida lançou o filme Janaína Dutra, uma Dama de Ferro, que narra a trajetória da ativista social. O filme está disponível no YouTube. Ela dá nome ao Centro de Referência LGBT de Fortaleza. Fundado em 2011, a unidade oferece serviços de proteção e defesa da população LGBT que está em situação de

violência e outras violações/omissões de direitos em decorrência da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Ela também liderou a Associação Nacional de Travestis e transexuais (ANTRA), fundou a Associação de Travestis e Mulheres transexuais do estado do Ceará (ATRAC), dá nome a casa de assistência Janaína Dutra em Aracaju/SE e fez parte do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (ANTRA, 2021b).

Em 2021, ano de vigência após as eleições municipais, a temática que mais se destacou foi o fortalecimento da consciência política pautada no fortalecimento mútuo. Em diversos momentos conseguimos identificar a preocupação em informar aos seguidores a existência das candidaturas trans* eleitas no ano anterior³¹, fomentando uma consciência política das possibilidades. A possibilidade de que o que aconteceu em 2020 possa abrir caminhos para as próximas eleições.

De acordo com o boletim publicado pela instituição, em 2020 houve o total de 294 candidaturas em âmbito nacional, sendo 30 candidaturas coletivas e apenas 2 para prefeitura e 1 para vice-prefeitura. Onde temos 263 travestis e mulheres trans, 19 homens trans e 12 *candidates* com outras identidades trans. Destas, 30 candidaturas foram eleitas (BENEVIDES, 2020) e lembradas ainda nos primeiros momentos de janeiro:

Muita força para todas as vereadoras e vereadores trans *eleites* que estão assumindo nesse 1JAN21. Que tenham um mandato combativo e firme na defesa radical dos direitos sociais e políticos de grupos injustiçados, pelos direitos humanos e do estado laico. #Feliz2021 #Hello2021 (ANTRA, 2021c).

Nesse sentido, a mediação da informação política realizada pela ANTRA encontra em Maria Clara Araújo dos Passos, *Pedagogia das Travestilidades* (2022), e em Jovanna Cardoso, no *Bajubá Odara* (2022), um campo de diálogo que compreende a importância de apresentar um recorte histórico e sistematizado sobre a criação do movimento de travestis e transexuais no Brasil, além de possibilitar o fortalecimento dessa história na atualidade, um processo em constante construção.

³¹ A ANTRA realizou o trabalho de organização desses dados e disponibilizou para acesso em seu site. Pode-se acessar os dados por: <https://antrabrasil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/> ou pelo seu Dossiê lançado anualmente.

6.1.2 Conquistas compartilhadas

Como subcategoria de análise, pensamos nas *conquistas compartilhadas* como uma prática de criação de alianças afetivas que informa sobre os processos resultantes na obtenção e acesso a direitos da população de travestis e demais pessoas trans. Especificamente no que condiz ao que se é conquistado, não relacionado ao seu acesso. É preciso pensar nas conquistas como o resultado da atuação política dos movimentos sociais organizados, que, inserido em um campo político - nesse contexto, governamental - obtém direitos relacionados ao campo social.

Paralelo e decorrente a todo um contexto de repressão e perseguição da Polícia Civil e agências governamentais³², já existiam as primeiras articulações para um movimento organizado de travestis e transexuais. Sobre esses episódios, Jovanna Cardoso (2022, p. 20) relata que “a atuação da polícia era constante e brutal, com perseguições, espancamentos e prisões de travestis em toda a capital” e “além de ônibus, éramos colocadas em caminhões, muitas vezes superlotados e encaminhadas para a delegacia”.

Integrar-se nos movimentos sociais é reconhecer a potencialidade e o dever de afirmação de existência em um espaço social, político e econômico, ciente de seu papel e integração. O reconhecimento (FRASER, 2001) se pauta na sobreposição de processos de subordinação para uma realidade de participação e coabitação em um campo social. Nesse contexto, a ANTRA realiza o trabalho de compartilhamento de conquistas a fim de fortalecer suas alianças afetivas

DESPATOLOGIZAÇÃO TRANS. 21 de maio é um dia histórico para a população TRANS e toda a sua luta! Exatamente dois anos atrás, no dia 21 de maio de 2019, a população de travestis/pessoas trans pôde comemorar uma de suas maiores lutas/conquistas. Após anos de exaustiva resistência, a OMS retirou a transgeneridade da lista de doenças mentais, passando a ser definida como incongruência de gênero, dentro da categoria de condições relativas à saúde sexual. Cada país tem até JAN/22 para se adaptar à nova regulamentação. É importante também destacar que a conquista só foi possível graças a anos de lutas de movimentos sociais, manifestações públicas e organização e mobilização de entidades LGBTQIA+ que foram a força propulsora disso, não deixando com que pessoas trans ficassem na invisibilidade. Quando pessoas trans deixaram de ser objeto de estudos da cisgeneridade e passaram a ocupar os lugares

³² Ler *História do Movimento LGBTQIA+ no Brasil*, organizado por James N. Green, Marcio Caetano, Marisa Fernandes e Renan Quinalha, publicado em 2018.

de debates e pesquisas, sendo comandantes dessa fala, a conquista foi possível. Faz-se necessário lembrar e celebrar essa importante conquista, mas jamais esquecer que a luta e o debate são contínuos! Essa decisão não acabou com todos os preconceitos e dificuldades que o "cistema" impõem à transgeneridade, a mobilização deve ser contínua! Deve-se exigir políticas públicas que deem direito ao acesso a serviços de saúde, educação e empregabilidade para pessoas trans. No Brasil ainda impera uma forte narrativa de extremistas do ódio que colocam essa população como não merecedora desses lugares! (ANTRA, 2021d)

Atenta-se que a conquista existe em um espaço de coletividade em constante desenvolvimento. É necessário que se pense nos caminhos percorridos para entender a importância de cada conquista, sem negar o caminho histórico que permitiu a sua existência e permanência. O compartilhamento dessas conquistas com sua base de seguidores possibilitou a associação criar alianças com outras entidades ou pessoas que se mobilizem em torno dessa realidade.

6.1.3 Prática dialógica

Nos tempos atuais, os novos movimentos organizados não almejam o universal como um horizonte, mas sim o particular, pelo interesse imediato, pela obtenção de direitos relativos à sua categoria ou grupo social. Nesse novo cenário, houve uma alteração nas relações desenvolvidas entre sujeitos sociopolíticos. Os horizontes desse protagonismo de ação social foram ampliados e alterados quanto à sua forma de mobilização e de atuação, agora em redes.

Para Maria da Glória Gohn (2008, p. 14), um movimento social é sempre uma expressão de uma ação coletiva resultante de uma luta sociopolítica, econômica e cultural. Nesse contexto, apresentam alguns elementos constituintes:

demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias - que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e caminham suas reivindicações.

O próprio movimento social, que foi criado a partir de grupos da sociedade, tem “direito a fonte de inspiração para a construção de sua identidade” (p. 14), sendo esse direito individual ou coletivo. Os direitos coletivos são os direitos

relacionados a todo um grupo social, já os individuais referem-se especificamente aos direitos fundamentais dos seres humanos nas dimensões social, econômica, cultural, política, civil, e ética (GOHN, 2008).

Nascimento (2021, p. 159) percebe a interseccionalidade de opressões como uma abordagem importante para se construir alianças. “As questões LGBTQIA+ dizem respeito ao feminismo, enquanto temos mulheres lésbicas e bissexuais, e, além disso, o ponto que venho destacando de que mulheres transexuais e travestis também devem estar integradas na práxis feminista”.

Um dos processos potencializadores das redes de mobilização e de obtenção de aliados é a integração dos afetos. A ANTRA, sendo uma associação, é um movimento organizado que também atua pautada em seus elementos constituintes e objetivos institucionais. Como “não se tem efetivamente mediação da informação em favor do desenvolvimento do protagonismo social sem a sua execução consciente” (GOMES, 2019) pensamos na prática dialógica como uma subcategoria de análise destinada às publicações que consistiam em criar diálogos com outros movimentos ou grupos sociais, a fim de criar uma rede de aliados e mobilização pautadas sob o afeto. Para isso, são mencionadas algumas datas representativas:

- a) 20 de fevereiro: Luta e resistência de homens trans e pessoas transmasculinas;
- b) 19 de abril: Dia da resistência indígena;
- c) 1 de maio: Dia dos trabalhadores;
- d) 8 de maio: Dia das mães e Dia das mulheres;
- e) 31 de maio: Nada a celebrar, dia do golpe militar de 1964;
- f) 17 de maio: Dia Internacional de luta contra a LGBTfobia;
- g) 18 de maio: Dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- h) 28 de maio: Dia internacional de luta pela saúde da mulher e dia nacional de redução da mortalidade materna;
- i) 2 de junho: Dia internacional da prostituta;
- j) 14 de julho: Dia internacional da pessoa não-binária;
- k) 9 de agosto: Dia internacional dos povos indígenas;
- l) 19 de agosto: Dia do orgulho lésbico e dia da bandeira trans;
- m) 27 de agosto: Dia do psicólogo;
- n) 29 de agosto: Dia da visibilidade lésbica;

- o) 1 de setembro: Setembro amarelo;
- p) 21 de setembro: Dia nacional de luta da pessoa com deficiência;
- q) 15 de setembro: Dia do professor;
- r) 1 de outubro: Outubro rosa;
- s) 26 de outubro: Dia da visibilidade intersexo;
- t) 1 de novembro: Novembro azul;
- u) 20 de novembro: Mês da memória trans e da Consciência negra;
- v) 10 de dezembro: Dia internacional dos direitos humanos;
- w) 17 de dezembro: Dia Internacional pela eliminação da violência contra trabalhadoras sexuais;
- x) 18 de dezembro: Dia Internacional da pessoa Migrante.

Percebemos a importância da menção e mobilização em torno dessas datas representativas para que se crie um processo de visibilização e diálogo com outros grupos e indivíduos que se sintam representados por elas, assim, os caminhos para uma potencial mobilização e vinculação se torna mais acessível.

6.1.4 Linguagem afetiva

Em outra forma de criar alianças afetivas, a subcategoria *Linguagem compartilhada* se apresenta como um subsídio para as publicações feitas utilizando uma linguagem baseada na vivência de pessoas trans* e travestis a fim de zombar ou ironizar algum episódio ou fato ocorrido, seja ele político ou social. Aqui, uma das construções que aparece de forma recorrente é o dialeto do Bajubá/Pajubá³³. Em um desses momentos, é publicado uma ironização acerca do episódio da Invasão do Capitólio dos Estados Unidos³⁴ (Figura 3)

Figura 3 - Acuenda

³³ Não há um consenso sobre a forma escrita da palavra, podendo variar de acordo com as regiões do país.

³⁴ A Invasão do Capitólio dos Estados Unidos ocorreu no dia 6 de janeiro de 2021, onde centenas de apoiadores do ex-presidente Donald Trump alegavam fraudes na votação, episódio que nunca foi comprovado e foi desmentido repetidamente pelas autoridades dos EUA.



Fonte: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1348094013400887302>.

Referindo-se ao grupo de homens que participaram do episódio da invasão, a publicação noticiava como a estética da masculinidade replicada dentro desse grupo criminoso se apropria das noções do *masculinismo*³⁵. A re-publicação da Antra é um *deboche* à existência de masculinistas: homens que mantêm relações sexuais com outros homens, pela adoração à estética e virilidade masculina, mas não se consideram homossexuais. Em outro momento, se apropria de expressões popularizadas por outras pessoas trans para uma mobilização:

Figura 4 - Não faz a bobinha



Fonte: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1387234416020307971>.

³⁵ A notícia se refere a uma entrevista e pesquisas realizadas por Rosana Pinheiro-Guimarães, antropóloga brasileira que estuda masculinidades..

Amanda Palha escreve, no prefácio do livro *Neca* (2022) de Amara Moira, que o *deboche* de usar o pajubá é que mesmo sendo um dialeto de obstáculo à leitura, presentemente ele pode ser superado em uma simples pesquisa no *Google*. Mas, que, além de uma linguagem, ele “exprime uma relação muito particular com o mundo, na qual se forja, organizadamente e na base da paulada, uma epistemologia também particular” (2022, p. 8).

“O pajubá fala outras coisas”, continua “fala sobre uma existência coletiva e compartilhada, estranha, estrangeira e marginal, que resiste à chuva, à rua e às curas, às doutrinações dos revolucionários centros acadêmicos” (2022, p. 9). Ao falar especificamente sobre a leitura do poema de Amara, Amanda apresenta um panorama em um contexto muito maior. Pode-se entendê-lo por uma pesquisa rápida na internet, mas além da leitura de seu significado, ele representa muitas outras coisas, da existência³⁶ de outras, de forma de resistir na “possibilidade mais potente de falar, sim, sobre pessoas trans” (2022, p. 9).

A importância da apropriação e do uso do dialeto pela ANTRA é de que a associação é formada e mantida, por e principalmente, para outras pessoas trans* e travestis. Assim, o bajubá funciona como uma prática de comunicação pautada no afeto e na possibilidade de resistência coletiva, sabe-se quem fala e para quem se fala.

6.2 Ações Libertadoras

Travesti é grito de liberdade.

Pepita (2022)³⁷

Bell Hooks (1952-2021) é um importante pilar para podermos pensar a prática de ações libertadoras. Sendo uma das referências do feminismo negro, sua produção e história de vida propõe uma forma de pensar crítica em todas as esferas sociais, não apenas na pedagogia. Sua escrita estabelece diversos diálogos diretos

³⁶ Jovanna Cardoso nos fala que o primeiro dicionário impresso do Bajubá se chamou *Diário das Bonecas* e foi publicado em 1992. Sua publicação aconteceu para ajudar as travestis que viviam da prostituição noturna, como uma forma de defesa de ataques da sociedade e da polícia (2022, p. 35).

³⁷ Em entrevista para o jornal *O Globo*, em 29 de janeiro de 2022. Acesso em: <https://oglobo.globo.com/cultura/teatro/noticia/2022/01/travesti-grito-de-liberdade-diz-pepita-que-torce-para-amiga-linn-no-bbb-22-25369679.ghtml>

com a obra de Paulo Freire (1921-1997), entendendo que as transformações se tornam possíveis a partir da *práxis*³⁸.

Em *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, Hooks (2013) nos faz compreender que nossas ações partem de uma não neutralidade, desde o que escolhemos ler, nossa forma de escrita, à quem nos comunicamos. Constantemente estamos fazendo escolhas políticas influenciadas diretamente pela educação que queremos. A autora nos propõe uma importante atividade reflexiva para pensarmos nossas práticas como um compromisso ético, coletivo e político, que provocadoras e potencializadoras de transformação, mas que, acima de tudo, seja libertadora.

A liberdade não é alcançada por um acaso, se faz necessário pô-la em caminho, em andamento, pela *práxis* e pela motivação da busca. Essa busca é uma tarefa histórica. A *práxis* e o discurso não podem andar afastados, têm que seguir pelo mesmo caminho, juntos, de uma forma que fortaleça e contemplem um ao outro, sem ambiguidade. É necessário não aceitar as formas de violência e opressão (FREIRE, 2005).

Ainda assim, essa busca de liberdade é contraditória em sua natureza, uma vez que toda a sociedade tem que ser livre, mas não existem condições materiais para essa liberdade em um sistema econômico que se subdivide em classes sociais desiguais. Não é suficiente que se troque de lugar os oprimidos e opressores, pois a opressão não condiz com a liberdade. A prática libertadora existe pela *práxis* transformadora, que cria simultaneamente “a história e se fazem seres histórico-sociais” (FREIRE, 2005, p. 106).

Em um projeto pedagógico transgressor, Passos (2022) propõe uma Pedagogia das Travestilidades constituída pela *práxis* política-pedagógica do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil desde a década de 1970, um conjunto de outras possibilidades pedagógicas “orientadas pelo ponto de vista das travestis e transexuais enquanto educadoras-educandas, dentro das escolas e universidades ou fora delas, atuando na sociedade” (p. 107).

Extrapolando qualquer perspectiva de neutralidade, as Pedagogias das Travestilidades “não ocultam suas finalidades sociopolíticas”, mas estão “profundamente comprometidas com a transformação da sociedade e com o desmantelamento do autoritarismo social que violenta de forma sistemática o corpo

³⁸ “Agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo” (HOOKS, 2013, p. 26).

e a subjetividade das travestis e mulheres transexuais brasileiras” (PASSOS, 2022, p. 107).

As Pedagogias das Travestilidades põem em cena, compartilhando com a sociedade brasileira, outras lentes e ferramentas para a transformação radical da realidade opressora transfóbica. Expõem, dessa maneira, os aparatos que imputaram às travestis e transexuais certas condições precarizadas de vida como fatos intransponíveis (PASSOS, 2022, p. 108).

Desta forma, a categoria *Ações Libertadoras* abarca as publicações potencializadoras de transformações radicais de liberdade, com compromisso ético, coletivo e político, entendendo pessoas trans* e travestis como sujeitos histórico-sociais em suas condições de vida. Que buscam a formação, conscientização e o empoderamento identitário.

6.2.1 Formativas

Em 2012, o Brasil formou a sua primeira travesti doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Em sua tese *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*, Luma Andrade investigou, partindo da própria experiência e de uma pesquisa de campo, formas de resistências e assujeitamento de travestis jovens inseridas no ambiente escolar e como elas utilizam algumas táticas de criar algumas linhas de fugas para conseguir permanecer nesse ambiente³⁹.

Luma nos revela que existe uma aceitação e uma recusa das próprias travestis à imposição de normas do gênero oposto no próprio corpo, no momento da chamada, nas diversas relações existentes no meio escolar e que essas resistências e assujeitamentos podem ser opostas e complementares ao mesmo tempo, pois “mesmo ao se assujeitar as travestis estão fazendo uso de tática para permanecer na escola, promovendo uma crise na forma tradicional” (2012, p. 247).

E ainda sobre o processo de assujeitamento⁴⁰, identificou-se que o discurso dos gestores, professores e alunos coloca a travesti à margem, como algo anormal

³⁹ Sobre esse assunto, indico a leitura de *O diabo em forma de gente: [r]existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação* de Megg Rayara (2020), assim como *Meu manifesto pela igualdade: sobre ser travesti e ter sido aprovada em uma Universidade Federal*, de Maria Clara Araújo dos Passos (2022).

⁴⁰ “Compreendo o assujeitamento como adequação do sujeito à estratégia sem o esboço de reação contrária ou seja tática” (ANDRADE, 2012, p. 17).

nesse ambiente, sem o direito ao acesso à educação. Essa negação influencia no processo de confinamento e exclusão das travestis nos ambientes escolares. Quando isso ocorre, o ambiente torna-se intensamente hostil e acaba influenciando no abandono dos estudos, “sendo disseminada a ideia de que foi a sua própria escolha” (ANDRADE, 2012, p. 247).

Para Peres (2005), nesse contexto de abandono, quando uma travesti chega na escola, ela já vivenciou alguns transtornos na esfera familiar e comunitária, trazendo uma base emocional fragilizada que a impede de encontrar forças para o enfrentamento dos processos de estigmatização e discriminação existentes na própria estrutura escolar/educacional.

Alinhando-se sobre esse contexto de exclusão e fragilização educacional e formativo inferido sobre essas pessoas, a subcategoria *Formativas* se caracteriza pela ANTRA perceber a importância de comunicar e promover o acesso às ações formativas - cursos, aulas, palestras, documentários - assim como recomendar a leitura de produções científicas ou relato de vida de outras pessoas trans* acerca de temáticas que estão sendo trabalhadas de acordo com os acontecimentos atuais.

Em 24 de fevereiro de 2021, a associação fez uma postagem acerca do acesso à saúde trans pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sobre a campanha *Cuidar bem da saúde de cada um faz bem para todos, faz bem para o Brasil* (Figura 4). Junto com a imagem, seguia informações sobre a campanha promovida, além da recomendação de acesso e leitura do material bibliográfico *Transexualidade e travestilidade na saúde - Ministério da saúde (2015)*⁴¹ e do *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2013)*⁴², ambos publicados pelo Ministério da Saúde.

A SAÚDE TRANS NO SUS.

O Sistema Único de Saúde tem entre seus princípios a equidade - a capacidade de reconhecer as necessidades de grupos específicos e atuar para reduzir o impacto das diferenças.

A luta dos movimentos trans possibilitou conquistas importantes para a saúde. Em 2006, o SUS introduziu, por meio da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde o direito ao uso do nome social, pelo qual pessoas trans se identificam – e não apenas nos serviços

⁴¹ Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf.

⁴² Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

especializados que já acolhe a população Trans, mas em qualquer outro da rede pública de saúde.

Para informar e conscientizar a sociedade sobre a importância de garantir que travestis, mulheres transexuais e homens trans tenham atendimento integral, humanizado e livre de discriminação, o Ministério da Saúde lançou uma campanha sobre a Saúde Trans.

A campanha Saúde Trans conta ainda com uma cartilha voltada para trabalhadores do SUS, incluindo não só os profissionais de saúde como também recepcionistas e responsáveis por marcar consultas, com informações sobre a atenção integral à saúde desta população. Também foi lançado o livro “Transexualidade e Travestilidade na Saúde”, que apresenta uma coletânea de artigos sobre o tema.

PROCESSO TRANSEXUALIZADOR - O SUS oferece acesso aos procedimentos do processo transexualizador desde 2008.

Além de acompanhamento psicológico, são realizadas cirurgias de redesignação sexual, mastectomia masculinizadora, histerectomia, plástica mamária reconstrutiva (incluindo próteses de silicone) e tireoplastia (extensão das pregas vocais para mudança da voz), além da hormonização. Para saber como acessar o SUS para cuidados em saúde específica das pessoas trans fizemos post com informações sobre ambulatórios e hospitais, onde buscar ajuda e outras informações necessárias.

Como acessar o SUS para questões de transição?
<https://google.com.br/amp/s/antrabrazil.org/2020/07/27/como-acessar-o-sus-para-questoes-de-transicao/amp/>.

Baixe agora o livro: Transexualidade e travestilidade na saúde - Ministério da Saúde. Link para Download:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf

Baixe também a Política Nacional de Saúde Integral LGBTI do SUS. Link para Download:
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf (ANTRA, 2021e).

Figura 5 - Campanha Ministério da Saúde



Fonte: https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_sep/pt-br/noticias/2016/01-janeiro/ministerio-lanca-campanha-voltada-a-saude-da-populacao-trans.

Em outros momentos, a associação publica formas de acesso à cursos formativos que estão sendo ofertados por outras instituições, como: o curso de empreendedorismo da Micro Rainbow Brasil⁴³, do curso *Quando el prejuicio mata. Herramientas para la argumentación penal en casos de asesinatos de personas LGBTI en América Latina y el Caribe*⁴⁴ promovido pela ONG Sin Violencia LGBTI, do curso *Sexualidade de mulheres LBT*⁴⁵ promovido pela organização Casa de Maria, *Curso de direito da diversidade sexual e de gênero*⁴⁶ promovido em parceria com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e o curso *a proteção jurídica às pessoas transgêneras*⁴⁷ promovido pela própria ANTRA e a Escola De Magistrados do Tribunal Regional Federal 3 (TRF-3).

6.2.2 Conscientizadoras

Sendo uma subcategoria de análise de *Ações Libertadoras*, em Conscientizadoras foram inseridas as publicações que possibilitam a criação de uma

⁴³ Acesso em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1351889001607794689>.

⁴⁴ Acesso em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1367866155654914050>

⁴⁵ Acesso em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1369789494719901698>

⁴⁶ Acesso em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1321168084057624578>

⁴⁷ Acesso em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1399875962603507713>

consciência sobre tomarmos nossa posição em frente ao mundo. Sabermos quem somos, de onde viemos, como estamos e o que podemos. As forças que possibilitam nossa existência são as mesmas que nos oprimem.

Em ocasião de comemoração pelo dia 8 de maio, Dia Internacional da Mulher, a ANTRA publicou em formato de *thread* um pequeno texto sobre a inclusão e pertencimento de mulheres trans e travestis nas celebrações da data:

DIA INTERNACIONAL DE TODAS AS MULHERES #8M. Espaços feministas devem garantir a participação de todas as mulheres. Incluindo as travestis e mulheres trans que tem travado uma luta muito pesada para participar de espaços feministas devido à resistência de grupos trans excludentes.

E temos percebido uma melhora nesse sentido. Mas ainda há muito ruído contra nossa presença e o acolhimento de nossos corpos nos feminismos. Os feminismos precisam se travestilizar. E podem contar com nossa força e garra para resistir às violências e hierarquias de gênero.

O feminismo não é uma seita ou doutrina ideológica que eu escolhe quem pode participar. Trata-se de uma luta que agrega mulheres na busca por igualdade de gênero e pautas inerentes às mulheres. Não devendo haver segregação ou hierarquia entre as pautas. Ou ainda a reprodução +

de qualquer tipo de opressão. É inaceitável o ataque coordenado que mulheres trans têm sofrido, junto às campanhas de difamação e perseguição nas redes sociais. Especialmente vindo de feministas. Não somos as inimigas e nossas pautas não são antagonistas a luta feminista.

Como mulheres, o feminismo é também sobre nós e iremos disputar esse espaço sem que haja qualquer possibilidade de discussão sobre a legitimidade de nossa presença. Disso não abriremos mão e ninguém vai negar ou permitir nossa presença. Isso não é negociável.

A subalternização de mulheres cis é diferente da subalternização de mulheres trans, sem que isso seja para nos separar ou nos coloque em locais opostos. Pautas exclusivas todas temos e precisamos tomar cuidado para não retrocedermos e transformar em pautas excludentes.

Os espaços feministas que estão sendo construídos têm incluído as mulheres trans e as travestis? Estão sendo pautadas discussões *anticissexistas* nos espaços feministas? Os espaços feministas são seguros para nossos corpos ? O #8M também é sobre nós! Firmes, juntas e vivas! (ANTRA, 2021f).

É um importante forma de conscientizar sobre o espaço que pessoas trans* e travestis ocupam ou deveriam ocupar, mas que essas presenças são muitas vezes esquecidas e excluídas pelo próprio movimento feminista. É emergente o

crescimento das ações organizadas de movimentos feministas radicais com discursos trans excludentes (vide subseção 6.4.2).

A conscientização, o ato de se tornar consciente, aparece em Freire (2002) além da consciência e do mundo, mas como um caminho que possibilita tomarmos uma posição frente ao mundo: estamos no mundo, com o mundo e pelo mundo. A mesma realidade que nos oprime e explora é a mesma que nos possibilita criar novas formas de vida em sociedade.

A conscientização é, antes de tudo, um processo histórico que se desenvolve na tomada de consciência. Possibilita ao sujeito sua emancipação e integração ao mundo real. Ela é um compromisso histórico, político e social, fundamentada na ação-reflexão, pelo qual se assume um papel de ressignificar e reconstruir o mundo pela dialética. As realidades desumanizantes não podem ser modificadas sem que o sujeito tenha consciência de sua essência transformadora. É necessário que o processo de conscientização seja desenvolvido na base da problematização da criticidade, para resultar em um processo de reflexão sobre a realidade e contexto de vida. Ainda nesse sentido, Freire continua

A conscientização é isto; tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmistificação (FREIRE, 1980, p. 16).

Nesse contexto, a ANTRA promove postagens acerca de discussões em torno da temática trans. Apropriando-se das falas de Alícia Krüger, farmacêutica e uma das autoras do Guia do Cuidado Farmacêutico para a População LGBTQIA+, criado pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia (CRF-BA), a associação faz uma publicação importante acerca do processo de hormonização por pessoas trans* e travestis:

HORMONIZAÇÃO. Temos rediscutido o uso da expressão Terapia hormonal quando falamos de pessoas trans. A palavra terapia traz consigo a conotação de traçar uma tentativa de cura ou correção de algo, no conceito farmacêutico e médico.

Usamos terapia hormonal ou hormonoterapia em casos de disfunções hormonais ou questões endócrinas como problemas de ovários, baixa na testosterona em homens cis, etc. Como no caso de pessoas trans o intuito do uso de hormônios pretende promover modificações corporais +

a ponto de deixar o corpo mais próximo do que se deseja, falamos em HORMONIZAÇÃO, como “o ato de tomar hormônios” para promover as mudanças desejadas/necessárias, sem que haja algum problema hormonal prévio. Por Alícia Krüger - Farmacêutica. (ANTRA, 2021g).

A conscientização como caminho se interliga diretamente com o desenvolvimento da realidade, influenciando formas e modos de vidas distintos, como base de um desenvolvimento que acontece em perfeita sincronia com o que já foi e com o que pode ser vivido, criando um diálogo com a nossa própria história. Criar essa coerência permite pensarmos em como nossa vida é moldada a partir de um processo estrutural e histórico que nos cerca e influencia no que fomos, somos e podemos ser.

6.2.3 Empoderamento identitário

“Quando falamos de empoderamento, estamos falando de um trabalho essencialmente político”, nos diz Joice Berth (2019, p. 153). A autora discute em seu livro a Teoria do Empoderamento como “uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existência em sociedade” (p. 23). A partir do diálogo com as produções de Freire, Hooks, Collins, Davis e Batiwala, Berth (2019, p. 153) entende o empoderamento como “uma aliança entre conscientizar-se criticamente e transformar na prática algo contestador e revolucionário na sua essência”.

Assim, essa subcategoria ficou responsável pelas publicações de conteúdos voltados à ideia de enfrentamento à opressão por meio do empoderamento identitário trans* e travesti, com discursos contra-hegemônicos e contestadores de violências excludentes. À vista disso, a publicação com mais popularidade da subcategoria foi feita no dia 1 de janeiro de 2021:

USEM O TERMO TRAVESTI. DEVEMOS TER ORGULHO DESSA IDENTIDADE TÃO POTENTE E NOSSA! Em uma simples pesquisa no Google, verão que a maioria das notícias que usa o termo travesti está associada a violência e prostituição. E mulher trans à conquistas ou referenciais “positivos”.

Os meios de comunicação e mídia em geral são co-responsáveis pela criação do mito da travesti violenta. E tem uma dívida histórica com essa população. Quando se trata de assassinato, usam o termo travesti para identificar a vítima em 87% dos casos. (Dossiê ANTRA, 2019).

As *muxes* (México) tem orgulho de serem quem são. As hijras (Índia) também. Mas aqui fomos ensinadas - com a ajuda da mídia e outros meios como a medicina, o judiciário e a própria academia, que devemos nos afastar dos estigmas e mitos criados sobre as travestis +

que ajudaram nesse processo higienista (e patologizante) que impôs uma separação entre travestis e mulheres trans. Gerando apagamento quando escolhem qual termo usar. Vale ressaltar que há questões graves como racismo, classismo, sorofobia e putafobia nesse processo.

Rever e enfrentar isso deveria ser um compromisso também entre nós!!! As trans femininas deveriam se engajar no processo de resgate de uma identidade nossa, assim como a humanização e respeito a história que temos no Brasil. Além de ressignificar a travestilidade com orgulho!

Devemos nos perguntar o porque da “escolha” de um termo em detrimento do outro e o que isso nos denuncia. Onde estamos colocando aquelas que se identificam enquanto travestis quando falamos “delas” como se elas não fossem como nós? Ser travesti é muito potente!

E me dizer travesti, me permite ser exatamente o que eu quiser. Sem medo, sem padrão, sem recuar! “Não sou metade homem ou metade mulher, ou algo entre os dois. Eu sou ambos meu amor! (Claudia Wonder) Travesti é tudo!!! Mas não é para qualquer uma!!! #respeiteastravestis (ANTRA, 2021h).

A associação se pronuncia ativamente sobre o processo de invisibilização e higienização sobre o uso e não uso do termo travesti como uma ferramenta de controle. Percebemos que existe um discurso que contesta essa realidade e empodera a identidade travesti, colocando-a em um local de visibilidade⁴⁸:

É extremamente ofensivo mulheres trans sentirem algum tipo de mau estar ao serem chamadas travesti. Em nada se difere da transfobia posta por (e para) mulheres cis que são confundidas com travestis, e em certa medida ajudam a manter as travestis em um lugar subalternizado (ANTRA, 2021j).

Assim, entendemos que a insurgência dos movimentos sociais organizados, munidos de caráter culturalista-identitários, como discutido por Gohn (2008, p. 29), são destacados pela abertura de novos espaços sociais e culturais, posto que são

⁴⁸ “A distância entre as duas palavras é social. A razão para o uso da autodenominação travesti vem sendo feita por boa parte de mulheres trans e as próprias travestis, por compreenderem tal reivindicação, e aqui é o meu caso, um ato político de estreitamento entre estas imagens sociais” (YORK, 2021, p. 56).

compostos por sujeitos e temáticas que não estão presentes na cena pública ou não possuem visibilidade. Fomenta-se, então, a ideia de *Identidade de resistência*, defendido por Castells (1999, p. 24) como um dos aspectos do desenvolvimento das identidades “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”. Nesse aspecto, retornamos à Berth (2019, p. 153) por entendermos que oprimidos “devem empoderar-se entre si”.

6.3 Do indivíduo

*Lutar por nós é uma necessidade de vida.
Precisamos construir um mundo onde as
pessoas queiram viver e possam seguir vivas.*

Bruna Benevides (2021)

“A palavra travesti é usada, principalmente, por razões políticas e pode descrever uma série de indivíduos diferentes”, relata Luisa Marilac (2019, n. p.), “[...] definir-se como travesti significa respeitar a história de pessoas que viveram sua sexualidade na marginalidade e com muita luta. É um termo elástico assim.”

É necessário o entendimento de que, por compartilhar uma identidade, sua utilização não engloba a totalidade de pessoas que a possam utilizar. Seu uso pode partir de um local de origem comum a um imaginário coletivo, mas também ser muito bem fixada em bases muito individuais com objetivos distintos.

Possuir individualidades faz com que consigamos nos reconhecer em um campo social, principalmente nas intersecções e encruzilhadas que englobam todas as possibilidades do que é ser trans* ou travesti. “É o mundo, enfim, quem diz que meu corpo não combina com minha feminilidade. Odeiam-no e desejam-no numa promiscuidade de sentimentos difícil de explicar”, continua Marilac (2019, n. p.) “[...] E eu suportei as amarguras da libido reprimida desde muito cedo. A violência de quem cede a perversões. De quem se sente tão diminuído por te querer que mal pode enxergá-la como ser humano”.

A violência transfóbica, alinhado ao discurso de ódio e uma ideologia *anti trans* tem ganhado força e notoriedade nas redes sociais desde 2014, atenuando-se ainda mais em 2020 e 2021 pela crise política, econômica e humanitária em que o país se encontrou (BENEVIDES, 2022, p. 9). Os dados do Dossiê da ANTRA

revelam que só em 2021, foram identificadas 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 travestis e mulheres transexuais, e 05 casos de homens trans e pessoas trans masculinas (BENEVIDES, 2022, p. 30).

Sendo a principal fonte em âmbito nacional acerca dos assassinatos e mortes de pessoas trans* e travestis, abordar essa temática é uma das atividades mais importantes realizadas pela associação. Desta forma, a categoria *do indivíduo* compreende as publicações referente especificamente do direito à cidadania de pessoas trans* e travestis. Apresenta-se a subcategoria de *fim da vida e violências*, ao abordar a morte ou assassinato de pessoas trans* e travestis, ou episódios e ações de violências transfóbicas; e *cuidados e saúde*, com as publicações que criam um espaço de contra-narrativa à essa realidade de violência.

6.3.1 Fim da vida e Violências

Existe uma patrulha constante sobre os limites de nossa existência. Diariamente vemos pessoas trans tendo seus nomes ou suas identidades desrespeitadas. Impedidas do acesso à humanidade, relegadas à invisibilidade e violência. E é muito difícil pensar em empregabilidade, acesso a saúde ou educação, sem discutirmos a fundo a violência transfóbica que adocece, silencia, invisibiliza, agride, causa danos à saúde mental, mata e/ou leva ao suicídio [...] Muitas vezes a violência é a primeira instituição que conhecemos e aprendemos a viver com ela por toda vida.

Bruna Benevides (2021)

Como mencionado anteriormente, a ANTRA exerce um papel de protagonismo no que se refere à sistematização dos dados de morte e assassinatos de pessoas trans e travestis em território brasileiro. Esses dados, mapeados em um fluxo contínuo, são organizados e publicados anualmente em formato de dossiês institucionais com acesso livre e gratuito. Até recentemente, não existia iniciativa governamental de sistematização desses dados, cenário que mudou após a proposta pioneira apresentada por Erika Hilton em 2021 à Câmara de Deputados do Estado de São Paulo.

De acordo com Bruna Benevides, organizadora do Dossiê da ANTRA, o principal objetivo da pesquisa é realizar um levantamento de informação sobre as mortes e assassinatos contra pessoas trans brasileiras para confrontar a omissão do Estado aos acontecimento, para que se possa pensar políticas públicas e estratégicas de enfrentamento e erradicação da transfobia (BENEVIDES, 2021, p. 18).

Berenice Bento (2017, p. 233) sugere que essa política disseminada, intencional e sistemática de “eliminação da população trans no Brasil, motivada pela negação de humanidade às suas existências” pode ser nomeada de *Transfeminicídio*, termo amplamente utilizado até os dias atuais. Assim, a autora escreve algumas tentativas de como podemos caracterizar estruturalmente essa prática. Elenca-se, então, seis tópicos:

- i) O assassinato é motivado pelo gênero, e não pela sexualidade da vítima. Conforme sabemos, as práticas sexuais estão invisibilizadas, ocorrem na intimidade, na alcova. O gênero, contudo, não existe sem o reconhecimento social. Não basta eu dizer “eu sou mulher”, é necessário que o outro reconheça esse meu desejo como legítimo. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque, além de romper com os destinos naturais do seu corpo generificado, o faz publicamente e demanda desse reconhecimento das instituições sociais.
- ii) A morte ritualizada. Não basta um tiro fatal, uma facada precisa ou um atropelamento definitivo. Os corpos das mulheres trans são mutilados por dezenas de facadas, por inúmeros tiros.
- iii) Ausência de processos criminais. Considerando que se trata de uma absoluta impunidade, pode-se inferir que há um desejo de eliminação de existência trans com a conivência do Estado Brasileiro.
- iv) A família das pessoas trans raramente reclamam os corpos. Não existe luto nem melancolia.
- v) Suas identidades de gênero não são respeitadas no notícias da morte, na preparação do corpo e no registro da morte. A pessoa assassinada retorna ao gênero importado, reiterando, assim, o poder do gênero enquanto lei que organiza e distribui os corpos (vivos ou mortos) nas estruturas sociais.
- vi) As mortes acontecem em espaços públicos, principalmente nas ruas desertas à noite. (BENTO, 2017, p. 234).

Entendemos que o transfeminicídio não se refere apenas a um assassinato, mas em um conjunto de ações que não são direcionadas apenas ao fim da vida, mas de todo um significado de eliminação da população trans e travesti, pela deslegitimação e apagamento dessas existências. Além dos assassinatos, na

subcategoria *Fim da Vida e Violências* foram enquadradas as publicações que mencionam a morte de pessoas trans* e travestis em outros contextos: mortes naturais ou em decorrência de enfermidades; e que se referia a episódios de violência, englobando qualquer tipo de discriminação, abuso ou preconceito a pessoas trans* e travestis.

Espancamentos públicos, omissão médica, espetacularização das mortes, naturalização da extinção social, genocídios, processos de exclusão e violência sistêmica formam parte da vida diária de muitas pessoas trans, assim como sapatonas, bichas e outras corpos dissidentes sexuais e desobedientes de gênero, especialmente racializadas e empobrecidas. Todas essas formas de violência e brutalização são de fato parte de um design global, que visa definir o que significa ser violento, quem tem o poder para sê-lo e contra que tipos de corpo a violência pode ser exercida sem prejuízo para a normalidade social. No marco desse design global, a violência cumpre um programa e opera em favor de um projeto de poder anexado à heteronormatividade, à cis supremacia, ao neocolonialismo, ao racismo, ao sexismo e à supremacia branca como regimes de execução (MOMBAÇA, 2021, p. 72).

Ainda nos primeiros dias de janeiro, uma criança trans de 13 anos foi brutalmente assassinada no Ceará⁴⁹ e até o dia 15 de janeiro, a associação comunicava que já haviam sido mapeados 8 assassinatos - e 7 tentativas⁵⁰.

Sendo um dos anos com maiores representatividades trans* em cargos políticos, aumentaram as ocorrências de violências institucionais a esses espaços de visibilidade. Um dos episódios de violência foi citado pela associação ao se solidarizar com Duda Salabert, Linda Brasil, Benny Briolly, Erika Hilton, Samara Quilombo, Carolina Larade, Mariana Franco, Patrícia Borges e Ariane Sena⁵¹.

6.3.3 Cuidados e Saúde

A dificuldade no acesso à saúde, especificamente a acessibilidade aos procedimentos previstos na realização do processo transexualizador e formas de cuidados com a saúde mental é um dos diversos fatores fixos que perpetuam como ferramentas de manutenção de violência e de política de morte de pessoas trans* (BENEVIDES, 2022, p. 20).

⁴⁹ Acesso em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1346676854615375874>.

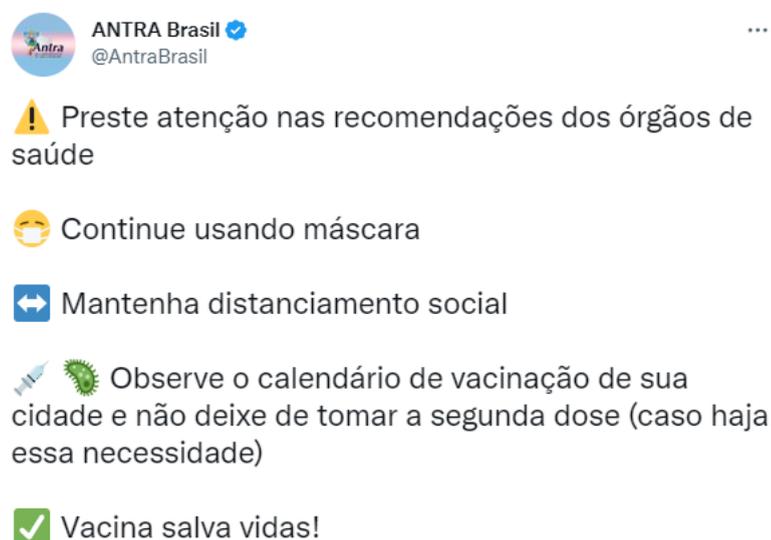
⁵⁰ Acesso em: <https://twitter.com/antrabrasil/status/135022329779298304>.

⁵¹ Acesso em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1359842698790916096>.

É necessário que se possibilite a criação de narrativas, de caminhos que vão de encontro a uma realidade de exclusão e violência, para existirem espaços seguros, onde o bem-estar e existência de pessoas trans* e travestis não sejam colocadas em risco. Nesse sentido, Mombaça (2021, p. 81) escreve que “é preciso articular os processos de redistribuição da violência com outras formas de cuidado”.

Fortalecendo esse processo, em algumas publicações a associação comunica os cuidados recomendados pelos órgãos de saúde sobre a utilização de máscara, distanciamento social e o uso da vacina como combate à proliferação da Covid-19 (Figura 5).

Figura 6 - Recomendações Covid-19



Fonte: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1415710922690158597>.

Em outro momento, houve a recomendação sobre as formas de *aquecimento* e como sua prática pode refletir negativamente na própria saúde e bem-estar de quem a realiza, principalmente para quem pretende realizar a cirurgia de redesignação sexual.

Cuide de sua XerNeca! Existem meninas que usam a neca solta, mas também existem muitas que desejam uma aparência mais discreta. Optando pelo "tucking" ou pela "aquecimento", o que tá tudo bem também. Mas façam isso com cuidado e usem as calcinhas próprias para não se machucar.

E lembrem: Pepeca tem volume! Não sei quem disse para mulheres trans e travestis que xereca não tem volume. Além de desconfortável, forçar um "volume negativo" ou para tentar ficar reta demais pode

causar danos a saúde e comprometer os tecidos de quem pretende fazer a CRS (ANTRA, 2021k).

Podemos pensar nessa categoria como uma forma de manutenção de existência, relacionando-se a práticas de cuidados e de saúde relacionado a pessoas trans* e travestis. Aqui, categorizam-se as publicações que comunicam ações relacionadas à saúde específica dessas pessoas, assim como formas de zelar pelo seu bem-estar e existência em sociedade.

6.4 A Instituição

Com uma trajetória iniciada na década 1990, o movimento de criação e afirmação da associação passou por algumas modificações e presidências, até denominar-se ANTRA, no ano de 1999. Keila Simpson (ANTRA, 2022a) relata que com a fundação da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) em 1992 no Rio de Janeiro, já se imaginavam estratégias de atuação em um cenário nacional, mas que apenas existiam em planejamentos devido à falta de recursos.

Para tentar mudar esse cenário, apresentou-se a ideia de organizar um encontro nacional aberto para toda a população de travestis e transexuais que atuavam nas organizações em todo território brasileiro, com o objetivo de mapear e empoderar essas pessoas em suas atuações na segurança e na saúde pública. Surgindo assim o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS) em 1993. Passos (2022) percebe esse episódio como um primeiro anúncio de um início de redefinição da concepção de cidadania no contexto brasileiro, possibilitada pela prática político-pedagógica das travestis organizadas.

Imagem 3 - IV ENTLAIDS, de 1996



Fonte: fotografia de Yone Lindgren, reprodução da internet. Na foto: André Fernandes, Jovanna Cardoso, Indianarae Siqueira e Kátia Tapety.

De acordo com Jovanna Cardoso (2022, p. 31), foi durante o III ENTLAIDS que foi tomada a decisão de criar uma rede nacional de travestis organizadas, assim, fundou-se em 1995 a chamada e Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL), que, em 1996, mudou sua nomenclatura para Rede Nacional de Travestis (RENATA) e posteriormente para Articulação Nacional de Travestis (ANTRA), em 1997. Mantendo a sigla, em 1999 sua nomenclatura muda para Associação Nacional de Travestis e Transexuais, mantida até hoje.

Desta forma, na categoria *A instituição* se enquadraram todas as publicações que se referiam à própria instituição e suas atuações, como na promoção ou comunicação de ações institucionais, diálogos com o governo, no posicionamento quanto ao enfrentamento à invisibilização da instituição e ao se posicionar com críticas a episódios específicos.

6.4.1 Ações Institucionais e Suporte Governamental

A ANTRA fez parte da construção de inúmeras políticas institucionais, como a campanha *Brasil sem Homofobia* realizada em 2004, a *I Conferência Nacional LGBTI* em 2008, na participação do desenvolvimento da *Política Nacional de Saúde Integral LGBTI* em 2008, no *Processo Transexualizador* em 2010 e em outros

momentos, incluindo também ações institucionais alinhadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) (BENEVIDES, 2021, p. 18). Nesse sentido, sabemos que todos os direitos conquistados e adquiridos por pessoas trans* e travestis é fruto da luta e articulação do movimento organizado e coletivo.

Como uma instituição representativa dessa luta, a ANTRA se articula em diversos âmbitos. No dia em que se comemora a visibilidade trans, a associação se articulou junto com as organizações Coalizão Negra Por Direitos, o Instituto Marielle Franco, a Justiça Global e o Terra de Direitos e estabeleceu parceria com os mandatos da vereadora Erika Hilton, do coletivo Bancada Feminista e do coletivo Quilombo Periférico para realizar uma denúncia sobre a violência sofrida pelas parlamentares Carolina Iara e Erika Hilton (Figura 6).

Figura 7 - Denúncia



Fonte: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1355553369906155520>.

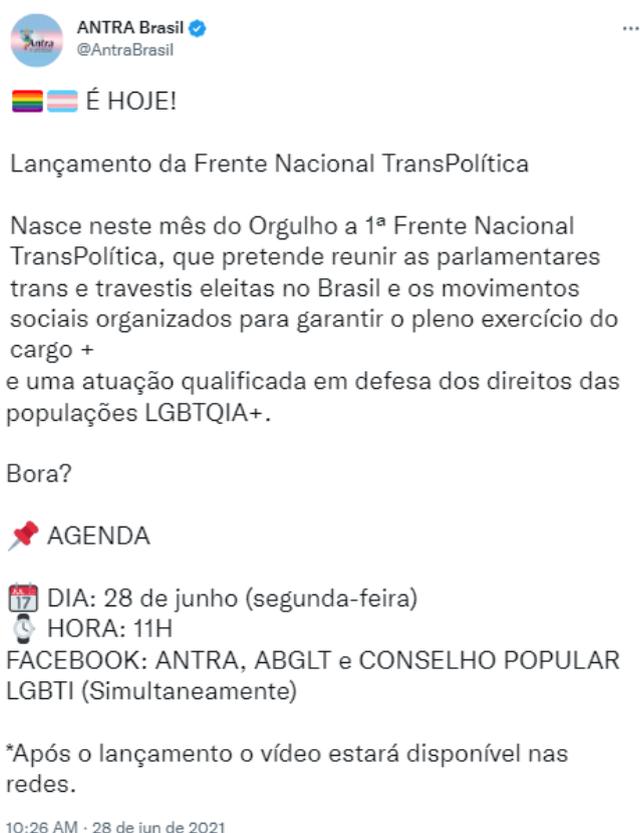
A publicação alude à dois episódios ocorridos na semana anterior: o primeiro, em que a vereadora Carolina Iara teve sua casa atingida por dois disparos de arma de fogo na madrugada do dia 26 de janeiro⁵²; e o segundo, quando Erika Hilton prestou um boletim de ocorrência por sofrer ameaças após ser perseguida e intimidada por um homem dentro da Câmara de São Paulo⁵³.

⁵² <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/01/27/carolina-ilara-atentado.htm>

⁵³ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/28/vereadora-erika-hilton-registra-boletim-de-ocor-rencia-por-ameaca-apos-ser-perseguida-dentro-da-camara-de-sp.ghtml>

Além de reivindicar o cumprimento de direitos e o pleno acesso à cidadania de pessoas trans, a associação também promove levantes e mobilizações de seus seguidores pelo compartilhamento de sua agenda política. No dia 28 de junho (Figura 7), houve o lançamento da 1ª Frente Nacional TransPolítica, a ANTRA comunicou que iria transmitir em suas redes sociais, com o objetivo de reunir as parlamentares trans e travestis eleitas no Brasil e os movimentos sociais organizados para garantir o pleno exercício do cargo e uma atuação qualificada em defesa dos direitos das populações LGBTQIA+.

Figura 8 - Frente Nacional Transpolítica



Fonte: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1409503515068833802>.

A constante organização política promove um espaço de fortalecimento das parlamentares que sofreram e sofrem diversas formas de transfobia dentro dos ambientes institucionais que atuam. A transfobia, assim como o racismo, homofobia e demais formas de promoção de violência contra pessoas que passaram

historicamente por um processo de exclusão, acontece dentro das estruturas sociais e muitas às vezes encontram alicerces nas próprias leis⁵⁴.

Nesse contexto, podemos citar a ação civil movida pela ANTRA, em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH), a Associação Brasileira Intersexo (ABRAI), a Casa 1 e outras instituições, que contestou o formato adotado pelo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ao entender que é necessário pensar em formas de também incluir famílias formadas por pessoas LGBTQIA+.

A ANTRA, em parceria com a DPU, ABRAFH, ABRAI, Casa 1 e outras instituições, entraram com uma Ação Civil Pública a fim de garantir o direito as famílias formadas por pessoas LGBTI+, para terem sua formação familiar reconhecida pela Receita Federal quando do cadastramento do CPF.

Segundo o entendimento comum entre as entidades autoras da ação, a despeito da importância que o CPF desempenha na vida de milhões de brasileiros e estrangeiros residentes no país, “a confecção do documento atual está absolutamente descompassada com normas internacionais e +

com o ordenamento jurídico, por gerar o fenômeno da discriminação indireta contra as famílias LGBTI+, pelo efeito discriminatório que gera sobre elas. Diversas situações específicas acabam por trazer óbices ao reconhecimento da dignidade das famílias de pessoas LGBTI+”.

Na ação civil, as entidades apontam que:

(i) ainda consta somente a opção “Nome da Mãe” no formulário presente no site da Receita, ignorando-se completamente a existência de famílias de matriz homotransafetiva e de núcleos familiares de família socioafetiva;

(ii) não há qualquer menção, no formulário, da possibilidade de se incluir o nome social no CPF, algo que é imprescindível para a identificação de pessoas trans e não binárias.

(iii) o formulário se limita a apresentar, no campo “Sexo”, somente as opções feminino e masculino, desconsiderando a existência de pessoas intersexo e de pessoas não-binárias.

Deste modo, pede-se, dentre outros fatores, a adequação dos campos dos formulários de cadastramento e de retificação do CPF, suas normas e regulamentos às diversas experiências e relações afetivas vividas pelas famílias LGBTI+ e famílias socioafetivas.

bem como suas identidades de gênero e condição de intersexo, de forma a assegurar o pleno exercício de sua cidadania, em igualdade de condições e livre de discriminação.

⁵⁴ “Quando entendemos que a transfobia é estrutural, entendemos também que pessoas trans igualmente estão vulneráveis a violência de gênero, tal como mulheres cis. A transfobia não ocorre por conta de como pessoas trans se portam, se vestem ou se sentem. A transfobia acontece e existe porque a sociedade se estrutura por meio de normas cisgêneras que marginalizam, estigmatizam, discriminam e excluem pessoas trans — independentemente da performance de gênero individual das pessoas trans; anteriormente à forma como, em termos individuais, pessoas trans expressam seus gêneros.” (BAGAGLI, 2021, n. p.).

Ademais, pede-se que os serviços da Receita Federal sejam prestados em igualdade de condições às demais pessoas, sem restrições a acesso a serviços online, e/ou atendimento a postos da Receita Federal ou conveniados. E uma série de alterações nos formulários de cadastramento (ANTRA, 2021I).

Pela apresentação desse contexto, entendemos que esta subcategoria de análise buscou compreender as publicações que comunicavam ações promovidas pela associação, em âmbito público ou privado, pela abertura de espaços e garantia de direitos de pessoas trans* e travestis; assim como seus posicionamentos quanto às ações do governo e suas influências nessa parcela da população.

6.4.2 Enfrentamento

*Quando fomos amarradas e lançadas na
fornalha, em sua mais alta temperatura, por
não nos dobrarmos diante do trono de
nenhum senhor, foi que Deize se revelou a
nós. Nascermos em manjedouras e depois de
crucificadas, ressuscitamos. Deize são as
yabás falando ao pé do meu ouvido. Juntas,
em unção, fizemos da cruz a encruzilhada.
Nos levantamos do vale de ossos secos,
transformamos pranto em festa, nossos cus
em catedrais, conhecemos os mistérios por
com eles andar. Eu não vou morrer.⁵⁵*

Ventura Profana (2020)

Uma das linhas de atuação defendida pela ANTRA é “denunciar e promover a divulgação, em todos os meios de comunicação possíveis, de todo e qualquer caso onde for detectado preconceito e/ou discriminação por identidade de gênero” (ANTRA, 2022b). Alinhado a esse contexto, a subcategoria de *Enfrentamento* se refere às publicações que comunicam acontecimentos relacionados ao contexto de violência transfóbica e exclusão a partir de uma postura combativa.

Conseguimos identificar alguns eixos temáticos recorrentes quanto à forma de combate direito adotado pela associação: o enfrentamento ao discurso feminista radical trans-excludente (TERF⁵⁶), ao movimento GGG e denúncias de episódios excludentes de apagamento sistemático.

⁵⁵ *EU NÃO VOU MORRER*, música de Ventura Profana y podenserdesligado.

⁵⁶ *Trans-exclusionary Radical Feminist*.

TERF é uma nomenclatura utilizada mundialmente para se referir a uma classe de feministas que não reconhecem a existência de pessoas trans*, referindo-se a si mesmas como críticas de gênero, onde apenas o sexo biológico consegue identificar o gênero, negando a existência da identidade de gênero. A postura transfóbica é acentuada pela afirmação do sexo biológico como identificador social, muitas vezes associada a uma prática do feminismo radical⁵⁷, suas pautas se alinham com posicionamentos fascistas e Alt-Right⁵⁸. Sobre as ramificações feministas, Paul B. Preciado (2018, p. 9) escreve que

Durante o século XX, o feminismo proliferou em um campo heterogêneo, com diversas teorias e estratégias: feminismo direitista, feminismo socialista, feminismo liberal, feminismo cristão. Mas, se juntássemos todos na mesma sala, eles acabariam se matando uns aos outros. Eles têm um problema político em comum: todos operam sob a lógica de políticas identitárias. Eles naturalizam a noção de “mulheres” e, enquanto brigam pelo seu reconhecimento na esfera pública, tendem a normatizar o sujeito que querem liberar. O feminismo cria seus próprios excluídos: mulheres não brancas, trabalhadoras sexuais, lésbicas, usuárias de drogas, chicanas, mulheres transexuais e transgêneras, mulheres deficientes, imigrantes. Todos esses sujeitos subalternos ao feminismo produziram os seus próprios movimentos durante o século XX.

A prática de um *Transfeminismo* é defendida, não apenas como uma prática do feminismo que aceite e reconheça pessoas trans como aliadas, mas como um deslocamento “do feminismo como política identitária para uma extensiva política de desidentificação. Para resistir às identificações normativas, em vez de brigar para produzir identidades” (PRECIADO, 2018, p. 10).

Nesse contexto, a associação se refere ao discurso TERF como uma prática de violência transfóbica. Existe uma ampla discussão sobre a inclusão de pessoas trans* no esporte e seu alinhamento com fundamentalistas TERFs⁵⁹, sobre o episódio transfóbico em que a escritora Chimamanda Ngozi Adichie⁶⁰ e as práticas transfóbicas constantes de JK Rowling⁶¹.

Ainda, o enfrentamento contra o *movimento GGGG* provém de muito tempo. É histórico o afastamento e desgosto do movimento gay com a insurgência das

⁵⁷ Uma das formas popularizadas de se referir ao feminismo radical é pelo termo *radfem*.

⁵⁸ Nomenclatura popularizada para se referir ao movimento radical de extrema direita conservadora, que se denomina ‘direita alternativa’, mas que se apropriam de ideologias de nacionalismo branco, do livre mercado, antissemitismo, antifeminismo, homofobia e principalmente o neonazismo.

⁵⁹ Acesso em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1355895340214464517>.

⁶⁰ Acesso em: <https://twitter.com/antrabrazil/status/1402235733725822983>.

⁶¹ Acesso em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1437787870094319630>.

peças trans* e travestis⁶². Não existe aqui um enfrentamento a todo um movimento gay. A nomenclatura *movimento GGGG* é utilizada apenas para denotar uma parte desse movimento que promove apenas a protagonização de uma luta, inviabilizando os outros movimentos da sigla LGBTQIA+. Assim, criando um cenário de exclusão e invisibilização.

Uma das publicações da associação sobre esse tema é sobre a deputada Erika Hilton e o deputado Thammy Miranda desmentirem a acusação do site Guia Gay que os acusava de votar em uma lei que excluía homens transmasculinos de uma política pública de acesso a itens de hienes, principalmente absorventes descartáveis. “Viram gente como o Guia GGGG investe muito em perseguir pessoas trans? Se você se diz aliado e segue esse tipo de mídia vive (sic) deveria rever sua “aliança”” (ANTRA, 2021m).

Apenas ao estarmos criticamente conscientes do nosso local, da nossa realidade de opressão, é que conseguiremos superá-lo. Colocar-se contra o apagamento sistemático de pessoas trans em todas as esferas é um dos pilares desta subcategoria. Podemos pensar no apagamento como antônimo de protagonismo, nos referindo à *thread* publicada do dia 28 de abril:

NOVA PESQUISA SOBRE TRANS SEM TRANS. Saiu uma pesquisa sobre o quantitativo estimado de pessoas trans no Brasil. E chegaram à conclusão que seríamos algo em torno de 1,88% da população de pessoas ADULTAS. O que dá em torno de 3 milhões de pessoas trans ADULTAS.

A pesquisa ignora travestis, pessoas trans adolescentes e crianças. Assim como não incluem raça “pela grande variabilidade de autoidentificação racial no brasil”, o que seria um ponto extremamente importante pois também chama atenção sobre qual perfil de quem acessou a pesquisa tem esse problema sobre o uso das categorias identitárias usadas nacionalmente. Olhamos as refs bibliográficas e havia citação de dados do TGEU, mas nada sobre GGB e Antra - então rola aquela desconfiança da pesquisa não saber identificar nem de onde vem os dados do TGEU (risos). E obviamente que não contou com pessoas trans na produção e análise dos dados.

O que demonstra falhas metodológicas, nos resultados e obviamente o processo de validação por pares - sejam instituições ou pesquisadores trans para atestar a importância da pesquisa. Eles próprios reconhecem a importância de amostras maiores, quando tratam de classe e escolaridade mais baixas, o que reitera a

⁶² No Brasil, de acordo com Carvalho e Carrara (2013) e Figari (2007), na década de 70 começou o surgimento dos descontentamentos do movimento gay com a visibilidade que as travestis e transexuais começaram a ganhar. Começou-se a atribuir uma ideia de irresponsabilidade para aquelas que utilizavam de roupas femininas permanentemente, por fugir do modelo cis homossexual discreto. Assim, começou o início da separação entre os movimentos.

importância do censo incluir questões relacionadas as pessoas LGBTI+.

A ANTRA trabalha com a estimativa de 1,9% da população como sendo trans. O que daria em torno de 4 milhões de pessoas. E talvez se considerarmos a juventude como válida e legítima, a partir dessa pesquisa mencionada, nossos dados não estejam tão distantes da realidade apontada.

O artigo traz dados produzidos pelo Datafolha em 2018 com base nas respostas de 6000 entrevistados, que foram submetidos ao Comitê de Ética da UNESP, com parecer positivo. Os dados também discorrem sobre como pessoas trans no BR compreendem a discriminação a elas direcionada. Essa projeção é uma amostra e não substitui a quantificação censitária. Pelo contrário, reforça sua necessidade.

Pessoas trans não são inventadas. Elas existem e, pelo que parece, não são poucas. Link do artigo: <https://t.co/3iho9koFlv>. Nada sobre nós, sem nós! Parem de insistir nesse processo que apenas observa nossos corpos, mas não nos inclui, e ignora nossa produção e contribuições para a ciência. Não existe ciência parcial/isenta. Post com informações de @lucasbulgar & análises de @travestiviva y @BrunaBenevidex. (ANTRA, 2021n).

A associação critica a prática da exclusão de pessoas trans e travestis da possibilidade de escrever sobre a própria existência, sobre os próprios corpos. Baseando-se no emprego do conceito de epistemicídio proposto por Boaventura de Sousa Santos, Sayonara Nogueira (2019, p. 6), em relatório do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), propõe a utilização do termo *Transepistemicídio* como o processo de epistemicídio que acontece com pessoas trans, ao serem invisibilizadas e apagadas como produtoras de conhecimentos e saberes. Conceito utilizado também pela associação ao criticar o uso de seus dados e produções sem o devido crédito⁶³.

Entendemos, então, que a prática de enfrentamento engloba a postura adotada ao combate de todos os tipos de violência, contemplando violências psicológicas, simbólicas e institucionais, que subsidiam, legitimam e perpetuam o assassinato, exclusão e apagamento de pessoas trans* e travestis nos contextos de vida.

⁶³ Acesso em: <https://twitter.com/antrabrasil/status/1414321085521276928>.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO CAMINHO

Escapando da possibilidade de escrevermos conclusões definitivas, optamos por nos referir a um conjunto de considerações finais ao trabalho realizado. Não acreditamos em um processo de cuidado político que encontre sua finalidade em si, mas que crie diversos pontos de partida para caminhos a serem construídos. É possível que se encontre locais de fortalecimento, que estimulem o progresso e desenvolvimento de novas dimensões políticas.

Em um espaço de fortalecimento teórico, não nos importamos apenas em incluir a temática em um campo discursivo, mas em pensar na expansão da narrativa de inclusão ao - tentar - oferecer subsídios para problematização das relações humanas e das potencialidades de transformação social. Preferimos, neste momento, dialogar sobre o processo de pesquisa, sobre o ponto de partida, dos caminhos percorridos, dos resultados obtidos e de seus possíveis entendimentos.

Inicialmente, o caminho proposto pelo projeto se pôs como o melhor percurso a ser trilhado, apenas se delimitando os critérios de escolha de ambiente de pesquisa, ferramenta de coleta de dados, janela temporal de publicações e método de análise de dados. Compreender as dimensões da informação política a partir da mediação da informação realizada pela ANTRA no Twitter pressupôs a realização de algumas etapas: primeiramente, a coleta de dados foi alcançada pela utilização de *script* de raspagem em *Python*, recuperando os *tweets* feitos pela associação entre o dia 01 de janeiro de 31 de dezembro de 2021; no conjunto de dados já sistematizados em planilha *.csv* realizou-se uma primeira leitura flutuante de seu conteúdo textual, que resultou na criação das categorias de análise *à priori*; por último, foi realizado o processo de análise e contextualização de cada categoria.

Essas etapas estão alinhadas à proposta metodológica da pesquisa, que se provou como um subsídio para sua realização. Seguir o modelo de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977) ofereceu a possibilidade de criar inferências sobre as publicações, contextualizando-as consoante o momento social e a realidade específica de pessoas trans* e travestis.

Somente quando o sujeito se apropria da informação é que ele pode tomar sua posição à frente dos problemas. É necessário entendermos a mediação da informação como possibilitadora de desenvolvimento do protagonismo social. O protagonismo político almejado pela ANTRA se propõe a criar espaços em que seja

possível o cuidado político para trans* e travestis, pensando em uma manutenção de vida para mudança da realidade posta. Entendemos que sua presença nas redes sociais, especificamente no Twitter, viabiliza um trabalho de mediação da informação política para trans* e travestis, caracterizando-se como uma fonte de informação confiável que busca suprir necessidades informacionais-políticas específicas desses usuários. Temos o acesso à informação política como um ato emancipatório.

Pela inferência e conceitualização das categorias, conseguimos visualizar as dimensões políticas da informação mediada pela associação. Podemos nos alinhar à Safatle (2016, p. 39), onde a política nada mais é que "um modo de produção de circuito dos afetos", ao entendermos que a informação política mediada pela ANTRA possui o afeto como dimensão principal.

A dimensão afetiva se apresenta pelo processo de fortalecimento mútuo, entendendo o fortalecimento como uma prática de tornar e tornar-se mais forte; pelo compartilhamento de conquistas, entendendo que as alianças afetivas acontecem também pelo compartilhamento do que se constrói, do fruto de uma luta conjunta; pela prática de afirmação dialógica, criando diálogos entre instituições e entidades que compartilham do mesmo objetivo ou coexistem no mesmo campo de atuação; na criação de vínculos pela apropriação de uma linguagem baseada no afeto.

A dimensão libertadora condiz às práticas que potencializam as transformações radicais de liberdade a partir de um contexto histórico e social pela formação educacional e crítica dos sujeitos políticos de acordo com seus contextos e realidade de vida; pela ação conscientizadora sobre a tomada de posição do sujeito ao mundo, tendo consciência de onde está, de onde veio, para onde vai e o que se pode alcançar; e pela prática de empoderamento identitário, pela criação de espaços contra-hegemônicos de enfrentamento ao apagamento sistemático de alguns sujeitos.

Na dimensão social, percebemos a ênfase no indivíduo, no direito e acesso a um amplo exercício de cidadania e questões da vida em sociedade, principalmente no que se diz a grupos sociais que sofreram processos de invisibilização e exclusão e são vítimas de uma política de fim da vida e de promoção de violência, contraposto pela ideia do direito das práticas de cuidados de existência.

A dimensão institucional se constitui pelas práticas de fortalecimento de entidades, organizações ou associações, que atuam em um campo político em prol de um protagonismo social de um grupo invisibilizado, através da promoção de

ações da instituição, pelo seu posicionamento quando às práticas governamentais e o enfrentamento à invisibilização e exclusão desses grupos.

Não realizamos a tarefa de criticar as práticas de atuação da associação, especificamente por não entendermos que esteja alinhado com os objetivos da pesquisa. A ANTRA é uma das poucas instituições de âmbito nacional que possui estruturas e organização internas que permitam sua atuação pelo protagonismo de pessoas trans* e travestis. Faremos algumas observações identificadas após o contato com o conjunto de dados: em diversos momentos existe a protagonização de identidades *transfemininas* potencializadas também pela *persona* que a associação adotou na comunicação e na utilização de *pronomes femininos* (sic) na escrita, o que acarreta em diversos momentos a uma menor menção a identidades *transmasculinas*, e relaciono essa situação à quando a associação foi alvo de crítica no passado por não reconhecer e invisibilizar pessoas não-binárias como pessoas trans⁶⁴; e que a prática de empoderamento identitário ocorre principalmente relacionado à identidade travesti, por diversos motivos políticos, mas não ocorrendo com as identidades *transmasculinas*, assim como a citação de figuras públicas que possuam essa identificação. Por ser uma associação nacional, sua atuação deve abranger acontecimentos de todo território brasileiro e compreendemos que esse contexto pode acarretar diversas limitações em sua atuação.

Limitações também se apresentaram no contexto desta pesquisa em decorrência do seu objeto e procedimentos metodológicos. Uma delas se relaciona ao ambiente de coleta de dados, o Twitter, sendo apenas uma fonte de informação e uma das redes sociais utilizadas pela associação; cada rede social possui o seu público e tipo de publicação prioritária. Para entender um cenário maior, é necessário que a análise seja realizada a partir de todas as redes institucionais - sendo essa uma sugestão para estudos futuros. Quanto à própria utilização das redes, ela não se caracteriza como uma ação, mas como a utilização de um veículo que possibilita a ação, enquanto existem outros veículos que as possibilitem. Quanto à metodologia, existiram limitações ao não propor diálogo direto com a instituição estudada, criando uma impessoalidade que não condiz com o referencial teórico proposto; além das inferências sobre o conjunto de dados ocorrerem estritamente de

⁶⁴ As críticas partiram de uma publicação no Instagram oficial da ANTRA, no qual define que a letra T representa apenas travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas transmasculinas, entendendo que cada grupo precisa de políticas públicas que deem conta de suas necessidades. Acesso à publicação: <https://www.instagram.com/p/CP1mc5zH4aB/>.

forma qualitativa, não possibilitando sua visualização e análise quantitativa - que pode ser realizada em outro momento.

Salve as limitações, a pesquisa nos mostrou, no que se refere aos objetivos propostos, que conseguimos compreender as dimensões afetiva, libertadora, social e institucional da informação política, nos alinhando aos tensionamentos conceituais de política apresentados no nosso referencial teórico, assim como às abordagens de Freire (2002, 2005) e Safatle (2016), na construção teórica de uma informação política que subsidie múltiplas formas de fazer políticas.

Apesar dessas dimensões serem identificadas a partir das publicações da ANTRA, elas não originaram de um ambiente *transcentrado*. Em muitos aspectos, a luta política das pessoas trans* e travestis necessita acontecer junto ao movimento de gays, lésbicas, bissexuais, intersexo, *queer* e outras possibilidades identitárias que existem em um espaço antagônico à heteronormatividade. Postura que fica explícita ao pensarmos que as lutas dos movimentos sociais só alcançam seus objetivos e plena atuação em um âmbito coletivo. Enquanto houver processos de subalternização, haverá hierarquias. Será necessário, em um futuro próximo, realizarmos uma revolução *somatopolítica*, proposta por Preciado (2018, p. 11), no “surgimento de todos os corpos vulneráveis contra as tecnologias de opressão”.

Em tempos de extensão global do biopoder e de técnicas farmacopornográficas de produção de subjetividades sexuais, faz-se necessária uma nova aliança de movimentos críticos. Nós, os trabalhadores farmacopornográficos da terra, trans, migrantes, animais, indígenas, genderqueers, crips e trabalhadores do sexo, estamos inventando novas tecnologias de produção de vida e subjetividade. Nós somos o Parlamento pós-pornô que está por vir. [...] Eles dizem “representar”. Nós dizemos “experimental”. Eles dizem “identidade”. Nós dizemos “multitude”. Eles dizem “dívida”. Nós dizemos “cooperação sexual e interdependência somática”. Eles dizem “capital humano”. Nós dizemos “aliança multiespécies”. Eles dizem “crise”. Nós dizemos “revolução”.

Paul B. Preciado (2018)

Em Transfeminismo

REFERÊNCIAS

- ALDASHEV, G. Political Information Acquisition for Social Exchange. **Quarterly Journal of Political Science**, Chicago, Vol. 5: No. 1, pp 1-25. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1561/100.00009009>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- AHLGREN, M. mais de 55 estatísticas, fatos e tendências do twitter para 2023. **Websiterating**, 9 jan. 2023.
- ARAÚJO, C. A. V. Ciência da Informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000300003>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- ARAÚJO, C. A. V. O conceito de informação na ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92189>. Acesso em: 23 maio 2022.
- ARAÚJO, C. A. V. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51437>. Acesso em: 23 maio 2022.
- ARAÚJO, R. F. de. O twitter como dispositivo de mediação da informação em períodos eleitorais: análise das eleições de 2014 em Alagoas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 420-436, out. 2017. ISSN 1981-8920. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28180>. Acesso em: 24 maio 2022.
- ARRUDA, A. M. A.; ARAÚJO, R. Travestis e pessoas transexuais na mídia alagoana: análise do discurso em portais online. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-20, nov. 2021. ISSN 1980-6949. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1504/1319>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- ANDRADE, L. N. de. Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – **Universidade Federal do Ceará**, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- ANDRADE, L. N. Assujeitamento e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no ambiente escolar. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2019. DOI: 10.29397/reciis.v13i2.1822 Acesso em: 19 jan. 2023.
- ANTRA. O dia é dela, mas a alegria é nossa!! Hoje é o aniversário de Jovanna Baby, aquela que ajudou a fundar o movimento trans organizado no Brasil e que tem uma história de vida e de luta que se mistura com a sua atuação ao longo dos últimos 35 anos... [s. l.], 18 jun. 2021a. Twitter: [@AntraBrasil](https://twitter.com/AntraBrasil). Disponível em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1405996448118870028>. Acesso em: 25 dez. 2022.

ANTRA. A primeira travesti advogada do BRASIL é homenageada pelo Google. Goolge homenageia o 61.º aniversário de Janaína Dutra. Viva a Dama de Ferro! Viva Janaína Dutra! Viva as travestis nordestinas!. [s. l.], 30 nov 2021b. Twitter:

@AntraBrasil. Disponível em:

<https://twitter.com/antrabrasil/status/1465664281110851586>. Acesso em: 25 dez. 2022.

ANTRA. Muita força para todas as vereadoras e vereadores trans eleitos que estão assumindo nesse 1JAN21. Que tenham um mandato combativo e firme na defesa radical dos direitos sociais e políticos de grupos injustiçados, pelos direitos humanos e do estado laico. [s. l.], 1 jan. 2021c. Twitter: **@AntraBrasil**. Disponível em:

<https://twitter.com/AntraBrasil/status/1344856977973932037>. Acesso em: 25 dez. 2022.

ANTRA. DESPATOLOGIZAÇÃO TRANS. 21 de maio é um dia histórico para a população TRANS e toda a sua luta! Exatamente dois anos atrás, no dia 21 de maio de 2019, a população de travestis/pessoas trans pôde comemorar uma de suas maiores lutas/conquistas. [s. l.], 21 mai. 2021d. Twitter: **@AntraBrasil**. Disponível em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1395834314990960640>. Acesso em: 25 dez. 2022.

ANTRA. A SAÚDE TRANS NO SUS. O Sistema Único de Saúde tem entre seus princípios a equidade - a capacidade de reconhecer as necessidades de grupos específicos e atuar para reduzir o impacto das diferenças... [s. l.], 24 fev. 2021e. Twitter: **@AntraBrasil**. Disponível em:

<https://twitter.com/AntraBrasil/status/1364706905373999108>. Acesso em: 25 dez. 2022.

ANTRA. DIA INTERNACIONAL DE TODAS AS MULHERES #8M. Espaços feministas devem garantir a participação de todas as mulheres. Incluindo as travestis e mulheres trans que tem travado uma luta muito pesada para participar de espaços feministas devido à resistência de grupos trans excludentes... [s. l.], 19 fev. 2021f. Twitter: **@AntraBrasil**. Disponível em:

<https://twitter.com/AntraBrasil/status/1362763131475394569>. Acesso em: 25 dez. 2022.

ANTRA. HORMONIZAÇÃO. Temos rediscutido o uso da expressão Terapia hormonal quando falamos de pessoas trans. A palavra terapia traz consigo a conotação de traçar uma tentativa de cura ou correção de algo, no conceito farmacêutico e médico... [s. l.], 2 mar. 2021g. Twitter: **@AntraBrasil**. Disponível em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1366926029017776130>. Acesso em: 25 dez. 2022.

ANTRA. USEM O TERMO TRAVESTI. DEVEMOS TER ORGULHO DESSA IDENTIDADE TÃO POTENTE E NOSSA!... [s. l.], 1 jan. 2021h. Twitter:

@AntraBrasil. Disponível em:

<https://twitter.com/AntraBrasil/status/1345108470329176065>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ANTRA. É extremamente ofensivo mulheres trans sentirem algum tipo de mau estar ao serem chamadas travesti... [s. l.], 7 mar. 2021j. Twitter: **@AntraBrasil**. Disponível

em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1368592495756644355>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ANTRA. Cuide de sua XerNeca!Existem meninas que usam a neca solta, mas também existem muitas que desejam uma aparência mais discreta... [s. l.], 24 nov. 2021k. Twitter: @AntraBrasil. Disponível em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1463619645462753280>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ANTRA. A ANTRA, em parceria com a DPU, ABRAFH, ABRAI, Casa 1 e outras instituições, entraram com uma Ação Civil Pública a fim de garantir o direito as famílias formadas por pessoas LGBTI+... [s. l.], 16 set. 2021l. Twitter: @AntraBrasil. Disponível em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1438460621838766081>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ANTRA. Viram gente como o Guia GGGG investe muito em perseguir pessoas trans ? Se você se diz aliado e segue esse tipo de mídia vive deveria rever sua “aliança”... [s. l.], 26 jul. 2021m. Twitter: @AntraBrasil. Disponível em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1419747875597266944>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ANTRA. NOVA PESQUISA SOBRE TRANS SEM TRANS. Saiu uma pesquisa sobre o quantitativo estimado de pessoas trans no Brasil... [s. l.], 28 abril 2021n. Twitter: @AntraBrasil. Disponível em: <https://twitter.com/AntraBrasil/status/1387525214729342978>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. AntraBrasil. 2022a. **História**: E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. AntraBrasil. 2022b. **Sobre**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/sobre/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BAGAGLI, B. P. Porque o radfem não compreende A Transfobia como violência de gênero: partindo de um texto do QG Feminista. **Transfeminismo**, [s. l.], 7 de junho de 2021. Disponível em: <https://transfeminismo.com/porque-o-radfem-nao-compreende-a-transfobia-como-violencia-de-genero-partindo-de-um-texto-do-qq-feminista/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BARDIN, L. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BAKTHIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAUER, M.; GASKELL G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BENEVIDES, B. G. (Org.). **Mapeamento de candidaturas de travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans em 2020**: travestilizando a política. Brasília: ANTRA, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/lista-final-15nov2020-1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BENEVIDES, B. G. Trans na política, não é um fenômeno, é luta!. In: CARVALHO, R. (Org.). **Prólogo**. São Paulo: Editora Monstra, 2021. p. 10 - 25. Coleção Traviarcado.

BENEVIDES, B. G. (Org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. 144 f. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BENNETT, W. L.. The personalization of politics: Political identity, social media, and changing patterns of participation. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 644(1), 20–39. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002716212451428>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017. 329 p.

BERGSON, H. **Matéria e memória**. Trad. Paulo NEves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERGSON, H. **A energia espiritual**. Trad. Rosemary C. Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. 184p.

BERUTTI, E. **Gays, lésbicas, transgenders: o caminho do arco-íris na cultura norteamericana**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BILBAO-JAYO, A.; ALMEIDA, A. Improving Political Discourse Analysis on Twitter With Context Analysis. **Access**, vol. 9, 2021, p. 104846-104863. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41269-020-00160-w10.1109/ACCESS.2021.3099093>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l.], [s.n.], v. 42, n. 5, p. 351-360, jun.1991. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3). Acesso em: 23 mai. 2022.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO, J. **Bajubá Odara**. Picos, PI: FONATRANS Editora, 2022.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, M. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 255-287.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 8., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

CARVALHO, M.; CARRARA, S.. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015>. Acesso em: 21 jan. 2023.

CASERO-RIPOLLÉS, A. Investigación sobre información política y redes sociales: puntos clave y retos de futuro. **Profesional de la información**, [S. l.], v. 27, n. 5, p. 964–974, 2018. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/67489>. Acesso em: 16 feb. 2023.

CAZORLA, Á; MONTABES, J.; LÓPEZ-LÓPEZ, P. C. Medios de comunicación, información política y emociones hacia partidos políticos en España. **Revista Española de Ciencia Política**, [S. l.], n. 58, p. 83–109, 2022. DOI: 10.21308/recp.58.03. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/recp/article/view/91785>. Acesso em: 16 feb. 2023.

CHAUÍ, M. **O ser humano é um ser social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CORTES, G. R.; SILVA, L. F.; SILVA, L. K. R.; SOARES, G. S. Violência contra travestis e transexuais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/151733>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CORNFIELD, M. Adding in the net: making citizenship count in the digital age. In: ANDERSON, D. M.; CORNFIELD, M. (Eds.). **The Civic Web**: Online Politics and Democratic Values. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2003. p. 97–112.

CRISTANCHO, C. La agenda de los grupos de interés frente a la COVID-19: el rastro digital en Twitter. **Revista española de ciencia política**, n. 57, 2021. p. 45-75. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8206292>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ANDUIZA, E.; CRISTANCHO, C.; CANTIJOCH, M. La exposición a información política a través de internet. **Arbor**, [S. l.], v. 188, n. 756, p. 673–688, 2012. DOI: 10.3989/arbor.2012.756n4004. Disponível em: <https://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/1493>. Acesso em: 16 feb. 2023.

DANTAS; E. R. F.; GARCIA, J. C. R.. Do tradicional ao atual conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 3-18, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/15281/10157>. Acesso em: 27 jul. 2022.

DIEZ, N. L.; LOPEZ-LOPEZ, P. C.; GULIAS, E. J.; OTERO, J. M. R. La comunidad digital y el uso político de las redes sociales: elecciones generales del año 2019 en España. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**, año 23, nº 48. 2021. p. 235-273. Disponível em: <https://doi.org/10.12795/araucaria.2021.i48.11>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FADEL, B. et al. Gestão, mediação e uso da informação. p. 13-32. In: VALENTIM, M. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/110767>. Acesso em: 03 jun. 2022.

FIGARI, C.. **@s “outr@s” cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: século XVII ao XX**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FILGUEIRAS, A. A.; AZEVEDO, N. P. S. G. Da desidentificação ao silenciamento: uma análise discursiva sobre a transexualidade no filme nobbs, albert. **Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som - Policromias**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 194-217, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/129497>. Acesso em: 19 jan. 2023.

FRASER, N.. Reconhecimento sem ética?. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. Lua Nova, 2001 (70), 2001.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 43 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, G. H.. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 11 n. 1, p. 6-19, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a02.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREITAS, H. M. R.; CUNHA, M. V. M., JR.; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, 32(3), 97- 109, 1997.

FREUD, S. **Gesammelte Werke**. v. XV. Frankfurt: Fischer, 1999.

GEERTZ, C. Transcrição para a humanidade. In: **O Papel da Cultura nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980 .

GIL, A. C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL DE ZÚÑIGA, H., MOLYNEUX, L., ZHENG, P.. Social media, political expression, and political participation: Panel analysis of lagged and concurrent relationships.

Journal of Communication, Oxford, 64(4), 612-634. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2012.01574.x>. Acesso em: 14 fev. 2022.

GLEICK, J. **A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 528 p.

GOFFMAN, W. Information science: discipline or disappearance. **Aslib Proceedings**, [s. l.], Vol. 22 No. 12, pp. 589-596. 1970. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/eb050268>. Acesso em: 21 jan 2023.

GOHN, M. G. M. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 166 p.

GOMES, H. F. PROTAGONISMO SOCIAL E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO. **Logeion: Filosofia da Informação**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 10–21, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v5n2.p10-21. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 24 maio. 2022.

GOMEZ, M. N. G. de. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, 1990. DOI: 10.18225/ci.inf.v19i2.332. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/332>. Acesso em: 23 maio. 2022.

GÓMEZ, M.N. G. de. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, M. de A. (Org.) **O campo da Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2002.

GÓMEZ, M. N. G. de. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, 2003. Acesso em: 15 set. 2020.

HAMELEERS, M. Augmenting polarization via social media? A comparative analysis of Trump's and Wilders' online populist communication and the electorate's interpretations surrounding the elections. **Acta Polit**, 55, 2020, p. 331–350. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41269-018-0119-8>. Acesso em: 30 nov. 2022.

HEE KIM, D.; JONES-JANG, S. M. KENSKI, K. Why Do People Share Political Information on Social Media?. **Digital Journalism**, v. 9, n. 8, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1827966>. Acesso em 13 fev. 2023.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, J. G. de. Especial Trans | Coletivos pedem fim do 'transfake': saiba o que é isso. [Entrevista concedida a] Caê Vasconcelos. **Ponte Jornalismo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://ponte.org/en/especial-trans-6/>.

LARAIA, R. de B. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Brasil, campeão mundial de Travestis**. Ano 3, nº 32. Rio de Janeiro: janeiro de 1981. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/36-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-32-JANEIRO-1981.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

LEVENDUSKY, M. S.. Rethinking the Role of Political Information. **Public Opinion Quarterly**, Oxford, Volume 75, Issue 1, Spring 2011, Pages 42–64. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/poq/nfq070>. Acesso em: 14 fev. 2022.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo : Editora 34, 1999.

LINARES, R. Entorno epocal y discursos teóricos de la Ciencia de la Informacion en su etapa funcadional. En: **Ciencia de La información: su historia y epistemologia**. Bogotá, D.C: Rojas Eberhard Editores Ltda, 2005. p. 3-25.

LORDE, A. There is no hierarchy of oppressions. In: LEONORE, G. **Homophobia and Education: how to deal with name calling**. New York: Council on Interracial Books for Children, 1983.

MAAR, W. L. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MALTA, R. B.; SANTOS, R. V. O. D.; REIS, A. A. C. Close de garota: a representação da mulher transexual em campanhas de beleza. **Comunicação & Informação**, Goiás, v. 20, n. 1, p. 73-91, 2017. DOI: 10.5216/ci.v20i1.45024 Acesso em: 19 jan. 2023.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARILAC, L. **Eu, travesti**: Memórias de Luísa Marilac. 1ª ed. Record: Rio de Janeiro, 2019. E-book kindle.

MARTELETO, R. M. Conhecimento e Sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M. A. **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2002. p.101-115

MARTELETO, R. M.; TOMAEL, M. I. A metodologia de análise de redes sociais. In: VALENTIM, M. L. P. **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. 81-100.

MARTÍN-BARBERO, J. Identidade tecnológica e alteridade cultural. In: FADUL, A. (Org.). **Novas tecnologias de comunicação: impactos políticos, culturais e socioeconômicos**. São Paulo: Summus, 1986. p. 121-132.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2001. 407 p.

MELLO, M. R. G.; BRITO, J. F.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Direitos humanos, informação jurídica e arquitetura da informação no website da associação nacional de travestis e transexuais. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 257-281, 2022. Disponível em: DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v13i1p257-281. Acesso em: 19 jan. 2023.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. 14ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

MOMBAÇA, J. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!**. 2016.

MOMBAÇA, J. **NÃO VÃO NOS MATAR AGORA**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MONTT, F. J. T.; CORTES, J. J. G; CERDA, M. P. V. Los marcos de los noticieros televisivos y la segunda pantalla en Twitter y Facebook: Escándalo Pacogate en Chile. **Gestión y política pública**, Vol. 30, N° Extra 3, 2021, p. 209-235. Disponível em: <https://doi.org/10.29265/gypp.v30i3.973>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MOIRA, A. **Neca + 20 poemets travessos**. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2022.

NOGUEIRA, S. N. B. Transepistemicídio. In: IBTE. **As Fronteiras da Educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil**. Brasil, 2019.

NASCIMENTO, L.. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, M. A. S.; MATA, M. L. Comportamento informacional de travestis multiplicadoras: a reconstrução da cidadania através da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-24, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/134846>. Acesso em: 27 maio 2022.

NASCIMENTO, M. A. S.; MATA, M. L. O comportamento informacional e a competência em informação: uma abordagem a partir do contexto das pessoas trans e travestis. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-19, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162490>. Acesso em: 19 jan. 2023.

NASCIMENTO, M. A. S.; MATA, M. L.; PEREIRA, G. Interações sociais e rupturas observadas através dos estudos informacionais: o contexto de travestis e mulheres transexuais brasileiras. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2021.v15.e02115>. Acesso em: 19 jan. 2023.

NELSON, P. Advertising as Information. **Journal of Political Economy**, v. 82, n. 4, jul. - aug., 1974. p. 729-754. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1837143>. Acesso em: 16 dez. 2022.

NELSON, P. Political Information. **The Journal of Law & Economics**, Chicago, Vol. 19, No. 2, Conference on the Economics of Politics and Regulation (Aug., 1976), pp. 315-336. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/725168>. Acesso em: 03 de fev. 2022.

NICASIO-VAREA, B.; PÉREZ-GABALDÓN, M. Comunicación electoral 2.0: presencia y actividad en Twitter de los candidatos a la alcaldía de Valencia en las elecciones del 26 de mayo de 2019. **Política y Sociedad**, v. 58, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/poso.65475>. Acesso em: 30 nov. 2022.

OLIVEIRA, A. Transexualidade. **Revista Bibliomar**, Maranhão, v. 16, n. 2, p. 57-59, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/126356>. Acesso em: 19 jan. 2023.

OROZCO GOMEZ, G. Medios, audiencias y mediaciones. In: **Comunicar. Andalucía**: Espanha, 1997, p. 25-30.

OROZCO GOMEZ, G. **La investigación en comunicación desde la perspectiva cualitativa**. México: Universidade Nacional de la Plata, 2000.

PALHA, A. Prefácio. In: MOIRA, A. **Neca + 20 poemetos travessos**. Uberlândia, MG: O Sexo da Palavra, 2021.

PASSOS, M. C. A. **Pedagogias das Travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PEREIRA NETO, A. F.; SANTOS, E. M. D.; CRUZ, M. M.; TORRES, R. M. C. avaliação de sites de saúde em questão: a aids nos sites brasileiros de organizações não governamentais (ong) de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (lgbt). **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.3395/reciis.v7i1.451>. Acesso em: 19 jan. 2023.

PERES, W. S. Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs. In: GROSSI, M. P. et al. (Org.). **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 264 p.

PÉREZ-CURIEL, C.; VELASCO MOLPECERES, A. M. Impacto del discurso político en la difusión de bulos sobre Covid-19. Influencia de la desinformación en públicos y medios. **Revista Latina de Comunicación Social**, [S. l.], n. 78, p. 86–119, 2020. DOI: 10.4185/RLCS-2020-1469. Disponível em: <https://nuevaepoca.revistalatinacs.org/index.php/revista/article/view/310>. Acesso em: 16 feb. 2023.

PÉREZ-DURÁN, I.; HERNÁNDEZ-SÁNCHEZ, A. Transparency in nursing home services before and during the COVID-19 pandemic in Spain. **Revista Española de Ciencia Política**, [S. l.], n. 57, p. 77–109, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21308/recp.57.03>. Acesso em: 15 nov. 2022.

PERROTTI, E. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, H. F.; FERREIRA NOVO, H (Orgs.). **Informação e Protagonismo Social**. Salvador: EDUFBA, 2017. Cap. 1, p. 11-26. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/33742>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PINTO, D. M. **Consciência e memória**. São Paulo: Editora WMF, 2013.

PINTO, E. M.; LEITE, F. C. L. Informação e diversidade: estudos de práticas informacionais em comunidades compostas por pessoas transgênero. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 97-112, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rpa.v12i1.25448> Acesso em: 19 jan. 2023.

PINTO, F. V. M.; ARAÚJO, C. A. V. Práticas informacionais de pessoas transexuais na (re)invenção de si. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 538-557, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n1p538> Acesso em: 19 jan. 2023.

PRECIADO, P. B. **Transfeminismo**. Série Pandemia. São Paulo: N-1 Edições, 2018. Disponível em: https://www.n-1edicoes.org/book/cordeis/detail_pdf/12.

QUINTSLR, M. M. M.; LOPES, B. C. M.; GALVÃO, F. V.; SILVA, M. L. G. Visibilidade social de indivíduos transgênero e sistemas de organização do conhecimento.

Informação & Informação, Londrina v. 22, n. 2, p. 235-264, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n2p235> Acesso em: 19 jan. 2023.

RAVECCA, P.; SCHENCK, M.; FORTEZA, D.; FONSECA, B. Interseccionalidad de derecha e ideología de género en América Latina. **Analecta Política**, [S. l.], v. 12, n. 22, p. 1–29, 2022. DOI: 10.18566/apolit.v12n22.a07. Disponível em: <https://revistas.upb.edu.co/index.php/analecta/article/view/7364>. Acesso em: 16 feb. 2023.

RECUERO, R. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. **Revista Fronteiras**, São Leopoldo, v. 16, p. 60-77, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2014.162.01>. Acesso em: 03 jun. 2022.

RIGHETTO, G. G. Competência em informação às pessoas transgênero: conjecturando diálogos insurgentes frente ao *sistema*. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/203860>. Acesso em: 19 jan. 2023.

RODRIGUES NETO, A.; AMORIM, A. L. Cidadania para pessoas transgênero no Mercosul: um comparativo entre Brasil e Uruguai. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1713> Acesso em: 19 jan. 2023.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SANTOS, B. de S. **Epistemología del sur**: La reinvencción del conocimiento y la emancipación social. Buenos Aires: Clacso-Siglo XXI, 2009.

SALLES, D. G.; GONÇALVES, J. D. S.; ARAÚJO, L. D. A transexualidade na literatura científica das ciências da saúde. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 265-292, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n2p265> Acesso em: 19 jan. 2023.

SARACEVIC, T. Information Science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). **Conceptions of Library and Information Science**: historical, empirical and theoretical perspectives. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 5-27.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_dd085d2c4b_0008887.pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SIGNATES, L. Estudo sobre o conceito de mediação e sua validade como categoria de análise para os estudos de Comunicação. **Novos Olhares**, [S. l.], n. 12, p. 4-19,

2003. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2003.51386. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51386>. Acesso em: 3 jun. 2022.

SILVA, A. M. Mediações e mediadores em ciência da informação. **Prisma.com**, Portugal, n. 9, p. 68-104, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/70071>. Acesso em: 25 maio 2022.

SILVA, C. R.; LARA, M. L. L. G. Os termos relativos ao segmento glbt (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias. **Informação & Informação**, Londrina, v. 9, n. 1-2, p. 33-47, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2004v9n1-2p33> Acesso em: 19 jan. 2023.

SILVA, J. L. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731>. Acesso em: 25 maio. 2022.

SILVA, G. P.; MAGALHÃES, F. L. J. Transexualidade e discurso em movimento: análise do protagonismo da Laerte Coutinho no documentário Laerte-se. **Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som - Policromias**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 207-232, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/157078>. Acesso em: 19 jan. 2023.

SILVA, H. S.; VALLS, V. M. Retenção de conhecimento na internet: o papel do twitter. **CRB8 Digital**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <https://bityli.com/SLnkW>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SOUZA, E. D. **A Ciência da Informação**: fundamentos epistêmico-discursivos do campo científico e do objeto de estudo. Maceió: Edufal, 2015.

SLIMOVICH, A. Pandemia global y política mediatizada: La comunicación presidencial argentina y sus repercusiones en Twitter en el primer semestre. **Comunicación y Hombre**, v. 17. 2021, p. 85-101. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/pt/covidwho-1668056>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

STAKE, R. E. Qualitative Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The Sage handbook of qualitative research**. London: Sage Publications, 2000. p. 435-454.

TEIXEIRA, G. L.; PORÉM, M. E. Travestis e organizações: o papel da comunicação na construção de espaços organizacionais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1704> Acesso em: 19 jan. 2023.

TRANSMISSÃO: Erika Hilton explica a importância da representatividade dentro da política. [Locução de]: Linn da Quebrada e Jup do Bairro. Entrevistada: Erika Hilton. São Paulo: Canal Brasil, Julho de 2021. *Podcast*. Episódio disponível no Spotify. Acesso em: 8 abr. 2022.

VAN KLINGEREN, M.; TRILLING, D.; MOLLER, J. Public opinion on Twitter? How vote choice and arguments on Twitter comply with patterns in survey data, evidence

from the 2016 Ukraine referendum in the Netherlands. **Acta Polit**, 56, 2021, p. 436–455. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41269-020-00160-w>. Acesso em: 15 nov. 2022.

VOESSING, K. The quality of political information. **Political Studies Review**, 2020. p. 1-17. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1478929920917618>. Acesso em: 13 fev. 2023.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l], v.9, n.4, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.4630270402>. Acesso em 8 abr. 2022.

WOLFSFELD, G.; YARCHI, M.; SAMUEL-AZRAN, T. (2015). Political information repertoires and political participation. **New Media & Society**. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444815580413>. Acesso em: 18 fev. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

YORK, S. W. A necapolítica: subversão e educação. In: CARVALHO, R. (Org.). **Prólogo**. São Paulo: Editora Monstra, 2021. p. 54 - 67. Coleção Traviarcado.

ZANELA, M. Acesso à informação para construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis: resoluções do nome social como estratégia de inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 367-396, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3053>. Acesso em: 19 jan. 2023.

ZHANG, W., JOHNSON, T. J., SELTZER, T., BICHARD, S. L.. The revolution will be networked: The influence of social networking sites on political attitudes and behavior. **Social Science Computer Review**, 28(1), 75-92. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0894439309335162>. Acesso em: 14 fev. 2022.